



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	CAPÍTULO I
	DISPOSIÇÕES GERAIS
	<b>Art. 1º</b> Esta Medida Provisória dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e de ativos virtuais no País e dá outras providências.
	<b>Art. 2º</b> Para fins do imposto sobre a renda, consideram-se:
	I - aplicações financeiras no País - os títulos, valores mobiliários e demais instrumentos financeiros emitidos, depositados, custodiados, ofertados, ou negociados no País, incluídos:
	a) depósitos remunerados à vista e a prazo;
	b) títulos públicos e privados;
	c) certificados de depósitos remunerados, operações compromissadas, títulos de capitalização, certificados de operações estruturadas e letras de crédito;
	d) certificados de recebíveis, notas comerciais e debêntures;
	e) derivativos, inclusive operações de swap, termo, opções e outras, com ou sem finalidade de cobertura de riscos (hedge);
	f) cotas de fundos de investimento e clubes de investimento;
	g) ações, bônus de subscrição, recibos de subscrição e certificados de depósito de ações que sejam negociados nos mercados de bolsa e de balcão organizado, inclusive em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (day trade);
	h) demais ativos regulados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM; e
	i) representações digitais dos ativos de que tratam as alíneas “a” a “h”;
	II - rendimentos - quaisquer valores que constituam remuneração pelo capital investido em aplicações financeiras no País, incluídos:
	a) juros e demais espécies de remuneração devidas pelo emissor;
	b) prêmios, comissões, ágio, deságio e ganhos na amortização, no resgate, na liquidação e na alienação;
	c) rendimentos das aplicações em fundos de investimento; e



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	d) ganhos líquidos, assim considerados os ganhos nas negociações de ações, bônus de subscrição, recibos de subscrição, certificados de depósito de ações e demais aplicações financeiras nos mercados de bolsa e de balcão organizado; e
	III - mercados de bolsa e de balcão organizado no País - aqueles de que trata o art. 21, § 5º, da <a href="#">Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a> .
	<b>Art. 3º</b> A pessoa física declarará, de forma separada dos demais rendimentos e ganhos de capital, na Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas – DAA, os seguintes rendimentos de aplicações financeiras no País:
	I - rendimentos sujeitos às regras gerais de tributação, de que trata o Capítulo II;
	II - ganhos líquidos em negociações nos mercados de bolsa e de balcão organizado, de que trata o Capítulo III;
	III - remuneração auferida pelo prestador de títulos e valores mobiliários no País e o reembolso de rendimentos, nas hipóteses previstas no Capítulo IV; e
	IV - rendimentos de aplicações em fundos de investimento no País regidos pelo Capítulo II da <a href="#">Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a> , com as alterações desta Medida Provisória.
	§ 1º Os rendimentos de aplicações financeiras de que trata este artigo ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas – IRPF, no ajuste anual, à alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) sobre a parcela anual dos rendimentos, descontado o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF recolhido sobre esses rendimentos a título de antecipação.
	§ 2º A pessoa física residente no País deverá computar os rendimentos na ficha da DAA relativa ao ano-calendário em que houver o recolhimento do IRRF.
	§ 3º Não será aplicada qualquer dedução da base de cálculo.
	§ 4º As perdas nas aplicações financeiras de que trata o caput, realizadas a partir de 1º de janeiro de 2026, desde que sejam devidamente comprovadas por documentação hábil e idônea emitida por pessoa jurídica supervisionada pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, por bolsa de valores e de mercadorias e futuros ou por entidade de liquidação e compensação, poderão ser compensadas com rendimentos de outras aplicações financeiras declaradas na mesma ficha da DAA, exceto nas hipóteses vedadas por lei.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 5º Caso, no fim do ano-calendário, haja acúmulo de perdas não compensadas, essas perdas poderão ser compensadas em até cinco períodos de apuração posteriores.
	§ 6º As perdas realizadas até 31 de dezembro de 2025 somente poderão ser compensadas de acordo com a legislação vigente à referida data.
	§ 7º Caso a pessoa física amortize, resgate, liquide ou aliene, de qualquer forma, aplicação financeira e, nos trinta dias corridos subsequentes, adquira aplicação financeira idêntica ou substancialmente semelhante, a perda não poderá ser compensada na ficha da DAA e será considerada como parte integrante do custo de aquisição da nova aplicação.
	§ 8º Caso o valor do IRRF recolhido a título de antecipação sobre os rendimentos de aplicações financeiras de que trata este artigo seja superior ao valor final do IRPF apurado na DAA nos termos do disposto neste artigo, haverá direito à restituição do imposto retido em excesso, hipótese em que serão aplicadas as regras gerais de restituição da DAA.
	<b>Art. 4º</b> Não são considerados rendimentos de aplicações financeiras, para fins do disposto no art. 3º:
	I - os dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos por pessoas jurídicas domiciliadas no País aos seus sócios ou acionistas; e
	II - os ganhos de capital na alienação, baixa ou liquidação de bens e direitos que não sejam negociados nos mercados de bolsa e de balcão organizado, que permanecem sujeitos ao disposto no art. 21 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> .
	CAPÍTULO II
	DOS RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO PAÍS
	<b>Art. 5º</b> Os rendimentos de aplicações financeiras no País ficam sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento).
	§ 1º O IRRF incidirá na data em que os rendimentos forem percebidos pelo titular, assim entendida como a data de:
	I - pagamento de juros e demais rendimentos; e
	II - amortização, resgate, liquidação ou alienação das aplicações financeiras.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 2º A alienação de que trata o inciso II do § 1º compreende qualquer forma de transmissão da propriedade, incluída a cessão de direitos à sua aquisição e contratos afins, assim como a repactuação, quando houver mudança de titularidade da aplicação.
	§ 3º A base de cálculo do IRRF corresponderá:
	I - no pagamento de juros e demais rendimentos, ao valor do rendimento pago; e
	II - na amortização, no resgate, na liquidação ou na alienação, ao ganho correspondente à diferença positiva entre o valor da operação, líquido do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF, de que trata a <a href="#">Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994</a> , e o custo de aquisição da aplicação financeira.
	§ 4º O IRRF sobre os juros e demais rendimentos periódicos incidirá pro rata tempore sobre a parcela do rendimento produzido entre a data de aquisição ou a data do pagamento periódico anterior e a data de sua percepção, e poderá ser deduzida da base de cálculo a parcela dos rendimentos correspondente ao período entre a data do pagamento do rendimento periódico anterior e a data de aquisição do título.
	§ 5º Ocorrido o primeiro pagamento periódico de rendimentos após a aquisição do título sem alienação pelo adquirente, a parcela do rendimento não submetida à incidência do IRRF deverá ser deduzida do custo de aquisição, para fins de apuração da base de cálculo do imposto, no momento de sua alienação.
	§ 6º As instituições intervenientes deverão manter registros que permitam verificar a apuração da base de cálculo do IRRF de que trata este artigo.
	§ 7º Os rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025 serão tributados de acordo com as regras vigentes até a referida data.
	§ 8º O disposto no caput e nos § 1º a § 6º aplica-se, inclusive, para os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2026 com as aplicações financeiras existentes em 31 de dezembro de 2025.
	§ 9º As perdas realizadas a partir de 1º de janeiro de 2026 poderão ser compensadas com os demais rendimentos de aplicações financeiras no País declarados na DAA, na forma prevista no art. 3º.
	<b>Art. 6º</b> Para as aplicações financeiras de que trata o art. 5º gravadas com usufruto, o tratamento tributário considerará o beneficiário dos rendimentos, ainda que este não seja o proprietário da aplicação.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 7º</b> Ficam dispensados da retenção do IRRF os rendimentos de que trata o art. 5º auferidos pelas seguintes pessoas jurídicas domiciliadas no País:
	I - bancos de qualquer espécie;
	II - caixas econômicas;
	III - cooperativas de crédito;
	IV - corretoras de câmbio;
	V - corretoras de títulos e valores mobiliários;
	VI - distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
	VII - administradoras de consórcio;
	VIII - sociedades de crédito direto;
	IX - sociedades de empréstimo entre pessoas;
	X - agências de fomento;
	XI - associações de poupança e empréstimo;
	XII - companhias hipotecárias;
	XIII - sociedades de crédito, financiamento e investimentos;
	XIV - sociedades de crédito imobiliário;
	XV - sociedades de arrendamento mercantil;
	XVI - sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte;
	XVII - seguradoras, incluídas as resseguradoras;
	XVIII - entidades de previdência complementar fechada e aberta;
	XIX - sociedades de capitalização;
	XX - securitizadoras;
	XXI - bolsas de valores, de mercadorias e futuros; e
	XXII - entidades de liquidação e compensação.
	§ 1º Também ficam dispensados da retenção do IRRF os rendimentos de que trata o art. 5º auferidos por fundo de investimento, exceto nas hipóteses expressamente previstas em lei.
	§ 2º Os rendimentos de que trata este artigo comporão a base de cálculo do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL das pessoas jurídicas de que tratam os incisos I a XXII do caput.
	<b>Art. 8º</b> É responsável pela retenção do IRRF de que trata o art. 5º:
	I - a pessoa jurídica responsável por efetuar o pagamento dos rendimentos; ou
	II - a pessoa jurídica que, embora não seja a fonte pagadora original, faça o pagamento dos rendimentos ao beneficiário.
	<b>Art. 9º</b> O IRRF de que trata o art. 5º deverá ser recolhido no prazo previsto no art. 70 da <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> , e será considerado:



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	I - antecipação do IRPF devido na DAA, na forma prevista no art. 3º, no caso de pessoa física residente no País;
	II - definitivo, no caso de pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional; ou
	III - antecipação do IRPJ devido no encerramento do período de apuração, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado.
	<b>Art. 10.</b> O disposto nos art. 5º a art. 9º aplica-se aos rendimentos de operações de mútuo de recursos financeiros:
	I - entre pessoas jurídicas e de pessoa física para pessoa jurídica, ficando a mutuária responsável pela retenção do IRRF, exceto na hipótese prevista no inciso II; e
	II - contratadas por meio de plataforma eletrônica, ficando a plataforma responsável pela retenção do IRRF.
	§ 1º Os rendimentos auferidos por pessoa física residente no País nas demais operações de mútuo de recursos financeiros ficam sujeitos ao IRPF na DAA, na forma prevista no art. 3º, dispensada a retenção do IRRF.
	§ 2º Fica vedada a compensação, por pessoa física residente no País, nos termos do disposto no art. 3º, de perdas apuradas em operações de mútuo de recursos financeiros.
	<b>Art. 11.</b> Os rendimentos em contas de depósitos de poupança auferidos por pessoa física residente no País estão isentos do imposto sobre a renda.
	CAPÍTULO III
	DOS GANHOS LÍQUIDOS NOS MERCADOS DE BOLSA E DE BALCÃO ORGANIZADO
	<b>Art. 12.</b> Os ganhos líquidos auferidos em negociações de aplicações financeiras nos mercados de bolsa e de balcão organizado no País ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda nos termos do disposto neste Capítulo, hipótese em que não se aplica o disposto no Capítulo II.
	§ 1º O disposto neste Capítulo aplica-se às operações com contratos de liquidação futura e aos ganhos líquidos auferidos nas operações realizadas em mercado de liquidação futura, fora de bolsa, inclusive swap e opções flexíveis, desde que essas operações sejam registradas em sistema que disponha de critérios para aferir se os preços, na abertura ou no encerramento da posição, são consistentes com os preços de mercado.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 2º Não se aplica o disposto neste Capítulo à alienação de títulos públicos e privados, mesmo quando forem definidos como valores mobiliários, às operações com ouro equiparadas a operações de renda fixa, aos títulos de capitalização, às operações de swap quando não forem enquadradas no § 1º e aos certificados de operações estruturadas, que ficam sujeitos ao disposto no Capítulo II.
	<b>Art. 13.</b> O ganho líquido de que trata o art. 12 corresponderá ao resultado positivo auferido nas operações ou nos contratos negociados nos mercados de bolsa e de balcão organizado no País.
	§ 1º O ganho líquido será constituído:
	I - nos mercados à vista, inclusive day trade, pela diferença positiva entre o valor de transmissão ou alienação e o custo de aquisição do ativo;
	II - nos mercados de opções:
	a) nas negociações que tiverem por objeto a opção, pela diferença positiva entre o valor das opções alienadas até o seu vencimento e o custo de aquisição; e
	b) no exercício:
	1. pela diferença positiva apurada entre o valor de venda à vista ou o preço médio à vista na data do exercício e o preço fixado para o exercício; ou
	2. pela diferença positiva entre o preço do exercício acrescido do prêmio e o custo de aquisição;
	III - nos mercados a termo, pela diferença positiva entre o valor da venda à vista ou o preço médio à vista na data da liquidação do contrato a termo e o preço neste estabelecido; e
	IV - nos mercados futuros, pelo resultado positivo da soma algébrica dos ajustes diários por ocasião da liquidação dos contratos ou da cessão ou do encerramento da posição.
	§ 2º Na apuração do ganho líquido a que se referem os incisos I, II e III do § 1º, o custo de aquisição do ativo será calculado pela média ponderada dos custos unitários.
	§ 3º Nas operações de exercício de opção de que trata o inciso II, alínea "b", do § 1º:
	I - caso não ocorra a venda à vista do ativo na data do exercício da opção, o ativo terá como custo de aquisição o preço de exercício da opção, acrescido ou deduzido do valor do prêmio; ou
	II - caso não haja encerramento ou exercício da opção, o valor do prêmio constituirá ganho para o lançador (vendedor) e perda para o titular (comprador), na data do vencimento da opção.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 4º Nos mercados futuros de que trata o inciso IV do § 1º, os resultados, positivos ou negativos, apurados em cada contrato, corresponderão à soma algébrica dos ajustes diários incorridos entre as datas de abertura e de encerramento ou de liquidação do contrato.
	§ 5º Na apuração dos ganhos líquidos, é permitida:
	I - a dedução dos custos e das despesas cobrados por intermediários, entidades administradoras de mercados organizados, câmaras de compensação e liquidação e centrais depositárias, desde que sejam efetivamente pagos, necessários à realização e à manutenção das operações e suportados por documentação hábil e idônea; e
	II - a compensação das perdas realizadas no período de apuração ou em até cinco períodos de apuração anteriores.
	§ 6º Os ganhos líquidos e as perdas serão apurados na data do pregão de encerramento total ou parcial da operação.
	§ 7º As perdas realizadas a partir de 1º de janeiro de 2026 que não puderem ser compensadas com os ganhos líquidos poderão ser compensadas com os demais rendimentos de aplicações financeiras no País declarados na DAA, na forma prevista no art. 3º, observado o disposto no inciso II do § 5º.
	§ 8º Para fins de apuração e pagamento do imposto trimestral sobre os ganhos líquidos, as perdas realizadas até 31 de dezembro de 2025 nas operações de que trata o art. 12:
	I - não poderão ser compensadas na DAA, nos termos do disposto no art. 3º; e
	II - somente poderão ser compensadas com os ganhos líquidos que também sejam auferidos em operações de que trata o art. 12, nos trimestres subsequentes, inclusive no caso de perdas em operações de day trade e em aplicações nos Fundos de Investimento Imobiliário – FII e nos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais – Fiagro, desde que tenham sido informadas nos termos do disposto no regulamento.
	§ 9º A compensação de que trata o inciso II do § 8º somente poderá ser realizada até o ano-calendário de 2030.
	<b>Art. 14.</b> No caso das pessoas físicas residentes no País e das pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples Nacional, os ganhos líquidos de que trata o art. 12 ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento).
	§ 1º O imposto sobre a renda de que trata o caput:
	I - será apurado em período de apuração trimestral;



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	II - deverá ser pago pelo contribuinte no prazo previsto no art. 70 da <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> ;
	III - será considerado antecipação do IRPF devido na DAA, na forma prevista no art. 3º, no caso de pessoas físicas residentes no País; e
	IV - será considerado definitivo, no caso das pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples Nacional.
	§ 2º Os ganhos líquidos auferidos por pessoa física residente no País em operações no mercado à vista de ações em mercado de bolsa ficarão isentos do IRPF quando o valor das alienações realizadas a cada trimestre for igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).
	§ 3º Os ganhos líquidos cujo valor de alienação exceda ao limite previsto no § 2º ficarão sujeitos integralmente à incidência do IRPF.
	<b>Art. 15.</b> No caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, os ganhos líquidos nas negociações de que trata o art. 12 integrarão a base de cálculo do IRPJ e da CSLL.
	Parágrafo único. No caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, as perdas nas negociações de que trata o art. 12 poderão integrar a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, desde que atendam aos requisitos gerais de dedutibilidade da legislação tributária.
	<b>Art. 16.</b> A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá dispensar:
	I - a retenção na fonte de que tratam os § 1º a § 8º do art. 2º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , caso seja implementado sistema que permita o cálculo automatizado do imposto; e
	II - a obrigação de entrega de documentação relativa à transferência de titularidade de ações negociadas fora de bolsa e de mercado de balcão organizado, de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , caso ocorra a dispensa prevista no inciso I deste artigo.
	CAPÍTULO IV
	DO EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO PAÍS
	Seção I
	Das características do empréstimo
	<b>Art. 17.</b> Ficam sujeitas às regras de tributação de que trata este Capítulo as operações de empréstimo de títulos ou valores mobiliários no País registradas em entidades autorizadas a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários no País.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Parágrafo único. Para fins do disposto nesta Medida Provisória, os empréstimos de títulos e valores mobiliários são as operações por meio das quais o titular de títulos ou valores mobiliários (emprestador) transfere a titularidade desses ativos para outra pessoa, fundo de investimento ou clube de investimento (tomador), para devolução futura, em contrapartida à remuneração.
	Seção II
	Da remuneração do emprestador
	<b>Art. 18.</b> A remuneração auferida pelo emprestador nas operações de que trata o art. 17 fica sujeita à retenção do IRRF prevista no art. 5º.
	§ 1º É responsável pela retenção do IRRF a entidade autorizada a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com títulos e valores mobiliários.
	§ 2º No caso de emprestador ou tomador pessoa jurídica tributada com base no lucro real, a remuneração será reconhecida como receita ou despesa, respectivamente, segundo o regime de competência ou de caixa, conforme o caso.
	§ 3º Quando a remuneração for fixada em percentual sobre o valor dos títulos ou valores mobiliários objeto do empréstimo, as receitas ou despesas de que trata o § 2º terão como base de cálculo o preço médio ou de fechamento dos títulos ou valores mobiliários verificado no mercado à vista de bolsa ou no mercado de balcão organizado em que os títulos ou valores mobiliários estiverem admitidos à negociação no dia útil anterior à data de concessão do empréstimo ou no dia útil anterior à data do vencimento da operação, conforme previsto no contrato.
	Seção III
	Do recebimento de reembolso de proventos e rendimentos pelo emprestador
	<b>Art. 19.</b> Durante o prazo do empréstimo, o tomador reembolsará o emprestador pelo valor dos dividendos, dos juros sobre capital próprio e dos demais proventos, ou pelo valor dos rendimentos que forem pagos ou creditados pelo emissor dos títulos ou valores mobiliários, pelos valores líquidos equivalentes àqueles que o emprestador receberia se não houvesse o empréstimo.
	Parágrafo único. O valor do reembolso corresponderá ao valor bruto dos proventos ou rendimentos, subtraído do valor correspondente ao IRRF que teria sido retido em nome do emprestador se não houvesse o empréstimo.
	<b>Art. 20.</b> O valor do reembolso de que trata o art. 19:



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	I - deverá ser computado pelo prestador na DAA, na forma prevista no art. 3º, quando o prestador for pessoa física residente no País e o reembolso referir-se a rendimento de aplicação financeira que estaria sujeito ao disposto no art. 5º se não houvesse o empréstimo; e
	II - não ficará sujeito à incidência do imposto sobre a renda para o prestador, quando o reembolso se referir a juros sobre capital próprio ou a rendimento que estaria sujeito à tributação definitiva na fonte se não houvesse o empréstimo, e o prestador for:
	a) pessoa física residente no País;
	b) pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional; ou
	c) pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior.
	<b>Art. 21.</b> No caso de prestador pessoa jurídica domiciliada no País tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o valor do reembolso de que trata o art. 19 será:
	I - isento do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP – Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, quando o reembolso se referir a proventos ou rendimentos que não estariam sujeitos à incidência desses tributos se fossem devidos diretamente ao prestador se não houvesse o empréstimo; e
	II - computado na base de cálculo do IRPJ e da CSLL e, quando aplicável, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins, de acordo com o regime de apuração do prestador, quando o reembolso se referir a proventos ou rendimentos não previstos no inciso I.
	Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II do caput, o prestador pessoa jurídica residente no País poderá deduzir do IRPJ o valor correspondente ao IRRF que teria sido retido se não houvesse o empréstimo, com base na alíquota de IRRF que incidiria sobre os proventos ou rendimentos que fossem recebidos pelo prestador se não houvesse o empréstimo, aplicada sobre o valor bruto dos proventos ou rendimentos.
	<b>Art. 22.</b> No caso de tomador pessoa jurídica tributado com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o recebimento de proventos e rendimentos e o reembolso efetuado nos termos do disposto no art. 19 ficarão sujeitos ao tratamento tributário previsto neste artigo.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 1º Caso o tomador figure como titular dos títulos ou valores mobiliários emprestados na data do pagamento ou do crédito dos proventos ou rendimentos, os valores recebidos poderão ser registrados, para efeitos tributários, em conta patrimonial, em contrapartida ao valor a reembolsar para o prestador, sem reconhecimento de receita, custo ou despesa.
	§ 2º Caso o tomador tenha alienado os títulos ou valores mobiliários emprestados no decurso do contrato do empréstimo e não figure como titular desses ativos na data do pagamento ou do crédito dos proventos ou rendimentos, o valor reembolsado corresponderá a despesa dedutível na apuração do IRPJ e da CSLL do tomador, desde que este seja pessoa jurídica tributada com base no lucro real.
	§ 3º Fica vedada, na apuração do IRPJ do tomador, a compensação do IRRF retido sobre os proventos e rendimentos pagos ou creditados durante o prazo do empréstimo, mesmo que a retenção tenha ocorrido em nome do tomador.
	Seção IV
	Do empréstimo por tomador isento ou dispensado de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte
	<b>Art. 23.</b> Ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda, quando o prestador for pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no País, ou investidor residente ou domiciliado no exterior, os proventos e rendimentos recebidos pelos seguintes tomadores:
	I - fundo ou clube de investimento no País; ou
	II - no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> :
	a) entidade de previdência complementar;
	b) sociedade seguradora; ou
	c) fundo de aposentadoria programado individual – Fapi.
	§ 1º Será aplicada a alíquota de IRRF a que estaria sujeito o prestador se este recebesse os proventos ou rendimentos diretamente do emissor do título ou valor mobiliário se não houvesse o empréstimo.
	§ 2º Não ficam sujeitos à incidência do imposto os proventos e rendimentos que estariam isentos do imposto sobre a renda se fossem pagos ou creditados ao prestador se não houvesse o empréstimo.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 3º A base de cálculo será o valor correspondente ao montante originalmente pago ou creditado pelo emissor relativo ao saldo dos ativos emprestados ao tomador mantidos em custódia em sua titularidade, acrescido do saldo de ativos emprestados pelo tomador a terceiros.
	§ 4º Na hipótese de tomador de que trata o inciso I do caput que, na data do pagamento ou do crédito dos proventos ou rendimentos, também seja titular de ativos não tomados por meio de empréstimo ou de ativos tomados por meio de empréstimo que tenham sido alienados, a base de cálculo do imposto sobre a renda será a quantidade de ativos tomados em empréstimo pelo tomador ainda mantidos em custódia sob sua titularidade, acrescido do saldo de ativos emprestados pelo tomador a terceiros.
	§ 5º Fica responsável pelo imposto:
	I - o administrador do fundo ou clube de investimento no País; ou
	II - a entidade responsável pela aplicação dos recursos de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> .
	§ 6º As entidades autorizadas a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários no País ficam responsáveis pela transmissão, aos responsáveis tributários de que trata o § 5º, das informações necessárias para a apuração do imposto, relativos ao tratamento tributário a que está sujeito o tomador e ao valor dos reembolsos.
	<b>Art. 24.</b> Na hipótese de empréstimo de títulos públicos e de outros títulos ou valores mobiliários sujeitos à tributação nos termos do disposto no art. 5º, o reembolso dos rendimentos ficará sujeito à incidência do imposto sobre a renda de acordo com as regras previstas neste artigo quando:
	I - o prestador estiver sujeito ao IRRF sobre os rendimentos dos títulos e valores mobiliários nos termos do disposto no art. 5º; e
	II - o tomador for isento ou dispensado da retenção do IRRF sobre rendimentos dos títulos e valores mobiliários.
	§ 1º Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários de que trata o caput ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre renda pela alíquota prevista no art. 23, § 1º.
	§ 2º O imposto de que trata o § 1º será devido pelo tomador.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 3º No caso de tomador residente ou domiciliado em jurisdição de tributação favorecida, de que trata o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , a responsabilidade pelo pagamento do imposto será da instituição responsável pelo cumprimento das suas obrigações tributárias no País, nos termos do disposto no art. 40 desta Medida Provisória.
	<b>Art. 25.</b> O disposto nos art. 23 e art. 24 aplica-se também, para fins de incidência do imposto sobre a renda sobre os rendimentos e proventos recebidos pelo tomador nas operações de empréstimo que não estiverem previstas nos referidos artigos, nas hipóteses em que:
	I - o tomador dos títulos ou valores mobiliários for isento ou imune do IRRF e o prestador for tributado; ou
	II - o tomador estiver sujeito a uma alíquota de IRRF menor do que aquela a que o prestador estaria sujeito se não houvesse o empréstimo.
	Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso II do caput, a alíquota do IRRF corresponderá à diferença positiva entre a alíquota a que se sujeitaria o prestador se não houvesse o empréstimo, diminuída da alíquota a que se sujeita o tomador sobre os proventos ou rendimentos recebidos.
	<b>Art. 26.</b> O valor do reembolso dos proventos e rendimentos de que tratam os art. 23, art. 24 e art. 25 será líquido do imposto sobre a renda de que tratam esses artigos, hipótese em que se aplica ao prestador o tratamento tributário previsto nos art. 19 ao art. 22.
	<b>Art. 27.</b> O imposto sobre a renda de que tratam os art. 23, art. 24 e art. 25:
	I - deverá ser recolhido em cota única, no prazo previsto no art. 70 da <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> ; e
	II - será definitivo, sem direito a qualquer restituição ou compensação.
	Seção V
	Da alienação de títulos e valores mobiliários pelo tomador
	<b>Art. 28.</b> Caso o tomador aliene os títulos ou valores mobiliários emprestados durante o prazo do empréstimo, o ganho da operação ficará sujeito à incidência do imposto sobre a renda de acordo com as regras previstas neste artigo.
	§ 1º Na data da alienação, será verificado o valor de alienação.
	§ 2º Na data da recompra dos títulos ou valores mobiliários, será calculado o ganho do tomador, o qual corresponderá à diferença positiva entre:



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	I - o valor da alienação de que trata o § 1º; e
	II - o custo de aquisição dos títulos ou valores mobiliários na recompra.
	§ 3º Caso o tomador não efetue a recompra dos títulos ou valores mobiliários, o ganho do tomador será calculado, na data da liquidação do empréstimo, da seguinte forma:
	I - se houver liquidação do empréstimo com outros títulos ou valores mobiliários de sua titularidade, pela diferença positiva entre:
	a) o valor da alienação de que trata o § 1º; e
	b) o custo de aquisição médio do título ou valor mobiliário utilizado para liquidação do empréstimo; ou
	II - se houver liquidação do empréstimo em dinheiro, pela diferença positiva entre:
	a) o valor da alienação de que trata o § 1º; e
	b) o valor da liquidação do empréstimo em dinheiro.
	§ 4º O ganho do tomador de que tratam os § 2º e § 3º ficará sujeito, na data da recompra ou da liquidação do empréstimo, conforme o caso, à incidência do imposto sobre a renda de acordo com as regras aplicáveis aos:
	I - ganhos líquidos nos mercados de bolsa e de balcão organizado, no caso de alienação nesses mercados; e
	II - ganhos de capital, nos demais casos.
	Seção VI Da mudança de titularidade entre prestador e tomador
	<b>Art. 29.</b> Não há incidência de imposto sobre a renda, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins nas mudanças de titularidade do título ou valor mobiliário emprestado entre o prestador e o tomador.
	CAPÍTULO V
	DOS ATIVOS VIRTUAIS
	<b>Art. 30.</b> Os rendimentos, inclusive os ganhos líquidos, auferidos em operações com ativo virtual, incluindo arranjo financeiro com ativo virtual que seja a representação digital de valor negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada com propósito de pagamento ou de investimento, nos termos do caput do art. 3º da <a href="#">Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022</a> , incluindo criptoativos e criptomoedas, ficam sujeitos à tributação de acordo com o disposto neste Capítulo.
	<b>Art. 31.</b> No caso das pessoas físicas residentes no País e das pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples Nacional, os rendimentos, inclusive os ganhos líquidos, de que trata o art. 30 ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento).



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 1º Os ganhos líquidos correspondem à diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição, e é permitida:
	I - a dedução dos custos e das despesas cobrados pelos intermediários, desde que sejam efetivamente pagos, necessários à realização e à manutenção das operações e suportados por documentação hábil e idônea; e
	II - a compensação de perdas realizadas nas negociações com ativo virtual no período de apuração e em até cinco períodos de apuração anteriores.
	§ 2º O imposto de que trata o caput:
	I - será apurado em período de apuração trimestral;
	II - deverá ser pago pelo contribuinte no prazo previsto no art. 70 da <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> ; e
	III - será considerado definitivo.
	§ 3º Caso o ativo virtual represente outra modalidade de aplicação financeira, cuja regra de tributação seja distinta, os respectivos rendimentos, inclusive os ganhos líquidos, serão tributados de acordo com as regras aplicáveis à aplicação financeira subjacente.
	<b>Art. 32.</b> No caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, os ganhos líquidos nas operações com ativos virtuais integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, vedada a dedução de perdas.
	<b>Art. 33.</b> Os rendimentos auferidos na cessão temporária de ativos virtuais ficam sujeitos à retenção do IRRF, hipótese em que se aplicam as regras previstas no Capítulo II.
	<b>Art. 34.</b> As perdas realizadas nas negociações com ativo virtual até 31 de dezembro de 2025 somente poderão ser compensadas de acordo com a legislação vigente à referida data.
	Parágrafo único. As perdas realizadas por pessoa física residente no País nas negociações com ativo virtual a partir de 1º de janeiro de 2026 que não puderem ser compensadas com os ativos virtuais, nos termos do disposto no art. 31, § 1º, inciso II, não poderão ser compensadas com os demais rendimentos de aplicações financeiras no País declarados na DAA, nos termos do disposto no art. 3º.
	<b>Art. 35.</b> O disposto neste Capítulo aplica-se também:



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	I - às operações em que os ativos virtuais estiverem sob custódia do próprio contribuinte residente no País, inclusive quando possuir chaves ou códigos que possibilitem, sem intermediário, acesso ao controle e à movimentação dos ativos virtuais e que permitam a realização de transferência entre endereços públicos, assim como a realização de operações com arranjos financeiros, centralizados ou não, com ativos virtuais; e
	II - às operações com ativos virtuais enquadrados como aplicações financeiras no exterior, nos termos do disposto no art. 3º, § 3º, da <a href="#">Lei 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a> .
	CAPÍTULO VI
	DOS INVESTIDORES RESIDENTES OU DOMICILIADOS NO EXTERIOR
	Seção I
	Da regra geral
	<b>Art. 36.</b> Exceto nas hipóteses previstas expressamente em lei, os rendimentos de aplicações financeiras e de ativos virtuais no País auferidos por investidores residentes ou domiciliados no exterior ficam sujeitos à incidência do IRRF de acordo com as regras aplicáveis às pessoas físicas residentes no País.
	§ 1º O IRRF de que trata o caput será definitivo, vedada qualquer compensação de ganhos e perdas.
	§ 2º Exceto nas hipóteses previstas expressamente em lei, os rendimentos auferidos por investidores residentes ou domiciliados em jurisdição de tributação favorecida, de que trata o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , ficam sujeitos ao IRRF à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento).
	Seção II
	Das regras especiais
	<b>Art. 37.</b> Os ganhos líquidos auferidos por investidores residentes ou domiciliados no exterior nas negociações de ações, bônus de subscrição, recibos de subscrição e certificados de depósito de ações, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas negociações nos mercados de bolsa e de balcão organizado no País, ficam isentos do imposto sobre a renda, desde que os investidores não sejam residentes ou domiciliados em jurisdição de tributação favorecida, de que trata o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> .



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 38.</b> Caso haja a conversão do investimento de outra modalidade para a modalidade sujeita às normas e condições estabelecidas pelo CMN, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, fica sujeita à incidência do IRRF a diferença entre o valor de mercado do investimento na data da conversão e o custo de aquisição, de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital, de que trata o art. 18 da <a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a> .
	Parágrafo único. Para fins da determinação do valor de mercado de que trata o caput, será considerado o preço médio ponderado do ativo, apurado nas negociações ocorridas nos mercados de bolsa com maior volume de operações com o ativo no mês anterior à conversão da modalidade do investimento ou, caso não tenha havido negócios naquele mês, no mês anterior mais próximo.
	<b>Art. 39.</b> Caso haja a conversão de modalidade de investimento que estaria isenta em operações no mercado de bolsa, na forma prevista no art. 38, para modalidade de investimento que ficará sujeita à tributação, na forma prevista no art. 36:
	I - a diferença entre o valor de mercado na data da conversão e o custo de aquisição ficará isenta do imposto sobre a renda; e
	II - será atribuído como custo de aquisição do investimento o valor de mercado na data da conversão.
	Parágrafo único. O valor de mercado será determinado de acordo com o disposto no art. 38, parágrafo único.
	Seção III
	Do responsável tributário
	<b>Art. 40.</b> O investidor residente ou domiciliado no exterior titular de aplicação financeira no País deverá nomear instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil que ficará responsável pelo cumprimento das obrigações tributárias relativas à aplicação financeira.
	CAPÍTULO VII
	DEMAIS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO PAÍS
	<b>Art. 41.</b> Os rendimentos dos seguintes títulos e valores mobiliários ficam sujeitos ao IRRF à alíquota de 5% (cinco por cento):
	I - Letras Hipotecárias, Letras de Crédito Imobiliário – LCI e Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, de que tratam, respectivamente, a <a href="#">Lei nº 7.684, de 2 de dezembro de 1988</a> , os art. 12 a art. 17 da <a href="#">Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004</a> , e o art. 6º da <a href="#">Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997</a> ;



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	II - Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, Warrant Agropecuário – WA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, de que tratam os art. 1º e art. 23 da <a href="#">Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004</a> ;
	III - Cédula de Produto Rural – CPR, com liquidação financeira, de que trata a <a href="#">Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994</a> , desde que negociada no mercado financeiro;
	IV - Letras Imobiliárias Garantidas – LIG, de que trata o art. 63 da <a href="#">Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a> ;
	V - Letras de Crédito do Desenvolvimento – LCD, de que trata a <a href="#">Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024</a> ; e
	VI - títulos e valores mobiliários relacionados a projetos de investimento e infraestrutura, de que trata o art. 2º da <a href="#">Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</a> .
	§ 1º O disposto no Capítulo II aplica-se aos rendimentos de que trata o caput deste artigo, com exceção das regras previstas no art. 5º, § 7º a § 9º, e art. 9º.
	§ 2º O IRRF de que trata este artigo deverá ser recolhido no prazo previsto no art. 70 da <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> , e será considerado:
	I - definitivo, no caso de pessoa física residente no País, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional; ou
	II - antecipação do IRPJ devido no encerramento do período de apuração, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado.
	§ 3º Os rendimentos, inclusive os ganhos líquidos, e as perdas realizadas com as aplicações financeiras de que trata o caput não poderão ser compensadas na DAA.
	§ 4º O disposto neste artigo não se aplica aos títulos e valores mobiliários, inclusive as cotas de fundos de investimento, emitidos e integralizados até 31 de dezembro de 2025, que continuarão sendo regidos de acordo com as regras que lhes eram aplicáveis antes da edição desta Medida Provisória, inclusive se alienados posteriormente em mercado secundário.
	§ 5º No caso das aplicações financeiras isentas ou tributadas à alíquota zero em 31 de dezembro de 2025 que passarem a ser tributadas por força do disposto nesta Medida Provisória, se houver alteração do prazo de vencimento, aplica-se a alíquota de 5% (cinco por cento) sobre os rendimentos auferidos a partir da data da renegociação.



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	<b>Art. 42.</b> Ficam isentos do imposto sobre a renda os rendimentos, inclusive os ganhos líquidos, dos títulos e valores mobiliários e das demais aplicações financeiras integrantes das carteiras dos FII e dos Fiagro.
	Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também ao recebimento de aluguel de imóveis.
	<b>Art. 43.</b> Os rendimentos auferidos pelos cotistas nas aplicações nos fundos de que trata o art. 42 ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 17,5% (dezesete inteiros e cinco décimos por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.
	§ 1º É responsável pela retenção e pelo recolhimento do IRRF o administrador do fundo de investimento ou a instituição que intermediar recursos por conta e ordem de seus clientes na forma prevista no art. 31 da <a href="#">Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a> .
	§ 2º O disposto no art. 9º aplica-se ao imposto de que trata este artigo.
	<b>Art. 44.</b> Os rendimentos distribuídos aos cotistas pessoas físicas pelos FII e pelos Fiagro cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado ficam sujeitos à retenção do imposto sobre a renda à alíquota de 5% (cinco por cento), quando possuírem, no mínimo, cem cotistas.
	§ 1º O disposto no caput não se aplica:
	I - ao cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos FII ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhes derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo; e
	II - ao conjunto de cotistas pessoas físicas ligadas a titulares de cotas que representem 30% (trinta por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos FII ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhes derem direito ao recebimento de rendimento superior a 30% (trinta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.
	§ 2º O fundo de investimento terá prazo de até cento e oitenta dias, contado da data da primeira integralização de cotas, para se enquadrar ao requisito mínimo de cotistas de que trata o caput.
	§ 3º Caso o fundo deixe de se enquadrar no requisito mínimo de cotistas de que trata o caput, ele poderá manter o tratamento tributário previsto neste artigo desde que retome a quantidade mínima de cotistas no prazo de trinta dias.



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 4º Consideram-se pessoas físicas ligadas ao cotista pessoa física, para fins do disposto no inciso II do § 1º, os seus parentes até o segundo grau.
	§ 5º O disposto no art. 41, § 1º a § 5º, aplica-se aos rendimentos de que trata o caput deste artigo.
	§ 6º A distribuição de rendimentos referida no caput deverá respeitar o limite de lucros apurados segundo o regime de competência.
	§ 7º Os valores distribuídos acima dos lucros apurados a que se refere o § 6º serão considerados pelos cotistas como redução no custo de aquisição das cotas.
	<b>Art. 45.</b> Os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação de cotas dos fundos que trata o art. 42, por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda às mesmas alíquotas e normas aplicáveis aos ganhos de capital, nos termos do disposto na legislação específica, ou aos ganhos líquidos, nos termos do disposto no Capítulo III.
	CAPÍTULO VIII
	DAS ALTERAÇÕES DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
<a href="#">Lei nº 7.713, de 22 dezembro de 1988</a>	<b>Art. 46.</b> A <a href="#">Lei nº 7.713, de 22 dezembro de 1988</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 16. O custo de aquisição dos bens e direitos será o preço ou valor pago, e, na ausência deste, conforme o caso: .....	“Art. 16. .... .....
	§ 5º Para apuração do custo de aquisição de ativos negociados em mercados de bolsa e de balcão organizado no País, na impossibilidade de aplicação do disposto no caput, a autoridade fiscal deverá considerar o menor valor de cotação dentre os valores mensais de fechamento do ativo verificados nos últimos cento e vinte meses anteriores à data da liquidação da operação.
	§ 6º Para os bens cujo valor não possa ser determinado na forma prevista neste artigo, o custo de aquisição será considerado igual a zero.” (NR)
<a href="#">Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995</a>	<b>Art. 47.</b> A <a href="#">Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 22. Fica isento do imposto de renda o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, cujo preço unitário de alienação, no mês em que esta se realizar, seja igual ou inferior a:	“Art. 22. Fica isento da incidência do imposto sobre a renda o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, cujo preço unitário de alienação, no mês em que ela for realizada, seja igual ou inferior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).
I - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso de alienação de ações negociadas no mercado de balcão;	
II - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nos demais casos.	



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Parágrafo único. No caso de alienação de diversos bens ou direitos da mesma natureza, será considerado, <b>para os efeitos deste artigo</b> , o valor do conjunto dos bens alienados no mês.	<b>§ 1º Na hipótese</b> de alienação de diversos bens ou direitos da mesma natureza, será considerado <b>^</b> o valor do conjunto dos bens alienados no mês.
	<b>§ 2º</b> A isenção de que trata o caput não se aplica aos ganhos líquidos nos mercados de bolsa e de balcão organizado no País, aos ganhos na negociação de ativos virtuais e aos demais rendimentos de aplicações financeiras no País e no exterior." (NR)
<a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a>	<b>Art. 48.</b> A <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 17. Serão computados na determinação do lucro real os resultados líquidos, positivos ou negativos, obtidos em operações de cobertura (hedge) realizadas em mercados de liquidação futura, diretamente pela empresa brasileira, em bolsas no exterior.	"Art. 17. Serão computados na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL os resultados líquidos, positivos ou negativos, obtidos em operações de cobertura de riscos (hedge) por meio de contratos derivativos com contrapartes no exterior.
Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo.	
	<b>§ 1º</b> Os resultados negativos somente poderão ser computados caso as operações de que trata o caput sejam:
	I - realizadas a preços de mercado; e
	II - registradas em mercados de bolsa ou de balcão, organizado ou não, no País ou no exterior.
	<b>§ 2º</b> Para fins do registro de que trata o § 1º, as instituições registradoras, no País ou no exterior, deverão dispor de sistemas que permitam aferir se os preços na abertura e no encerramento são consistentes com os praticados no mercado.
	<b>§ 3º</b> Somente será admitido o cômputo de resultados negativos na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL nos casos em que o preço for formado em mercado respaldado por quantidade suficiente de operações entre terceiros realizadas com o respectivo ativo, nos termos de regulamentação editada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.
	<b>§ 4º</b> O cumprimento do disposto nos § 1º a § 3º não dispensa a observância às regras de preços de transferência de que tratam a <a href="#">Lei nº 14.596, de 14 de junho de 2023</a> ." (NR)
<a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a>	<b>Art. 49.</b> A <a href="#">Lei nº 9.481, de 13 de agosto de 1997</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 1º A alíquota do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos auferidos no País, por residentes ou domiciliados no exterior, fica reduzida para zero, nas seguintes hipóteses:	“Art. 1º ..... .....
IV - valores correspondentes a operações de cobertura de riscos de variações, no mercado internacional, de taxas de juros, de paridade entre moedas e de preços de mercadorias (hedge);	IV - valores correspondentes a operações de cobertura de riscos (hedge) por meio de contratos derivativos com contrapartes no exterior, desde que atendam ao disposto no art. 17 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> ;
<a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>	<b>Art. 50.</b> A <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º O disposto no art. 1º desta Lei não se aplica aos ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e assemelhadas, inclusive day trade, que permanecem sujeitos à legislação vigente e serão tributados às seguintes alíquotas:	“Art. 2º ^ Os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em mercados de bolsa e de balcão organizado, inclusive day trade, ficam sujeitos ao disposto neste artigo.
I - 20% (vinte por cento), no caso de operação day trade ;	
II - 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses.	
§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:	§ 1º As operações a que se refere o caput, inclusive day trade, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento) sobre os seguintes valores:
§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser:	§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º ^:
I - deduzido do imposto sobre ganhos líquidos apurados no mês;	I - no caso das pessoas físicas residentes no País:
	a) poderá ser deduzido do imposto sobre a renda das pessoas físicas sobre os ganhos líquidos apurados no mesmo período de apuração, ou em períodos de apuração subsequentes; ou
	b) poderá ser deduzido do I imposto sobre a renda das pessoas físicas sobre os rendimentos declarados na ficha da DAA de que trata o art. 3º da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025;
II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes;	II - no caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, será considerado antecipação do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas devido; e



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
III - compensado na declaração de ajuste se, após a dedução de que tratam os incisos I e II deste parágrafo, houver saldo de imposto retido;	III - no caso das pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, poderá ser deduzido do imposto sobre a renda das pessoas físicas sobre os ganhos líquidos apurados no mesmo período ou em períodos de apuração subsequentes.
IV - nos mercados à vista, o valor da alienação, nas operações com ações, ouro ativo financeiro e outros valores mobiliários neles negociados.	
<a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a>	<b>Art. 51.</b> A <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 70. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2006, os recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF e do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF serão efetuados nos seguintes prazos:	“Art. 70. ....
I - IRRF:	I - .....
b) até o 3º (terceiro) dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores, no caso de:	b) até o ^ terceiro^ dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores, no caso de:
	4. ganho de capital auferido por residentes ou domiciliados no exterior na alienação de bens ou direitos localizados no País;
	III - até o último dia útil do mês subsequente ao encerramento do período de apuração, no caso do IRPF sobre ganhos líquidos auferidos em negociações de aplicações financeiras nos mercados de bolsa e de balcão organizado.
<a href="#">Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006</a>	<b>Art. 52.</b> A <a href="#">Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea "a" do § 2º do art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> , produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).	“Art. 1º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras produzidos por títulos públicos ^, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em jurisdição de tributação favorecida, de que trata o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> .



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações em fundos de investimento de que trata o art. 2º desta Lei quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.	“Art. 3º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos auferidos nas aplicações dos Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Conselho Monetário Nacional.
<a href="#">Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007</a>	<b>Art. 53.</b> A <a href="#">Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º Os rendimentos auferidos no resgate de cotas do FIP-IE e do FIP-PD&I, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.	“Art. 2º Os rendimentos auferidos no resgate de cotas do FIP-IE e do FIP-PD&I, inclusive quando decorrentes de liquidação <sup>^</sup> , ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.
§ 1º Os ganhos auferidos na alienação de cotas de fundos de investimento de que trata o caput serão tributados:	§ 1º .....
I - à alíquota 0 (zero), quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa ou fora de bolsa;	I - à alíquota 0% (zero por cento), exclusivamente na fonte, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa ou mercado de balcão organizado, em operações realizadas com cotas emitidas e integralizadas até 31 de dezembro de 2025;
II - como ganho líquido, à alíquota de 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa;	II - <sup>^</sup> à alíquota 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional;
.....	.....
	III-A - à alíquota 5% (cinco por cento), exclusivamente na fonte, quando auferidos por pessoa física em operações realizadas com cotas emitidas e integralizadas após 31 de dezembro de 2025; e
	.....
§ 5º Na hipótese de liquidação ou transformação do fundo, conforme previsto no § 9º do art. 1º desta Lei, aplicar-se-ão as alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> .	§ 5º Na hipótese de liquidação ou transformação do fundo, conforme previsto no art. 1º, § 9º, desta Lei, será aplicada a alíquota de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento).



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 6º Para fins do disposto neste artigo, aplicam-se as disposições do art. 41, § 1º a § 5º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)
<a href="#">Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</a>	Art. 54. A <a href="#">Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 1º Fica reduzida a 0 (zero) a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea a do § 2º do art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> , quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento), produzidos por:	“Art. 1º Fica reduzida a ^zero^ a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em jurisdição de tributação favorecida, de que trata o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , produzidos por: .....
Art. 2º No caso de debêntures emitidas por sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade por ações, dos certificados de recebíveis imobiliários e de cotas de emissão de fundo de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado, relacionados à captação de recursos com vistas em implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal, os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda, <b>exclusivamente na fonte</b> , às seguintes alíquotas:	“Art. 2º No caso de debêntures emitidas por sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade por ações, dos certificados de recebíveis imobiliários e de cotas de emissão de fundo de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado, relacionados à captação de recursos com vistas a implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal, os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda^ às seguintes alíquotas:
I - 0% (zero por cento), quando auferidos por pessoa física; e	I - 0% (zero por cento), <b>exclusivamente na fonte</b> , quando auferidos por pessoa física, <b>relativamente a títulos e valores mobiliários emitidos e integralizados até 31 de dezembro de 2025; ^</b>
II - 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).	II - <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos)</b> por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte <b>— Simples Nacional; e</b>
	III - 5% (cinco por cento), <b>exclusivamente na fonte</b> , quando auferidos por pessoa física, <b>relativamente a debêntures emitidas e integralizadas após 31 de dezembro de 2025.</b> .....
	§ 11. Para fins do disposto neste artigo, aplicam-se as disposições do art. 41, § 1º a § 5º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 3º As instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários ao exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários poderão constituir fundo de investimento que estabeleça em seu regulamento que a aplicação de seus recursos nos ativos de que trata o art. 2º desta Lei não poderá ser inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de referência do fundo.	“Art. 3º .....
§ 1º Os cotistas dos fundos de investimento de que trata o caput ou dos fundos de investimentos em cotas de fundo de investimento que detenham, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) dos seus recursos alocados em cotas dos fundos de investimento de que trata o caput, terão sua alíquota do imposto sobre a renda, incidente sobre os rendimentos produzidos pelos fundos de que trata o caput, reduzida a:	§ 1º .....
I - 0% (zero por cento), quando:	I - .....
a) pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento);	a) pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior <sup>^</sup> que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, <b>pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, exceto em jurisdição de tributação favorecida, de que trata o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;</b>
b) auferidos por pessoa física;	b) auferidos por pessoa física, <b>relativamente a cotas emitidas e integralizadas até 31 de dezembro de 2025;</b>
II - 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado e por pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional.	II - <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, e por pessoa jurídica isenta ou optante pelo Simples Nacional; e</b>
	<b>III - 5% (cinco por cento), quando auferidos por pessoa física, relativamente a cotas emitidas e integralizadas após 31 de dezembro de 2025.</b>
§ 2º Os cotistas dispostos na alínea “b” do inciso I e no inciso II do § 1º sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda exclusivamente na fonte.	§ 2º Os cotistas <b>de que tratam o</b> inciso I, alínea “b”, e inciso <b>III</b> do § 1º sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda exclusivamente na fonte.
§ 2º-B. Não se aplica ao fundo de investimento de que trata o caput e ao fundo de investimento em cota de fundo de investimento de que trata o § 1º a incidência do imposto de renda na fonte prevista no art. 3º da <a href="#">Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004</a> .	§ 2º-B Não se aplica ao fundo de investimento de que trata o caput e ao fundo de investimento em cota de fundo de investimento de que trata o § 1º a incidência do imposto sobre a renda na fonte <b>a que se refere o art. 17, caput, incisos I e II, da Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023.</b>



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 6º Na hipótese de liquidação ou transformação do fundo conforme previsto no § 3º, aplicar-se-ão aos rendimentos de que trata o § 1º a alíquota de 15% (quinze por cento) para os cotistas dispostos na alínea “a” do inciso I e as alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>, para os cotistas dispostos na alínea “b” do inciso I e no inciso II, não se aplicando a incidência exclusivamente na fonte para os cotistas do inciso II.</p>	<p>§ 6º Na hipótese de liquidação ou transformação do fundo, conforme previsto no § 3º, <b>aplica-se</b> aos rendimentos de que trata o § 1º a alíquota de <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos)</b> por cento) <b>de imposto sobre a renda na fonte</b> <sup>^</sup>.</p>
<p>§ 8º O regime de tributação previsto neste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas relacionadas no inciso I do art. 77 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a>.</p>	<p>§ 8º O regime de tributação previsto neste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas <b>de que trata o art. 7º da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025</b>.</p>
	<p><b>§ 11. Para fins do disposto neste artigo, aplicam-se as disposições do art. 41, § 1º a § 5º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)</b></p>
<p><a href="#">Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</a></p>	<p><b>Art. 55. A <a href="#">Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</b></p>
<p>Art. 97. Ficam isentos de Imposto sobre a Renda - IR os rendimentos, inclusive ganhos de capital, pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a>, produzidos por fundos de investimentos, cujos cotistas sejam exclusivamente investidores estrangeiros.</p>	<p>“Art. 97. ....</p>
<p>§ 2º Incluem-se entre os ativos de que trata o § 1º aqueles negociados em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas e que sejam isentos de tributação, <b>na forma da alínea “b” do § 2º do art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a></b>, desde que sejam negociados pelos fundos, nas mesmas condições previstas na referida Lei, para gozo do incentivo fiscal.</p>	<p>§ 2º Incluem-se entre os ativos de que trata o § 1º aqueles negociados <b>nos mercados de bolsa e de balcão organizado isentos do imposto sobre a renda, na forma prevista em lei</b>, <sup>^</sup> desde que sejam negociados pelos fundos<sup>^</sup> nas mesmas condições previstas <b>em lei</b><sup>^</sup> para gozo do incentivo fiscal.</p>
<p><a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a></p>	<p><b>Art. 56. A <a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a>, passa a vigorar com as seguintes alterações:</b></p>



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por cotistas de fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário administrado por bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda fixa (Fundos de Índice de Renda Fixa) e cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de ativos financeiros que integrem o índice de renda fixa de referência, sujeitam-se ao imposto sobre a renda às seguintes alíquotas:	“Art. 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por cotistas de fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário administrado por bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e a rentabilidade de índices de renda fixa (Fundos de Índice de Renda Fixa) e cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de ativos financeiros que integrem o índice de renda fixa de referência, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 20% (vinte por cento).”
	§ 7º O imposto sobre a renda de que trata este artigo incidirá à alíquota de 7,5% (sete inteiros e cinco décimos por cento), exclusivamente na fonte, sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos por pessoa física cotista de Fundos de Índice de Renda Fixa cuja carteira seja composta exclusivamente pelos ativos de que trata o art. 41, caput, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.
	§ 8º Para fins do disposto neste artigo, aplicam-se as disposições do art. 41, § 1º a § 5º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)
<a href="#">Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a>	<b>Art. 57.</b> A <a href="#">Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 90. Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos e ganhos de capital produzidos pela LIG quando o beneficiário for:	“Art. 90. .... .....
	III - pessoa física residente no país, relativamente aos títulos emitidos e integralizados até 31 de dezembro de 2025; ou
	IV - residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, relativamente aos títulos emitidos e integralizados até 31 de dezembro de 2025.” (NR)
	“Art. 90-A. Os rendimentos e ganhos de capital produzidos pela LIG, relativamente aos títulos emitidos e integralizados após 31 de dezembro de 2025, ficam sujeitos à retenção na fonte do imposto de renda retido na fonte à alíquota de 5% (cinco por cento), exclusivamente na fonte, quando o beneficiário for:
	I - pessoa física residente no país; ou



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	II - residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.
	§ 1º No caso de residente ou domiciliado em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , aplica-se a alíquota de que trata o art. 36, § 2º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.
	§ 2º Para fins do disposto neste artigo, aplicam-se as disposições do art. 41, § 1º a § 5º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)
<a href="#">Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a>	<b>Art. 58.</b> A <a href="#">Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º A pessoa física residente no País declarará, de forma separada dos demais rendimentos e dos ganhos de capital, na Declaração de Ajuste Anual (DAA), os rendimentos do capital aplicado no exterior, nas modalidades de aplicações financeiras e de lucros e dividendos de entidades controladas.	“Art. 2º .....
§ 1º Os rendimentos de que trata o caput <b>deste artigo</b> ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF), no ajuste anual, à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a parcela anual dos rendimentos, hipótese em que não será aplicada nenhuma dedução da base de cálculo.	§ 1º Os rendimentos de que trata o caput <sup>^</sup> ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas – IRPF, no ajuste anual, à alíquota de <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos</b> por cento) sobre a parcela anual dos rendimentos, hipótese em que não será aplicada nenhuma dedução da base de cálculo.
Art. 3º Os rendimentos auferidos em aplicações financeiras no exterior pelas pessoas físicas residentes no País serão tributados na forma prevista no art. 2º desta Lei.	“Art. 3º ..... .....
	§ 4º Os rendimentos com ativos virtuais enquadrados como aplicações financeiras no exterior, nos termos do disposto no § 3º deste artigo, não serão computados na DAA e ficarão sujeitos às regras previstas nos art. 30 a art. 35 da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)
Art. 5º Os lucros apurados pelas entidades controladas no exterior por pessoas físicas residentes no País, enquadradas nas hipóteses previstas neste artigo, serão tributados em 31 de dezembro de cada ano, na forma prevista no art. 2º desta Lei.	“Art. 5º ..... .....



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 1º-A Para fins de interpretação do § 1º, considera-se compreendido no conceito de entidade, inclusive, o ativo virtual que represente, de forma direta ou indireta, direito sobre carteira de investimentos em aplicações financeiras, participações societárias ou demais ativos no exterior, ainda que não formalizado sob a forma de pessoa jurídica ou estrutura reconhecida por jurisdição estrangeira.
§ 13. Poderão ser deduzidos do lucro da pessoa jurídica controlada, direta ou indireta, a parcela correspondente aos lucros e aos dividendos de suas investidas que forem pessoas jurídicas domiciliadas no País e os rendimentos e os ganhos de capital dos demais investimentos feitos no País, desde que sejam tributados pelo Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota igual ou superior a 15% (quinze por cento), aplicado o disposto neste artigo também no momento da distribuição de dividendos pela entidade controlada para a pessoa física residente no País.	§ 13. Poderão ser deduzidos do lucro da pessoa jurídica controlada, direta ou indireta, a parcela correspondente aos lucros e aos dividendos de suas investidas que forem pessoas jurídicas domiciliadas no País e os rendimentos e os ganhos de capital dos demais investimentos feitos no País, desde que sejam tributados pelo Imposto sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF à alíquota igual ou superior a 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), aplicado o disposto neste artigo também no momento da distribuição de dividendos pela entidade controlada para a pessoa física residente no País.
Art. 9º A pessoa física residente no País poderá compensar as perdas realizadas em aplicações financeiras no exterior a que se refere o art. 3º, quando devidamente comprovadas por documentação hábil e idônea, com rendimentos auferidos em aplicações financeiras no exterior, na ficha da DAA de que trata o art. 2º desta Lei, no mesmo período de apuração.	“Art. 9º .....
§ 2º Caso no final do período de apuração haja acúmulo de perdas não compensadas, essas perdas poderão ser compensadas com rendimentos computados na ficha da DAA de que trata o art. 2º desta Lei em períodos de apuração posteriores.	§ 2º Caso, no final do período de apuração, haja acúmulo de perdas não compensadas, essas perdas poderão ser compensadas com rendimentos computados na ficha da DAA de que trata o art. 2º ^ em até cinco períodos de apuração posteriores.
Art. 17. Os rendimentos das aplicações em fundos de investimento ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas:	“Art. 17. ....
§ 1º A alíquota do IRRF será a seguinte:	§ 1º A alíquota do IRRF será de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento).
I - como regra geral:	
a) 15% (quinze por cento), na data da tributação periódica de que trata o inciso I do caput deste artigo; e	



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
b) o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas de que trata o inciso II do caput deste artigo; ou	
II - nos fundos de que trata o art. 6º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> :	
a) 20% (vinte por cento), na data da tributação periódica de que trata o inciso I do caput deste artigo; e	
b) o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista nos incisos I e II do § 2º do art. 6º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> , na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas de que trata o inciso II do caput deste artigo.	
.....	
§ 6º As perdas <b>apuradas</b> na amortização ou no resgate de cotas poderão ser compensadas, exclusivamente, com ganhos apurados nas incidências posteriores e na distribuição de rendimentos, na amortização ou no resgate de cotas do mesmo fundo de investimento, ou de outro fundo de investimento administrado pela mesma pessoa jurídica, desde que este fundo esteja sujeito ao mesmo regime de tributação.	§ 6º As perdas <b>^</b> na amortização ou no resgate de cotas <b>realizadas até 31 de dezembro de 2025</b> poderão ser compensadas, exclusivamente, com ganhos apurados nas incidências posteriores e na distribuição de rendimentos, na amortização ou no resgate de cotas do mesmo fundo de investimento, ou de outro fundo de investimento administrado pela mesma pessoa jurídica, desde que <b>o</b> fundo esteja sujeito ao mesmo regime de tributação.
	§ 6º-A As perdas na amortização ou no resgate de cotas realizadas a partir de 1º de janeiro de 2026 poderão ser compensadas com rendimentos de aplicações financeiras no País declarados na DAA, na forma prevista no art. 3º da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.
§ 7º A compensação de perdas de que trata o § 6º <b>deste artigo</b> somente será admitida se a perda constar de sistema de controle e registro mantido pelo administrador que permita a identificação, em relação a cada cotista, dos valores compensáveis.	§ 7º A compensação de perdas de que <b>tratam os § 6º e § 6º-A</b> <b>^</b> somente será admitida se a perda constar de sistema de controle e registro mantido pelo administrador que permita a identificação, em relação a cada cotista, dos valores compensáveis.
.....	.....
Art. 24. Os rendimentos nas aplicações nos fundos de que trata o art. 18 desta Lei ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.	“Art. 24. Os rendimentos nas aplicações nos fundos de que trata o art. 18 desta Lei ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos)</b> por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.
.....	.....
§ 2º Aplica-se aos rendimentos de que trata este artigo o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º, no inciso II do § 5º e nos §§ 6º e 7º do art. 17 <b>desta Lei</b> .	§ 2º Aplica-se aos rendimentos de que trata este artigo o disposto no art. 17, § 2º, § 3º, § 4º, § 5º, inciso II, § 6º, <b>§ 6º-A</b> e § 7º <b>^</b> .” (NR)



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 26. Os rendimentos das aplicações nos FIPs, nos ETFs e nos FIDCs que não forem classificados como entidades de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), nas datas previstas nos incisos I e II do caput do art. 17 <b>desta Lei</b> .	“Art. 26. Os rendimentos das aplicações nos FIPs, nos ETFs e nos FIDCs que não forem classificados como entidades de investimentos ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF à alíquota de <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento)</b> nas datas previstas no art. 17, caput, incisos I e II <b>^</b> . .....
Seção VI	“Seção VI
Disposições Comuns	Disposições comuns
	Art. 29-A. O cotista pessoa jurídica tributado com base no lucro real computará, nas bases de cálculo de IRPJ e de CSLL, os rendimentos decorrentes da variação do valor patrimonial da cota do fundo, segundo o regime de competência.
	§ 1º O cotista pessoa jurídica de que trata o caput poderá evidenciar em subconta:
	I - no caso das aplicações em FIA ou em FIP, enquadrados ou não como entidades de investimento, a parcela do valor patrimonial da cota do fundo correspondente à contrapartida positiva ou negativa decorrente da avaliação, pelo valor patrimonial ou pelo valor justo, de cotas ou de ações de emissão de pessoas jurídicas domiciliadas no País representativas de controle ou de coligação integrantes da carteira dos fundos, nos termos do disposto no art. 243 da <a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</a> ; e
	II - no caso das aplicações em FII ou em Fiagro, a parcela do valor patrimonial da cota do fundo correspondente à contrapartida positiva ou negativa decorrente da avaliação de bens imóveis.
	§ 2º No caso de aplicação da pessoa jurídica em fundo de investimento que invista, direta ou indiretamente, em cotas dos fundos de que tratam os incisos I e II do § 1º, também poderá ser registrada a subconta de que trata o referido parágrafo.
	§ 3º A subconta de que tratam os incisos I e II do § 1º será revertida e o seu saldo comporá a base de cálculo do IRPJ e da CSLL da pessoa jurídica no momento da alienação, pelo fundo, do ativo vinculado à subconta.
	§ 4º Na hipótese em que o investimento no fundo deva ser reconhecido contabilmente como instrumento financeiro avaliado a valor justo, o cotista pessoa jurídica de que trata o caput também poderá evidenciar em subconta a diferença entre o valor contábil do investimento da pessoa jurídica no fundo, avaliado a valor justo, e o custo de aquisição da cota.



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	§ 5º A subconta de que trata o § 4º ficará sujeita ao disposto nos art. 13 e art. 14 da <a href="#">Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</a> .” (NR)
	“Art. 29-B. O cotista pessoa jurídica tributado com base no lucro presumido ou arbitrado computará, nas bases de cálculo de IRPJ e de CSLL:
	I - se for utilizado o regime de competência, os rendimentos decorrentes da variação do valor patrimonial da cota do fundo, de acordo com as regras aplicáveis às pessoas jurídicas tributadas no lucro real de que trata o art. 29-A; ou
	II - se for utilizado o regime de caixa, os rendimentos apurados na amortização ou resgate de cotas.” (NR)
Art. 32. O IRRF incidente sobre rendimentos de aplicações em fundos de investimento será:	“Art. 32. ....
	I - no caso de pessoa física residente no País, antecipação do IRPF devido na DAA, na forma prevista no art. 3º da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025;
I - definitivo, no caso de <b>pessoa física residente no País</b> e de pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional); ou	II - definitivo, no caso <sup>^</sup> de pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte <b>—</b> Simples Nacional; ou
II - antecipação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) devido no encerramento do período de apuração, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado.	III - antecipação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas <b>—</b> IRPJ devido no encerramento do período de apuração, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado.” (NR)
Art. 33. São dispensadas da retenção na fonte do IRRF <b>incidente sobre</b> os rendimentos de aplicações em fundos de investimento as pessoas jurídicas domiciliadas no País de que trata o inciso I do caput do art. 77 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> .	“Art. 33. São <b>dispensados</b> da retenção na fonte do IRRF <sup>^</sup> os rendimentos de aplicações em fundos de investimento <b>auferidos pelas</b> pessoas jurídicas domiciliadas no País referidas no art. 7º da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)
Art. 34. Os rendimentos de aplicações em fundos de investimento no País apurados por investidores residentes ou domiciliados no exterior nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional ficarão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de 15% (quinze por cento), na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.	“Art. 34. Os rendimentos de aplicações em fundos de investimento no País apurados por investidores residentes ou domiciliados no exterior nos termos da regulamentação <b>editada pelo</b> Conselho Monetário Nacional ficarão sujeitos à incidência do IRRF à alíquota de <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos</b> por cento) <sup>^</sup> na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas.
<a href="#">Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024</a>	<b>Art. 59.</b> A <a href="#">Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 3º O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos relacionados às debêntures de que trata o art. 2º desta Lei ficará sujeito à retenção na fonte e às alíquotas vigentes para as aplicações financeiras de renda fixa, e será: .....	“Art. 3º ..... .....
§ 1º O regime de tributação na fonte previsto neste artigo não se aplica aos rendimentos decorrentes de aplicações de titularidade das pessoas jurídicas referidas no inciso I do caput do art. 77 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> . .....	§ 1º O regime de tributação na fonte previsto neste artigo não se aplica aos rendimentos decorrentes de aplicações de titularidade das pessoas jurídicas referidas no <b>art. 7º da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025</b> . .....
§ 3º Os rendimentos decorrentes das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento), exceto quando auferidos por beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida e por beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos dos arts. 24 e 24-A da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , caso em que será aplicada a alíquota de 25% (vinte e cinco por cento). .....	§ 3º Os rendimentos decorrentes das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda à alíquota de <b>17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos)</b> por cento), exceto quando auferidos por beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida e por beneficiário de regime fiscal privilegiado, nos termos <b>do disposto no art. 24 ^ da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</b> , caso em que será aplicada a alíquota de <b>que trata o art. 36, § 2º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025</b> . .....
Art. 4º Os rendimentos decorrentes das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei ficam sujeitos ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 10% (dez por cento), quando auferidos pelos fundos isentos no resgate, na amortização e na alienação de cotas ou na distribuição de rendimentos, <b>tais como os fundos de que tratam o art. 2º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, o art. 1º da Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007, e o inciso II do caput do art. 1º e os arts. 2º e 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</b> .  <a href="#">Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024</a>	“Art. 4º Os rendimentos decorrentes das debêntures de que trata o art. 2º desta Lei ficam sujeitos ao imposto sobre a renda na fonte à alíquota de <b>5% (cinco por cento)</b> , quando auferidos pelos fundos isentos <b>ou sujeitos à alíquota reduzida</b> no resgate, na amortização e na alienação de cotas ou na distribuição de rendimentos^.” (NR)  <b>Art. 60.</b> A <a href="#">Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 6º Os rendimentos produzidos pelas LCDs sujeitar-se-ão à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, <b>exclusivamente na fonte</b> , às seguintes alíquotas:  I - 0% (zero por cento), quando: .....	“Art. 6º Os rendimentos produzidos pelas LCDs <b>sujeitam-se</b> à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza ^ às seguintes alíquotas:  I - 0% (zero por cento), <b>exclusivamente na fonte, relativamente aos títulos emitidos e integralizados até 31 de dezembro de 2025</b> , quando: .....



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
II - 15% (quinze por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado ou por pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).	II - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), quando auferidos por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, ou por pessoa jurídica isenta ou optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional); e
	III - 5% (cinco por cento), exclusivamente na fonte, relativamente aos títulos emitidos e integralizados após 31 de dezembro de 2025, quando:
	a) auferidos por pessoa física residente ou domiciliada no País, relativamente aos títulos emitidos e integralizados após 31 de dezembro de 2025; e
	b) pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior que realizar operações financeiras no País, de acordo com as normas e as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, observado o disposto no § 1º.
§ 1º No caso de residente ou domiciliado em país com tributação favorecida ou em regime fiscal privilegiado a que se referem os arts. 24 e 24-A da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será aplicada a alíquota de 15% (quinze por cento).	§ 1º No caso de residente ou domiciliado em país com tributação favorecida ^ nos termos do disposto no art. 24 ^ da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, será aplicada a alíquota de que trata o art. 36, § 2º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.
	§ 6º Para fins do disposto neste artigo, aplicam-se as disposições do art. 41, § 1º a § 5º, da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)
	CAPÍTULO IX
	DAS DEMAIS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO
	Seção I
	Das apostas de quota fixa
<a href="#">Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018</a>	<b>Art. 61.</b> A <a href="#">Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa em meio físico ou virtual, salvo disposição em lei específica, será destinado:	“Art. 30. .... .....



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 1º-A Do produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III e V do caput deste artigo, 88% (oitenta e oito por cento) serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e demais jogos de apostas, excetuadas as modalidades lotéricas previstas nesta Lei, e 12% (doze por cento) terão as seguintes destinações:</p> <p>.....</p>	<p>§ 1º-A Do produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III e V do caput deste artigo, 82% (oitenta e dois por cento) serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e demais jogos de apostas, excetuadas as modalidades lotéricas previstas nesta Lei, 6% (seis por cento) serão destinados à seguridade social, para ações na área da saúde e sem prejuízo da destinação prevista no inciso IV-A, e 12% (doze por cento) terão as seguintes destinações:</p> <p>.....</p>
<p>§ 9º A contribuição de que trata o inciso IV-A do § 1º-A deste artigo será apurada e recolhida pelos agentes operadores, mensalmente, na forma estabelecida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, no exercício das atribuições de que trata o art. 2º da <a href="#">Lei nº 9.003, de 16 de março de 1995</a>.</p> <p>.....</p>	<p>§ 9º A contribuição de que trata o inciso IV-A e o caput do § 1º-A deste artigo será apurada e recolhida pelos agentes operadores, mensalmente, na forma estabelecida pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, no exercício das atribuições de que trata o art. 2º da <a href="#">Lei nº 9.003, de 16 de março de 1995</a>.</p> <p>.....</p>
	Seção II
	Da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
<a href="#">Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</a>	<b>Art. 62.</b> A <a href="#">Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 3º A alíquota da contribuição é de:	“Art. 3º .....
I - 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da <a href="#">Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> ;	I - ^ 15% (quinze por cento) ^, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das instituições de pagamento, nos termos do disposto na <a href="#">Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013</a> , e das pessoas jurídicas referidas no art. 1º, § 1º, incisos II, III ^ e V a XIII, da <a href="#">Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> ;
II-A - 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da <a href="#">Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> ; e	II-A - ^ 20% (vinte por cento) ^, no caso das pessoas jurídicas referidas no art. 1º, § 1º, incisos I e IV, da <a href="#">Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> , e das pessoas jurídicas de capitalização; e
.....	.....
	Seção III
	Dos juros sobre o capital próprio
<a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a>	<b>Art. 63.</b> A <a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 9º A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.	“Art. 9º .....
.....	.....



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. .....	§ 2º Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 20% (vinte por cento) na data do pagamento ou do crédito ao beneficiário. .....
	Seção IV
	Do aperfeiçoamento da compensação de tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda
<a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a>	<b>Art. 64.</b> A <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 74. O sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados por aquele Órgão. .....	“Art. 74. .... .....
§ 12. Será considerada não declarada a compensação nas hipóteses: .....	§ 12. .... .....
II - em que o crédito: .....	II - .... .....
	g) seja decorrente de pagamento indevido ou a maior que o devido, com fundamento em documento de arrecadação inexistente; ou
	h) seja decorrente do regime de incidência não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep ou da COFINS, cujo crédito não guarde qualquer relação com a atividade econômica do sujeito passivo. .....
	Seção V
	Dos recursos financeiros da educação
<a href="#">Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</a>	<b>Art. 65.</b> A <a href="#">Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a: .....	“Art. 70. .... .....



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; .....	VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas e concessão de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado à permanência e à conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público; .....
	Seção VI
	Do exame médico-pericial na concessão de benefícios e da compensação previdenciária
<a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>	<b>Art. 66.</b> A <a href="#">Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 60. O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz. .....	“Art. 60. .... .....
§ 11-A. O exame médico-pericial previsto nos §§ 4º e 10 deste artigo, a cargo da Previdência Social, poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental conforme situações e requisitos definidos em regulamento.	§ 11-A. O exame médico-pericial previsto no caput e no § 10 ^, a cargo da Previdência Social, poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental, conforme as situações e os requisitos estabelecidos em regulamento.
	§ 11-B. A duração do benefício de auxílio por incapacidade temporária concedido por análise documental não poderá exceder ao prazo de trinta dias.
	§ 11-C. Os benefícios com duração superior ao prazo de que trata o § 11-B estarão sujeitos à realização de perícia presencial ou com o uso de telemedicina.
	§ 11-D. A duração máxima do benefício de auxílio por incapacidade temporária por análise documental poderá ser diferenciada entre as categorias de segurados do RGPS, observado o prazo de duração de trinta dias a que se refere o § 11-B.
	§ 11-E. O prazo de duração previsto no § 11-B poderá ser excepcionalizado por ato do Poder Executivo federal, de forma justificada e por prazo determinado. .....
<a href="#">Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999</a>	<b>Art. 67.</b> A <a href="#">Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
	“Art. 8º-B. A despesa federal anual resultante da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios fica limitada à dotação orçamentária para essa despesa na data de publicação de cada lei orçamentária anual.” (NR)
	Seção VII

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional - Telefone: 3303-4050

(Elaboração: 24/06/2025 15:26)



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	Da transformação de funções gratificadas
	<b>Art. 68.</b> Ficam transformadas mil oitocentas e vinte e uma Funções Gratificadas – FG, de que trata o art. 26 da <a href="#">Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991</a> , em mil oitocentas e vinte e uma Funções Comissionadas Executivas – FCE, instituídas pela <a href="#">Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021</a> v, no âmbito do Poder Executivo federal, na forma do Anexo a esta Medida Provisória.
	Parágrafo único. O disposto no caput produzirá efeitos a partir da data de entrada em vigor do decreto de alteração da estrutura regimental do Ministério da Fazenda que realizar os remanejamentos das funções de confiança correspondentes.
	<b>Art. 69.</b> As Funções Gratificadas instituídas pelo art. 26 da <a href="#">Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991</a> , ficam extintas e os seus ocupantes dispensados a partir da data de entrada em vigor do decreto de alteração da estrutura regimental do Ministério da Fazenda que realizar os remanejamentos das funções de que trata o art. 68 desta Medida Provisória.
	Seção VIII
	Do combate à exploração da loteria de apostas de quota fixa sem autorização
<a href="#">Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023</a>	<b>Art. 70.</b> A <a href="#">Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 17. Sem prejuízo do disposto na regulamentação do Ministério da Fazenda, é vedado ao agente operador de apostas de quota fixa veicular publicidade ou propaganda comercial que: .....	“Art. 17. .... .....
	§ 6º As empresas provedoras de conexão à internet e de aplicações de internet deverão manter canal exclusivo, permanente e funcional, de comunicação com o órgão regulador, destinado ao recebimento e à tramitação prioritária das determinações previstas neste artigo, de modo a assegurar tratamento célere e prazos de resposta compatíveis com a urgência das medidas adotadas.” (NR)
Art. 21. É vedado aos instituidores de arranjos de pagamento, bem como às instituições financeiras e de pagamento, permitir transações, ou a elas dar curso, que tenham por finalidade a realização de apostas de quota fixa com pessoas jurídicas que não tenham recebido a autorização para exploração de apostas de quota fixa prevista nesta Lei.	“Art. 21. ....



Texto alterado



Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Parágrafo único. A vedação prevista no caput <b>deste artigo</b> <b>passará a vigorar em prazo definido pelo Ministério da Fazenda, não podendo ser inferior a 90 (noventa) dias do início do credenciamento dos agentes operadores de apostas de quota fixa.</b>	Parágrafo único. A vedação <b>de que trata o</b> caput <b>^ inclui:</b>
	<b>I - a implementação de procedimentos internos para o cumprimento dessa obrigação;</b>
	<b>II - a proibição de manutenção de relacionamento com pessoas jurídicas que explorem a atividade de apostas de quota fixa sem autorização prevista nesta Lei; e</b>
	<b>III - a comunicação de dados previstos em regulamentação editada pelo Ministério da Fazenda." (NR)</b>
Art. 39. Constitui infração administrativa punível nos termos desta Lei ou das demais normas legais e regulamentares aplicáveis à loteria de apostas de quota fixa cujo cumprimento seja fiscalizado pelo Ministério da Fazenda, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação:	"Art. 39. .... .....
VII - descumprir normas legais e regulamentares cujo cumprimento caiba ao órgão administrativo competente fiscalizar; <b>e</b>	VII - descumprir normas legais e regulamentares cujo cumprimento caiba ao órgão administrativo competente fiscalizar; <b>^</b>
VIII - executar, incentivar, permitir ou, de qualquer forma, contribuir ou concorrer para práticas atentatórias à integridade esportiva, à incerteza do resultado esportivo, à igualdade entre os competidores e à transparência das regras aplicáveis ao evento esportivo, bem como para qualquer outra forma de fraude ou interferência indevida apta a afetar a lisura ou a higidez das condutas associadas ao desempenho idôneo da atividade esportiva.	VIII - executar, incentivar, permitir ou, de qualquer forma, contribuir ou concorrer para práticas atentatórias à integridade esportiva, à incerteza do resultado esportivo, à igualdade entre os competidores e à transparência das regras aplicáveis ao evento esportivo, <b>e</b> para qualquer outra forma de fraude ou interferência indevida apta a afetar a lisura ou a higidez das condutas associadas ao desempenho idôneo da atividade esportiva; <b>e</b>
	<b>IX - descumprir o disposto no art. 21 e em sua regulação.</b>
Art. 40. O disposto neste Capítulo também se aplica às pessoas físicas ou jurídicas que:	"Art. 40. .... .....
II - atuem como administradores ou membros da diretoria, do conselho de administração ou de outros órgãos previstos no estatuto de pessoa jurídica sujeita à competência do Ministério da Fazenda, nos termos desta Lei.	II - atuem como administradores ou membros da diretoria, do conselho de administração ou de outros órgãos previstos no estatuto de pessoa jurídica sujeita à competência do Ministério da Fazenda, nos termos <b>do disposto nesta Lei; e</b>
	<b>III - realizem, direta ou indiretamente, qualquer forma de publicidade ou propaganda em meios de comunicação, físicos ou virtuais, de agente que exerça, sem a devida autorização, atividade relacionada a apostas de quota fixa." (NR)</b>
	CAPÍTULO X
	DISPOSIÇÕES FINAIS



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<a href="#">Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003</a>	<b>Art. 71.</b> A <a href="#">Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:
Art. 2º Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários, nos termos do regulamento. .....	“Art. 2º ..... .....
	§ 11. A concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal somente ocorrerá após a homologação do registro de que trata o inciso I do § 2º pelo Governo municipal ou distrital da localidade do solicitante, nos termos do regulamento.” (NR)
Art. 5º O benefício do seguro-desemprego a que se refere esta Lei será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, instituído pela <a href="#">Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990</a> .	“Art. 5º ..... .....
	§ 1º A despesa resultante da concessão do benefício de que trata esta Lei fica limitada a dotação orçamentária para essa despesa na data de publicação de cada lei orçamentária anual.
	§ 2º A concessão do benefício de que trata esta Lei observará o disposto no § 1º.
	§ 3º No exercício de 2025, a despesa de que trata o § 1º observará a dotação vigente na data de publicação da Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025.” (NR)
	<b>Art. 72.</b> Os créditos financeiros de que trata a <a href="#">Medida Provisória nº 1.301, de 30 de maio de 2025</a> , apurados mensalmente, serão utilizados na compensação de tributos federais, inscritos ou não em dívida ativa da União, inclusive os decorrentes de autuação por descumprimento dos requisitos previstos na <a href="#">Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021</a> .
	<b>Art. 73.</b> Compete à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil regulamentar o disposto nesta Medida Provisória.
	<b>Art. 74.</b> Ficam revogados:
<a href="#">Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967</a> Concede estímulos fiscais à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais.	I - o <a href="#">Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967</a> ;
<a href="#">Decreto-Lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967</a>	II - os art. 1º a art. 3º do <a href="#">Decreto-Lei nº 238, de 28 de fevereiro de 1967</a> ;
Art. 1º Fica acrescentado o seguinte parágrafo 3º ao artigo 2º do <a href="#">Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967</a> :m	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>“§ 3º Os recursos provenientes de depósitos ou de venda de certificados de compra de ações previsto no “caput” dêste artigo, deverão ficar mantidos em depósito no Banco do Brasil, em conta especial, à disposição das instituições mencionadas neste artigo, enquanto não forem aplicados na compra de ações novas ou de debêntures conversíveis em ações.”</p> <p>Art. 2º - O artigo 4º do <a href="#">Decreto-lei nº 157</a>, passa a ter seguinte redação:</p> <p>“Art. 4º As pessoas jurídicas, obedecidas as condições mencionadas no artigo anterior, poderão deduzir do imposto de renda devido, no exercício financeiro de 1967, a importância equivalente a cinco por cento (5%) dêsse imposto desde que a mesma importância seja aplicada na efetivação do depósito ou na compra de certificados referidos no artigo 2º”.</p> <p>“Parágrafo único. O benefício fiscal previsto neste artigo será concedido cumulativamente com os de que tratam as Leis nºs <a href="#">4.239, de 27 de junho de 1963</a>, <a href="#">4.869, de 1º de dezembro de 1965</a> e <a href="#">nº 5.174, de 27 de outubro de 1966</a>, desde que observado o limite máximo de cinquenta e cinco por cento (55%) do valor do imposto devido.”</p> <p>Art. 3º O inciso d, do artigo 7º do <a href="#">Decreto-lei nº 157</a> passa a ter a seguinte redação:</p> <p>"d) aplicar os recursos provenientes de aumento de capital integralizado com opção de uma das providências acima enumeradas, em capital circulante, aumentando a proporção do passivo não exigível em relação ao exigível, verificada no último balanço anterior a 1º de janeiro de 1967 e assegurando a relação resultante com o recebimento dêsses recursos por período não inferior a três anos (3), considerado como capital próprio as debêntures conversíveis em ações, de prazo mínimo de três (3) anos.”</p> <p><a href="#">Lei nº 5.308, de 7 de julho de 1967</a></p> <p>Altera o art. 15 do <a href="#">Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967</a>, que “concede estímulos fiscais à capitalização das empresas; reforça os incentivos à compra de ações; facilita o pagamento de débitos fiscais”, e dá outras providências.</p> <p><a href="#">Decreto-Lei nº 614, de 6 de junho de 1969</a></p> <p>Altera dispositivos do <a href="#">Decreto-lei número 403, de 30-12-68</a>, sobre tributação de títulos de renda fixa; do <a href="#">Decreto-lei nº 401, de 30-12-68</a>, sobre imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza; e da <a href="#">Lei nº 4.728, de 14-7-65</a>, na parte relativa a debêntures conversíveis em ações.</p> <p><a href="#">Decreto-Lei nº 1.214, de 26 de abril de 1972</a></p>	<p></p> <p>III - a <a href="#">Lei nº 5.308, de 7 de julho de 1967</a>;</p> <p>IV - o <a href="#">Decreto-Lei nº 614, de 6 de junho de 1969</a>;</p> <p>V - o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.214, de 26 de abril de 1972</a>;</p>



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Altera os Decretos-leis nºs <a href="#">157, de 10 de fevereiro de 1967</a> , e <a href="#">1.161, de 19 de março de 1971</a> , e dá outras providências	
<a href="#">Decreto-Lei nº 1.302, de 31 de dezembro de 1973</a>	VI - o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.302, de 31 de dezembro de 1973</a> ;
Altera a sistemática de Correção Monetária do Ativo Imobilizado e de cálculo da Manutenção de Capital de Giro Próprio e dá outras providências.	
<a href="#">Decreto-Lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a>	VII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a> ;
Dispõe sobre incentivos fiscais a investimentos realizados por pessoas físicas, aplica novo tratamento fiscal aos rendimentos de investimentos e dá outras providências.	
<a href="#">Decreto-Lei nº 1.454, de 7 de abril de 1976</a>	VIII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.454, de 7 de abril de 1976</a> ;
Dispõe sobre o Imposto de Renda incidente em títulos de renda fixa, altera disposições fiscais previstas no <a href="#">Decreto-lei número 1.338, de 23 de julho de 1974</a> , e dá outras providências.	
<a href="#">Decreto-Lei nº 1.494, de 7 de dezembro de 1976</a>	IX - do <a href="#">Decreto-Lei nº 1.494, de 7 de dezembro de 1976</a> :
Art 1º - O valor dos rendimentos produzidos por títulos de renda fixa - letras de câmbio com aceite de instituições financeiras e debêntures em geral - e depósitos a prazo fixo com ou sem emissão de certificado, qualquer que seja a forma de seu pagamento, inclusive correção monetária prefixada, estará sujeito ao imposto de renda na fonte à alíquota de 10% (dez por cento).	a) os art. 1º e art. 2º;
§ 1º - O imposto de que trata este artigo incide também sobre os rendimentos obtidos nos adiantamentos sobre contratos de aceite cambial.	
§ 2º - O imposto é considerado ônus do adquirente e será pela corretora distribuidora ou instituição financeira interveniente, retido na fonte por ocasião da primeira negociação do título.	
§ 3º - Se a pessoa jurídica realizar nova negociação do título por valor inferior ao que pagou na sua aquisição, reterá o imposto de renda na fonte sobre a diferença.	
§ 4º - Cabe à pessoa jurídica anotar, no título, o valor da negociação e do tributo retido.	
§ 5º - Os rendimentos de que trata este artigo auferidos por pessoa física, classificáveis na cédula " B ", serão, à opção do contribuinte tributados exclusivamente na fonte ressalvado o disposto no artigo 3º.	
§ 6º - Quando os rendimentos forem auferidos por pessoa jurídica, o imposto a que se refere este artigo será deduzido do imposto devido segundo a declaração de rendimentos anual, na proporção que existir entre o prazo em que o título houver permanecido no ativo durante o período-base e o prazo total de seu vencimento.	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 7º - A falta de retenção e de recolhimento do imposto sujeitará o responsável à multa de 15% (quinze por cento) do valor do título.	b) os art. 5º a art. 7º; e
Art 2º - Os juros produzidos pelos títulos ou aplicações de que trata o artigo 6º do <a href="#">Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a> , emitidos ou realizadas a partir de 1º de janeiro de 1977, serão tributados na fonte à alíquota de 30% (trinta por cento).	
Art 5º - O Conselho Monetário Nacional poderá reduzir ou aumentar em até 50% (cinquenta por cento) as alíquotas previstas nos artigos 1º, 2º e 4º com o fim de atender a situações conjunturais da economia ou em função dos prazos de resgate dos títulos ou das aplicações realizadas.	
Art 6º - Ficam revogadas as alíneas " a ", " c ", " f ", " g " e " h " do artigo 2º do <a href="#">Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a> passando as alíneas " j " a " o " e o § 7º do referido artigo a vigorar com a seguinte redação:	
"Art. 2º - .....	
j) subscrição de ações de sociedades anônimas de capital aberto 25% (vinte e cinco por cento);	
l) subscrição de ações de sociedades anônimas de capital aberto, integralizadas mediante a conversão de debêntures, sem prejuízo da redução do imposto que tenha sido utilizada em consequência da aquisição das debêntures convertidas, desde que satisfeitas as condições enumeradas no § 4º do artigo 4º, no caso de levantamento da indisponibilidade ou da custódia, antes do término do prazo ali previsto: 25% (vinte e cinco por cento);	
m) subscrição de ações de sociedades anônimas de capital aberto, dedicadas a empreendimentos turísticos aprovados pelo Conselho Nacional de Turismo: 25% (vinte e cinco por cento);	
n) aquisição por compra no pregão normal das Bolsas de Valores, de ações de sociedades anônimas de capital aberto observadas as condições do § 2º: 10% (dez por cento);	
o) depósitos em cadernetas de poupança do Sistema Financeiro da Habitação: 4% (quatro por cento) do saldo médio anual de valor não superior a 400 (quatrocentas) Unidades Padrão de Capital, aprovadas pelo Banco Nacional da Habitação para o mês de dezembro do ano-base.	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>7º - Vencido o período de indisponibilidade para qualquer dos benefícios mencionados nas alíneas " i ", " j ", " l ", " m " e " n ", poderá a pessoa física utilizar-se, uma única vez de nova redução do imposto, em percentual igual ao previsto na alínea " n ", obrigando-se, todavia, a manter indisponíveis ou custodiadas as mesmas ações por um período de 2 (dois) anos, observado o disposto neste Decreto-lei."</p> <p>Art 7º - Ficam revogados os incisos III, IV e V do artigo 12 do <a href="#">Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a>.</p> <p>Art 9º - Ficam revogados os §§ 1º, 2º e 3º do artigo 11 do <a href="#">Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a>, acrescentando-se ao referido artigo o seguinte parágrafo:</p> <p>"Parágrafo único - Os rendimentos previstos neste artigo, quando distribuídos em dinheiro a pessoas físicas, também estarão isento de tributação na fonte ou na declaração."</p> <p>Art 10 - O parágrafo único do artigo 6º do <a href="#">Decreto-lei nº 1.454, de 7 de abril de 1976</a> passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Parágrafo único - Aos rendimentos auferidos pelos fundos de que trata este artigo aplicar-se-á o disposto no artigo 18 do <a href="#">Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a>."</p> <p>Art 11 - Sobre o valor total dos rendimentos distribuídos pelos fundos de que trata o artigo 6º, do <a href="#">Decreto-lei nº 1.454, de 7 de abril de 1976</a>, incidirá o imposto previsto no artigo 1º deste Decreto-lei.</p> <p>Parágrafo único - Constitui base de cálculo para a incidência prevista neste artigo a diferença entre o valor da aplicação e o de resgate, nela computadas as valorizações decorrentes de reinvestimentos.</p> <p>Art 12 - O § 6º do artigo 4º do <a href="#">Decreto-lei nº 902, de 30 de setembro de 1969</a>, passa a ter a seguinte redação:</p> <p>"§ 6º - O rendimento líquido tributável será de 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta se, após a aplicação das reduções mencionadas nos parágrafos anteriores, ainda exceder a este limite."</p> <p>Art 13 - O § 3º do artigo 15 do <a href="#">Decreto-lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"§ 3º - As quotas previstas no § 1º, que serão nominativas e endossáveis e poderão ser transferidas mediante endosso em branco datado e assinado por seu titular, ou por mandatário especial, terão sua cotação realizada diariamente pelos bancos operadores."</p> <p>Art 14 - O § 1º de artigo 7º do <a href="#">Decreto-lei nº 1.302, de 31 de dezembro de 1973</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p>	c) os art. 9º a art. 16;



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>"§ 1º - O imposto será retido pelo cartório do Juízo onde ocorrer a execução da sentença, no ato do pagamento ou crédito do rendimento, ou no momento em que, por qualquer forma o rendimento se torne disponível para o beneficiário."</p> <p>Art 15 - O abatimento, da renda bruta de juros de dívidas pessoais, inclusive os pagos ao Sistema Financeiro da Habitação, não poderá ultrapassar a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) anuais.</p> <p>Art 16 - Não serão admissíveis nas células " E " e " H ", deduções a título de juros.</p> <p><a href="#">Decreto-Lei nº 1.584, de 29 de novembro de 1977</a></p>	
<p>Art 3º - O artigo 7º do <a href="#">Decreto-lei nº 1.302, de 31 de dezembro de 1973</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 7º - Estão sujeitas ao desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de 5% (cinco por cento), como antecipação do que for devido na declaração do beneficiário, as importâncias pagas ou creditadas a pessoas físicas ou jurídicas, a título de:</p> <p>I - juros, indenizações por lucros cessantes, decorrentes de sentença judicial;</p> <p>II - honorários advocatícios, bem como remunerações pela prestação de serviços no curso do processo judicial, tais como serviços de engenheiro, médico, contabilista, leiloeiro, perito, assistente técnico, avaliador, síndico, testamenteiro, liquidante, etc.</p> <p>§ 1º - O imposto será retido pelo cartório do juízo onde ocorrer a execução da sentença, no ato do pagamento ou crédito do rendimento, ou no momento em que, por qualquer forma, o recebimento se torne disponível para o beneficiário.</p> <p>§ 2º - o recolhimento do imposto a que se refere este artigo será feito no mês seguinte àquele em que se verificar o fato gerador.</p> <p>§ 3º - As importâncias percebidas pelas pessoas físicas a título de indenização por lucros cessantes classificam-se nas cédulas correspondentes à natureza do rendimento indenizado.</p> <p>§ 4º - O Ministro da Fazenda baixará as normas necessárias para aplicação do disposto neste artigo"</p> <p><a href="#">Decreto-Lei nº 1.641, de 7 de dezembro de 1978</a></p>	<p>X - o art. 3º do <a href="#">Decreto-Lei nº 1.584, de 29 de novembro de 1977</a>;</p>
<p>Art 8º - As alíneas "i" e "j" do artigo 2º do <a href="#">Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974</a>, passam a vigorar com a seguinte redação:</p>	<p>XI - o art. 8º do <a href="#">Decreto-Lei nº 1.641, de 7 de dezembro de 1978</a>;</p>



Texto alterado



Texto revogado



Texto excluído



Indicador de exclusão de termo ou dispositivo



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>"Art. 2º - .....</p> <p>i) subscrição de ações de empresas industriais ou agrícolas, consideradas de interesse para o desenvolvimento econômico do Nordeste ou da Amazônia, nos termos da legislação específica, e de quotas dos Fundos de Investimentos do Nordeste (FINOR) ou da Amazônia (FINAM): 45% (quarenta e cinco por cento);</p> <p>j) subscrição de ações de sociedades anônimas abertas - 30% (trinta por cento)."</p>	
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 1.980, de 22 de dezembro de 1982</a></p> <p>Altera a legislação do imposto de renda relativa aos fundos em condomínio e dá outras providências.</p>	XII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 1.980, de 22 de dezembro de 1982</a> ;
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 2.027, de 9 de junho de 1983</a></p> <p>Altera a legislação do imposto de renda sobre rendimentos de aplicações financeiras de curto prazo e dá outras providências.</p>	XIII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.027, de 9 de junho de 1983</a> ;
<p><a href="#">Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985</a></p> <p>Art. 39. Fica sujeito à incidência do imposto de renda na fonte o rendimento produzido por títulos, obrigações ou aplicações sujeitos à atualização monetária por qualquer índice, ou que tenha remuneração calculada com base em taxas variáveis.</p> <p>§ 1º A alíquota do imposto será de 40% (quarenta por cento).</p> <p>§ 2º Consideram-se rendimento quaisquer valores que constituam remuneração do capital aplicado, independentemente da denominação que lhe seja dada, tais como juros, ágios, deságios, prêmios e comissões.</p> <p>§ 3º O imposto será retido pela pessoa jurídica que pagar ou creditar o rendimento, no ato do pagamento ou crédito, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.</p> <p>§ 4º O deságio concedido na primeira colocação de títulos ou obrigações será tributado, no momento da colocação, à alíquota de 50% (cinquenta por cento).</p> <p>Art 40 - Fica sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de 45% (quarenta e cinco por cento), o ganho de capital auferido na cessão ou liquidação de títulos, obrigações ou aplicações de renda fixa, inclusive os previstos no artigo anterior.</p> <p>§ 1º - A base de cálculo do imposto será a diferença a maior entre o preço da cessão ou liquidação e o de aquisição corrigido monetariamente. A cessão ou liquidação compreende qualquer operação que implique obtenção de ganho de capital, tais como venda, resgate, amortização e conversão.</p>	<p>XIV - da <a href="#">Lei nº 7.450, de 23 de dezembro de 1985</a>:</p> <p>a) os art. 39 a art. 51; e</p>

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 2º - A Secretaria da Receita Federal baixará normas para efeito de considerar, na apuração da base de cálculo, os rendimentos do título, bem como para efeito de corrigir o preço de aquisição.	
§ 3º - Na amortização parcial, o imposto incidirá sobre o ganho calculado proporcionalmente à parcela amortizada.	
Art 41 - O pagamento do imposto de que trata o artigo anterior compete:	
I - ao emitente ou aceitante no resgate, amortização ou conversão;	
II - ao cedente, ressalvado o disposto nos incisos III e IV deste artigo;	
III - ao cessionário, se pessoa jurídica, e ao cedente, se pessoa física;	
IV - ao cessionário, se instituição financeira, e ao cedente, se pessoa jurídica não-financeira.	
Parágrafo único - Sempre que o ganho de capital for auferido por fundo em condomínio de títulos ou valores mobiliários, a responsabilidade pelo imposto compete a seu administrador.	
Art. 42. Fica alterada para 50% (cinquenta por cento) a alíquota estabelecida no artigo 1º <a href="#">do Decreto-lei nº 2.027, de 9 de junho de 1983</a> , a qual incidirá, exclusivamente na fonte, sobre rendimentos auferidos por quaisquer beneficiários, inclusive instituições financeiras. (Revogado pelo <a href="#">Decreto-Lei nº 2.394, de 1987</a> )	
Parágrafo único. No caso de rendimentos tributados na forma deste artigo, o imposto de renda não será dedutível e o rendimento real da aplicação poderá ser excluído do lucro líquido da pessoa jurídica tributada com base no lucro real.	
Art 43 - O Conselho Monetário Nacional - CMN, por proposta do Ministro da Fazenda, poderá:	
I - alterar a alíquota do imposto incidente sobre rendimentos produzidos por títulos e obrigações de renda fixa, bem como sobre os respectivos ganhos de capital, em função da natureza da aplicação, vedada, em caso de aumento, elevação superior a 10 (dez) pontos percentuais;	
II - excluir o rendimento real e o deságio concedido na primeira colocação de títulos e obrigações da base de cálculo de que trata o artigo 7º do <a href="#">Decreto-lei nº 1.641, de 7 de dezembro de 1978</a> , e dos artigos 39 e 40 desta lei.	
III - excluir de tributação os rendimentos e ganhos de capital produzidos por títulos e obrigações emitidos pelo Poder Público.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art 44 - Ao rendimento e ao ganho de capital de que trata esta lei aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 6º do <a href="#">Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983</a> .	
Art. 45. Fica revogada a atualização monetária de que trata o artigo 14 do <a href="#">Decreto-lei nº 1.967, de 23 de novembro de 1982</a> .	
Parágrafo único. A revogação de que trata este artigo aplicar-se-á em relação aos períodos-base encerrados a partir de janeiro de 1986.	
Art 46 - A falta de pagamento do imposto de que tratam os arts. 39 e 40 desta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação do imposto de renda no regime de fonte.	
Art 47 - Não incide o imposto de que trata o art. 40 desta lei sobre os ganhos auferidos em operações financeiras de aquisição e subsequente transferência ou resgate, a curto prazo, de títulos ou valores mobiliários. (Revogado pelo <a href="#">Decreto-lei nº 2.284, de 1986</a> )	
Parágrafo único - Considera-se de curto prazo as operações assim definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. (Revogado pelo <a href="#">Decreto-lei nº 2.284, de 1986</a> )	
Art 48 - A pessoa jurídica que colocar no mercado ou alienar títulos de renda fixa fornecerá ao adquirente documento de que constem pela menos a data e o preço da operação, a caracterização do título e o imposto de renda retido.	
Art 49 - Se, no momento da cessão ou liquidação, o possuidor não apresentar o documento de que trata o artigo anterior, o ganho de capital será arbitrado segundo critério fixado pela autoridade fiscal.	
Art 50 - O imposto de que trata o art. 39 desta lei será exigido em relação às aplicações realizadas a partir de 1º de Janeiro de 1986 e às obrigações ou títulos emitidos a partir do mesma data, e o de que trata o art. 40, em relação às cessões ou liquidações de aplicações, obrigações ou títulos, adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1986.	
Art 51 - Ficam compreendidos na incidência do imposto de renda todos os ganhos e rendimentos de capital, qualquer que seja a denominação que lhes seja dada, independentemente da natureza, da espécie ou da existência de título ou contrato escrito, bastando que decorram de ato ou negócio, que, pela sua finalidade, tenha os mesmos efeitos do previsto na norma específica de incidência do imposto de renda.	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art 53 - Sujeitam-se ao desconto do imposto de renda, à alíquota de 5% (cinco por cento), como antecipação do devido na declaração de rendimentos, as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas:</p> <p>I - a título de comissões, corretagens ou qualquer outra remuneração pela representação comercial ou pela mediação na realização de negócios civis e comerciais;</p> <p>II - por serviços de propaganda e publicidade.</p> <p>Parágrafo único - No caso do inciso II deste artigo, excluem-se da base de cálculo as importâncias pagas diretamente ou repassadas a empresas de rádio, televisão, jornais e revistas, atribuída à pessoa jurídica pagadora e à beneficiária responsabilidade solidária pela comprovação da efetiva realização dos serviços.</p>	b) o art. 53;
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986</a></p> <p>Estende aos fundos em condomínio a que se refere o artigo 50 da <a href="#">Lei nº 4.728, 14 de julho de 1965</a>, o tratamento fiscal previsto no <a href="#">Decreto-lei nº 1.986, de 28 de dezembro de 1982</a>, e dá outras providências.</p>	XV - o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986</a> ;
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986</a></p> <p>Dispõe sobre a instituição, em benefício do trabalhador, de planos de poupança e investimento (PAIT), e dá outras providências.</p>	XVI - o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986</a> ;
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 2.394, de 21 de dezembro de 1987</a></p> <p>Altera a legislação do Imposto de Renda incidente sobre rendimentos auferidos em operações financeiras de curto prazo e dá outras providências.</p>	XVII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.394, de 21 de dezembro de 1987</a> ;
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 2.428, de 14 de abril de 1988</a></p> <p>Dispõe sobre o imposto de renda incidente sobre os ganhos auferidos, por pessoas físicas, nas operações a prazo em bolsas de valores, de mercadorias e mercados outros de liquidação futura.</p>	XVIII - o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.428, de 14 de abril de 1988</a> ;
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 2.429, de 14 de abril de 1988</a></p> <p>Art. 15. Os resgates dos planos de poupança e investimento (PAIT), de que trata o <a href="#">Decreto-lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986</a>, ficam sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de quinze por cento.</p> <p>Parágrafo único. À opção da pessoa física, as importâncias de que trata este artigo serão incluídas na declaração como tributadas exclusivamente na fonte ou como rendimento sujeito à tributação na cédula H, sendo, neste caso, o imposto retido compensado com o devido na declaração.</p>	XIX - o art. 15 do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.429, de 14 de abril de 1988</a> ;
<p><a href="#">Decreto-Lei nº 2.458, de 25 de agosto de 1988</a></p>	XX - o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.458, de 25 de agosto de 1988</a> ;



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Altera a legislação do imposto de renda na fonte incidente sobre os rendimentos distribuídos pelos fundos de aplicações de curto prazo.	
<a href="#">Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988</a>	XXI - da <a href="#">Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988</a> :
Art. 6º Ficam isentos do imposto de renda os seguinte rendimentos percebidos por pessoas físicas:	a) os incisos IX e X do caput do art. 6º;
.....	
IX - os valores resgatados dos Planos de Poupança e Investimento - PAIT, de que trata o <a href="#">Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986</a> , relativamente à parcela correspondente às contribuições efetuadas pelo participante;	
X - as contribuições empresariais a Plano de Poupança e Investimento - PAIT, a que se refere o art. 5º, § 2º, do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.292, de 21 de novembro de 1986</a> ;	
Art. 16. O custo de aquisição dos bens e direitos será o preço ou valor pago, e, na ausência deste, conforme o caso:	b) os § 3º e § 4º do art. 16; e
.....	
§ 3º No caso de participação societária resultantes de aumento de capital por incorporação de lucros e reservas, que tenham sido tributados na forma do art. 36 desta Lei, o custo de aquisição é igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista beneficiário.	
§ 4º O custo é considerado igual a zero no caso das participações societárias resultantes de aumento de capital por incorporação de lucros e reservas, no caso de partes beneficiárias adquiridas gratuitamente, assim como de qualquer bem cujo valor não possa ser determinado nos termos previsto neste artigo.	
Art 40. Fica sujeita ao pagamento do imposto de renda à alíquota de dez por cento, a pessoa física que auferir ganhos líquidos nas operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, ressalvado o disposto no inciso II do art. 22 desta Lei.	c) os art. 40 a art. 44;
§ 1º Considera-se ganho líquido o resultado positivo auferido nas operações ou contratos liquidados em cada mês, admitida a dedução dos custos e despesas efetivamente incorridos, necessários à realização das operações, e à compensação das perdas efetivas ocorridas no mesmo período.	
§ 2º O ganho líquido será constituído:	
a) no caso dos mercados à vista, pela diferença positiva entre o valor de transmissão do ativo e o custo de aquisição do mesmo;	
b) no caso do mercado de opções:	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
1. nas operações tendo por objeto a opção, a diferença positiva apurada entre o valor das posições encerradas ou não exercidas até o vencimento da opção;	
2. nas operações de exercício, a diferença positiva apurada entre o valor de venda à vista ou o preço médio à vista na data do exercício e o preço fixado para o exercício, ou a diferença positiva entre o preço do exercício acrescido do prêmio e o custo de aquisição;	
c) no caso dos mercados a termo, a diferença positiva apurada entre o valor da venda à vista ou o preço médio à vista na data da liquidação do contrato a termo e o preço neste estabelecido;	
d) no caso dos mercados futuros, o resultado líquido positivo dos ajustes diários apurados no período.	
§ 3º Se o contribuinte apurar resultado negativo no mês será admitida a sua apropriação nos meses subsequente.	
§ 4º O imposto deverá ser pago até o último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao da percepção dos rendimentos.	
§ 5º Opcionalmente, o contribuinte poderá pagar o imposto, anualmente, observado o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 24 desta Lei.	
(Revogado pela <a href="#">Lei nº 8.014, de 1990</a> )	
§ 6º O Poder Executivo poderá baixar normas para apuração e demonstração de ganhos líquidos, bem como autorizar a compensação de perdas entre dois ou mais mercados ou modalidades operacionais, previstos neste artigo.	
Art. 41. As deduções de despesas, bem como a compensação de perdas previstas no artigo anterior, serão admitidas exclusivamente para as operações realizadas em mercados organizados, geridos ou sob a responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Executivo e com objetivos semelhantes aos das bolsas de valores, de mercadorias ou de futuros.	
Art. 42. Na determinação do ganho de capital, em operações de que trata o art. 41 desta Lei, poderá ser deduzida, em cada mês, uma parcela correspondente ao valor de sessenta OTNs vigente para o mês.	
(Revogado pela <a href="#">Lei nº 8.134, de 1990</a> )	
Art. 43. Fica sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de sete inteiros e cinco décimos por cento, o rendimento bruto produzido por quaisquer aplicações financeiras.	
§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros ou assemelhadas.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao rendimento bruto auferido:</p> <p>a) em aplicações em fundos de curto prazo, tributados nos termos do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.458, de 25 de agosto de 1988</a>;</p> <p>b) em operações financeiras de curto prazo, assim consideradas as de prazo inferior a noventa dias, que serão tributadas às seguintes alíquotas, sobre o rendimento bruto:</p> <p>1. quando a operação se iniciar e encerrar no mesmo dia, quarenta por cento;</p> <p>2. nas demais operações, dez por cento, quando o beneficiário se identificar e trinta por cento, quando o beneficiário não se identificar.</p> <p>§ 3º Nas operações tendo por objeto Letras Financeiras do Tesouro - LFT ou títulos estaduais e municipais a elas equiparados, o imposto de renda na fonte será calculado à alíquota de:</p> <p>a) quarenta por cento, em se tratando de operação de curto prazo; e</p> <p>b) vinte e cinco por cento, quando o prazo da operação for igual ou superior a noventa dias.</p> <p>§ 4º A base de cálculo do imposto de renda na fonte sobre as operações de que trata o § 3º será constituída pelo rendimento que exceder a remuneração calculada com base na taxa referencial acumulada da Letra Financeira do Tesouro no período, divulgada pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>§ 5º O imposto de renda será retido pela fonte pagadora:</p> <p>a) em relação aos juros de depósitos em cadernetas de poupança, na data do crédito ou pagamento;</p> <p>b) em relação às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, na liquidação;</p> <p>c) nos demais casos, na data da cessão, liquidação ou resgate, ou nos pagamentos periódicos de rendimentos.</p> <p>§ 6º Nas aplicações em fundos em condomínio, exceto os de curto prazo, ou clubes de investimento, efetuadas até 31 de dezembro de 1988, o rendimento real será determinado tomando-se por base o valor da quota em 1º de janeiro de 1989, facultado à administradora optar pela tributação do rendimento no ato da liquidação ou resgate do título ou aplicação, em substituição à tributação quando do resgate das quotas.</p>	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 7º A alíquota de que trata o caput aplicar-se-á aos rendimentos de títulos, obrigações ou aplicações produzidas a partir do período iniciado em 16 de janeiro de 1989, mesmo quando adquiridos ou efetuadas anteriormente a esta data.</p> <p>§ 8º As alíquotas de que tratam os §§ 2º e 3º, incidentes sobre rendimentos auferidos em operações de curto prazo, são aplicáveis às operações iniciadas a partir de 13 de fevereiro de 1989.</p> <p>Art. 44. O imposto de que trata o artigo anterior será considerado:</p> <p>I - antecipação do devido na declaração de rendimentos, quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real;</p> <p>II - devido exclusivamente na fonte nos demais casos, inclusive quando o beneficiário for pessoa jurídica isenta, observado o disposto no art. 47 desta lei.</p>	
<p><a href="#">Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989</a></p> <p>Art. 32. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos, a partir de 1º fevereiro de 1989, pelos fundos em condomínio referidos no art. 50 da <a href="#">Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965</a> ou clubes de investimento constituídos na forma da legislação pertinente, exceto os Fundos de Aplicações de Curto Prazo, ficam sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte, de acordo com a legislação aplicável a estes rendimentos ou ganhos de capital, quando percebidos por pessoas físicas.</p> <p>Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos fundos em condomínio de que trata o art. 1º do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986</a>, que continuam sujeitos à tributação nos termos previstos no <a href="#">Decreto-Lei nº 2.469, de 1º de setembro de 1988</a>.</p>	XXII - o art. 32 da <a href="#">Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989</a> ;
<p><a href="#">Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989</a></p> <p>Art. 29. O art. 43 da <a href="#">Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 43. Fica sujeito à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de sete inteiros e cinco décimos por cento, o rendimento bruto produzido por quaisquer aplicações financeiras.</p> <p>§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros ou assemelhadas.</p> <p>§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao rendimento bruto auferido:</p>	XXIII - os art. 29 e art. 30 da <a href="#">Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989</a> ;

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
a) em aplicações em fundos de curto prazo, tributados nos termos do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.458, de 25 de agosto de 1988</a> ;	
b) em operações financeiras de curto prazo, assim consideradas as de prazo inferior a noventa dias, que serão tributadas às seguintes alíquotas, sobre o rendimento bruto:	
1. quando a operação se iniciar e encerrar no mesmo dia, quarenta por cento;	
2. nas demais operações, dez por cento, quando o beneficiário se identificar e trinta por cento, quando o beneficiário não se identificar.	
§ 3º Nas operações tendo por objeto Letras Financeiras do Tesouro - LFT ou títulos estaduais e municipais a elas equiparados, o imposto de renda na fonte será calculado à alíquota de:	
a) quarenta por cento, em se tratando de operação de curto prazo; e	
b) vinte e cinco por cento, quando o prazo da operação for igual ou superior a noventa dias.	
§ 4º A base de cálculo do imposto de renda na fonte sobre as operações de que trata o § 3º será constituída pelo rendimento que exceder a remuneração calculada com base na taxa referencial acumulada da Letra Financeira do Tesouro no período, divulgada pelo Banco Central do Brasil.	
§ 5º O imposto de renda será retido pela fonte pagadora:	
a) em relação aos juros de depósitos em cadernetas de poupança, na data do crédito ou pagamento;	
b) em relação às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, na liquidação;	
c) nos demais casos, na data da cessão, liquidação ou resgate, ou nos pagamentos periódicos de rendimentos.	
§ 6º Nas aplicações em fundos em condomínio, exceto os de curto prazo, ou clubes de investimento, efetuadas até 31 de dezembro de 1988, o rendimento real será determinado tomando-se por base o valor da quota em 1º de janeiro de 1989, facultado à administradora optar pela tributação do rendimento no ato da liquidação ou resgate do título ou aplicação, em substituição à tributação quando do resgate das quotas.	
§ 7º A alíquota de que trata o caput aplicar-se-á aos rendimentos de títulos, obrigações ou aplicações produzidas a partir do período iniciado em 16 de janeiro de 1989, mesmo quando adquiridos ou efetuadas anteriormente a esta data.	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 8º As alíquotas de que tratam os §§ 2º e 3º, incidentes sobre rendimentos auferidos em operações de curto prazo, são aplicáveis às operações iniciadas a partir de 13 de fevereiro de 1989."</p> <p>Art. 30. Sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento, os juros creditados ou pagos sobre saldos de depósitos em cadernetas de poupança, inclusive as do tipo pecúlio, independentemente do prazo de aplicação.</p> <p>Parágrafo único. Quando o titular da conta for pessoa física, o Imposto de Renda na fonte incidirá sobre o valor dos juros creditados ou pagos que exceder ao limite mensal de 570 BTN.</p>	
<a href="#">Lei nº 7.751, de 14 de abril de 1989</a>	XXIV - da <a href="#">Lei nº 7.751, de 14 de abril de 1989</a> :
<p>Art. 1º O rendimento bruto produzido por quaisquer aplicações financeiras de renda fixa, auferido por beneficiário identificado, fica sujeito à incidência do imposto de renda na fonte às seguintes alíquotas:</p> <p>I - oito por cento, quando o prazo da operação for inferior a noventa dias; e</p> <p>II - cinco por cento, quando o prazo da operação for igual ou superior a noventa dias.</p> <p>§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.</p> <p>§ 2º O disposto no caput não se aplica aos rendimentos brutos auferidos:</p> <p>a) em aplicações em fundos de curto prazo, que serão tributados nos termos do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.458, de 25 de agosto de 1988</a>, às seguintes alíquotas, incidentes sobre os valores brutos apropriados diariamente aos quotistas:</p> <p>1) oito por cento, no caso de fundo constituído exclusivamente por quotas nominativas não endossáveis;</p> <p>2) doze por cento, nos demais casos;</p> <p>b) em operações financeiras de curto prazo, iniciadas e encerradas no mesmo dia, tributadas à alíquota de quarenta por cento;</p> <p>c) sobre saldos de depósitos mantidos em cadernetas de poupança, tributados de conformidade com as disposições do art. 30 da <a href="#">Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989</a>.</p> <p>§ 3º O imposto de renda será retido pela fonte pagadora:</p> <p>a) em relação às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, na liquidação;</p> <p>b) nos demais casos, na data de cessão, liquidação ou resgate do título ou aplicação.</p>	a) os art.1º a art. 3º; e

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 4º Para efeito do disposto no art. 23 da <a href="#">Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988</a>, o rendimento bruto de que trata este artigo será considerado como percebido de fonte pagadora única, no mês em que tiver ocorrido a retenção ou provisão do imposto.</p>	
<p>a) no caso dos incisos I e II, § 1º e § 2º, alínea a, redução do devido na declaração anual de ajuste (<a href="#">Lei nº 7.713/88, art. 24</a>), podendo o contribuinte optar por considerá-lo como devido exclusivamente na fonte;</p>	
<p>b) nos demais casos, devido exclusivamente na fonte.</p>	
<p>Art. 2º. Fica dispensada a retenção do imposto de renda na fonte de que trata o artigo 1º, caso o beneficiário do rendimento comprove, por escrito, à fonte pagadora, ser pessoa jurídica tributada com base no lucro real e atenda, cumulativamente, às seguintes condições:</p>	
<p>I - seja o rendimento decorrente de operações que tenham por objeto:</p>	
<p>a) depósitos a prazo, sem emissão de certificado, ou títulos nominativos, não transferíveis por endosso;</p>	
<p>b) títulos nominativos, mantidos exclusivamente sob a forma escritural na instituição financeira emissora ou aceitante;</p>	
<p>c) debêntures nominativas, mantidas exclusivamente sob a forma escritural em instituição autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar este serviço;</p>	
<p>d) títulos registrados e negociados sob a forma nominativa, exclusivamente na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e sistemas assemelhados, autorizados pelo Banco Central do Brasil.</p>	
<p>II - seja o resgate da operação efetuado por meio de crédito em conta corrente mantida pelo beneficiário em instituição financeira, sociedade corretora ou distribuidora de títulos e valores mobiliários, ou mediante cheque cruzado, nominativo, para depósito em conta daquele;</p>	
<p>III - seja apresentada, no ato da cessão ou liquidação, a nota de negociação relativa à aquisição do título pelo cedente ou resgatante.</p>	
<p>§ 1º. A dispensa de retenção prevista neste artigo não é aplicável aos rendimentos brutos auferidos:</p>	
<p>a) em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia;</p>	
<p>b) em aplicações em fundos de curto prazo a que se refere a alínea a do § 2º. do art. 1º. desta Lei.</p>	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se, também, aos rendimentos auferidos por fundos em condomínio de renda fixa, quando constituídos exclusivamente por quotistas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.	
Art. 3º. É obrigatória a apresentação pelo proprietário do título, no ato da cessão ou liquidação, de nota de negociação relativa à aquisição anterior, conforme modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, identificando as partes intervenientes na operação.	
§ 1º. Caso não seja apresentado o documento referido neste artigo, considerar-se-á como preço de aquisição o valor de emissão ou da primeira colocação do título, prevalecendo o menor.	
§ 2º. Na ausência de comprovação de qualquer dos valores referidos no parágrafo anterior far-se-á o arbitramento da base de cálculo do imposto pelo valor equivalente a cinquenta por cento do valor bruto da cessão ou liquidação.	
Art. 5º. Os juros produzidos pelas letras hipotecárias emitidas sob as formas exclusivamente escritural ou nominativas não transferíveis por endosso sujeitam-se às normas de tributação do art. 30, da <a href="#">Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989</a> , aplicando-se-lhes o disposto no art. 2º. desta Lei.	b) o art. 5º;
<a href="#">Lei nº 7.768, de 16 de maio de 1989</a>	XXV - a <a href="#">Lei nº 7.768, de 16 de maio de 1989</a> ;
Dá nova redação ao art. 1º da <a href="#">Lei nº 7.751, de 14 de abril de 1989</a> .	
<a href="#">Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989</a>	XXVI - os art. 47 a art. 56 da <a href="#">Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989</a> ;
Art. 47. O rendimento real produzido por quaisquer aplicações financeiras de renda fixa, auferido por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, fica sujeito à incidência do imposto de renda na fonte às seguintes alíquotas de acordo com a condição do beneficiário e o prazo da operação:	
I - beneficiário identificado:	
a) 35%, quando o prazo da operação for inferior a trinta dias;	
b) 30%, quando o prazo da operação for igual ou superior a trinta dias e inferior a sessenta dias;	
c) 25%, quando o prazo da operação for igual ou superior a sessenta dias;	
II - beneficiário não identificado:	
a) 50%, quando o prazo da operação for inferior a trinta dias;	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
b) 40%, quando o prazo da operação for igual ou superior a trinta dias e inferior a sessenta dias;	
c) 35%, quando o prazo da operação for igual ou superior a sessenta dias.	
§ 1º O disposto neste artigo aplica-se, também, às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.	
§ 2º O beneficiário será considerado identificado quando a operação:	
a) atender às condições do art. 2º, I e II da <a href="#">Lei nº 7.751, de 14 de abril de 1989</a> , qualquer que seja o beneficiário do rendimento; ou	
b) não enquadrada na alínea anterior, tiver por objeto título ou aplicação nominativos, não transferíveis por endosso e desde que a liquidação financeira se realize de conformidade com o disposto no art. 2º, II, da <a href="#">Lei nº 7.751, de 1989</a> .	
Art. 48. As disposições do artigo anterior não abrangem:	
I - as aplicações em fundos de curto prazo, que serão tributadas às seguintes alíquotas, incidentes sobre os valores brutos apropriados diariamente aos quotistas:	
a) dois e meio por cento, quando o fundo for constituído exclusivamente por quotas nominativas não endossáveis;	
b) cinco por cento, nos demais casos;	
II - as operações financeiras iniciadas e encerradas no mesmo dia, tributadas às seguintes alíquotas, aplicáveis sobre o rendimento bruto:	
a) quarenta por cento, quando o beneficiário se identificar;	
b) cinquenta por cento, quando o beneficiário não se identificar;	
III - Os rendimentos creditados ou pagos sobre saldos de depósitos mantidos em cadernetas de poupança, tributados de conformidade com as disposições do art. 30 da <a href="#">Lei nº 7.738</a> .	
Parágrafo único. Na situação de que trata o inciso II, serão adicionados ao valor da cessão ou liquidação, para compor a base de cálculo do imposto de renda na fonte, os rendimentos periódicos recebidos pelo cedente, líquidos de imposto, atualizados monetariamente da data do crédito ou pagamento até a data da cessão ou liquidação.	
Art. 49. Para fins da legislação do imposto de renda, considera-se operação de curto prazo a aplicação de renda fixa de prazo inferior a trinta dias, contado da data da aquisição do título ou realização da aplicação até a data da cessão ou liquidação.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 50. Considera-se rendimento real, para fins de imposto de renda na fonte, o valor correspondente à diferença positiva entre o valor da cessão, liquidação ou resgate do título ou aplicação e o valor de aquisição corrigido monetariamente da data do início até a data da cessão, liquidação ou resgate.	
Parágrafo único. Na determinação do rendimento real serão adicionados ao valor de cessão ou liquidação, os rendimentos periódicos e quaisquer outros rendimentos, pagos ou creditados ao cedente e não submetidos à incidência do imposto de renda na fonte, corrigidos monetariamente na data do pagamento ou crédito até a data da cessão ou liquidação.	
Art. 51. O imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de renda fixa será considerado:	
I - antecipação do devido na declaração, quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real;	
II - redução do devido na declaração anual de ajuste ( <a href="#">Lei nº 7.713, art. 24</a> ), podendo o contribuinte pessoa física optar por considerá-lo como devido exclusivamente na fonte;	
III - devido exclusivamente na fonte nos demais casos.	
Parágrafo único. O imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos decorrentes de operações financeiras iniciadas e encerradas no mesmo dia; quando o beneficiário for pessoa física, será devido exclusivamente na fonte.	
Art. 52. Fica dispensada a retenção do imposto de renda na fonte, desde que atendidas as condições estabelecidas no art. 2º, I a III, da <a href="#">Lei nº 7.751</a> , quando:	
I - na situação prevista no art. 47, I, o beneficiário do rendimento for pessoa jurídica tributada com base no lucro real;	
II - na situação prevista no art. 48, II, a, o vendedor for instituição financeira, sociedade de arrendamento mercantil, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários ou sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários.	
Art. 53. O imposto de renda na fonte sobre rendimentos em aplicações de renda fixa será retido:	
I - pela fonte pagadora:	
a) em relação às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, na liquidação;	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
b) nos demais casos, exceto em relação às aplicações de fundos de curto prazo, na data da cessão, liquidação ou resgate do título ou aplicação;	
II - pelo administrador do fundo de curto prazo, no ato da apropriação diária do rendimento bruto ao quotista.	
Art. 54. A responsabilidade pela retenção do imposto na fonte incidente na cessão, liquidação ou resgate de título ou aplicação de renda fixa cabe:	
I - ao emitente ou aceitante, no resgate, amortização ou conversão;	
II - ao cedente, quando pessoa jurídica;	
III - ao cessionário, pessoa jurídica quando o cedente for pessoa física;	
IV - ao cessionário instituição financeira, quando o cedente não o for.	
Art. 55. Ficam sujeitas ao pagamento do imposto de renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, a pessoa física e a pessoa jurídica não tributadas com base no lucro real, inclusive isentas, que auferirem ganhos líquidos nas operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, bem como em outros mercados organizados, reconhecidos como tais pelo órgão a cujo poder de polícia se submetem.	
§ 1º Considera-se ganho líquido o resultado positivo auferido nas operações ou contratos liquidados em cada mês, admitida a dedução dos custos e despesas efetivamente incorridos, necessários à realização das operações.	
§ 2º O ganho líquido será constituído:	
a) no caso dos mercados à vista, pela diferença positiva entre o valor da transmissão do ativo e o seu custo de aquisição corrigido monetariamente;	
b) no caso do mercado de opções:	
1 - nas operações tendo por objeto a opção, a diferença positiva apurada entre o valor das posições encerradas ou não exercidas até o vencimento da opção, admitida a correção monetária do custo de aquisição;	
2 - nas operações de exercício, a diferença positiva apurada entre o valor da venda à vista ou o preço médio à vista na data do exercício e o preço fixado para o exercício, ou a diferença positiva entre o preço do exercício acrescido do prêmio e o custo de aquisição corrigido monetariamente, se for o caso;	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
c) no caso dos mercados a termo, a diferença positiva apurada entre o valor da venda à vista ou o preço médio à vista na data da liquidação do contrato a termo e o preço neste estabelecido;	
d) no caso dos mercados futuros, o resultado líquido positivo dos ajustes diários apurados no período.	
§ 3º Se o contribuinte apurar resultado negativo no mês será admitida sua apropriação nos meses subseqüentes, corrigido monetariamente.	
§ 4º O imposto deverá ser pago até o último dia útil da primeira quinzena do mês subseqüente àquele em que for auferido o ganho líquido. (Revogado pela <a href="#">Lei nº 8.134, de 1990</a> )	
§ 5º Opcionalmente, o contribuinte pessoa física poderá pagar o imposto anualmente, observado o disposto nos §§ 1º a 6º do art. 24 da <a href="#">Lei nº 7.713</a> . (Revogado pela <a href="#">Lei nº 8.134, de 1990</a> )	
§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos fundos em condomínio e clubes de investimento.	
§ 7º O Poder Executivo poderá baixar normas para apuração e demonstração dos ganhos líquidos, bem como autorizar a compensação de perdas entre dois ou mais mercados ou modalidades operacionais, previstos neste artigo.	
§ 8º A pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado adicionará, à base de cálculo do imposto correspondente às suas atividades operacionais, o resultado positivo decorrente da soma algébrica dos resultados mensais auferidos, durante o período-base, nas operações de que trata este artigo.	
§ 9º O imposto de que trata este artigo, pago pela pessoa jurídica, será considerado:	
a) antecipação do devido na declaração, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado;	
b) devido exclusivamente na fonte, no caso de pessoa jurídica isenta.	
Art. 56. As deduções de despesas, bem como a compensação de perdas previstas no artigo anterior, serão admitidas exclusivamente para as operações realizadas nos mercados organizados, geridos ou sob a responsabilidade de instituição credenciada pelo Poder Executivo e com objetivos semelhantes aos das bolsas de valores, de mercadorias ou de futuros.	
<a href="#">Lei nº 7.959, de 21 de dezembro de 1989</a>	XXVII - o art. 4º da <a href="#">Lei nº 7.959, de 21 de dezembro de 1989</a> ;



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 4º O parágrafo único do art. 30 da <a href="#">Lei nº 7.738, de 9 de março de 1989</a> , modificado pelo art. 46 da <a href="#">Lei nº 7.799, de 1989</a> , passa a vigorar com a seguinte alteração:	
"Art. 30. ....	
Parágrafo único. Quando o titular da conta for pessoa física, o Imposto de Renda na fonte incidirá sobre o valor dos juros creditados ou pagos que exceder ao limite mensal de 570 BTN."	
<a href="#">Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990</a>	XXVIII - da <a href="#">Lei nº 8.134, de 27 de dezembro de 1990</a> :
Art. 17. O imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de renda fixa será considerado:	a) o art. 17;
I - antecipação do devido na declaração, quando o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real;	
II - devido exclusivamente na fonte, nos demais casos.	
Parágrafo único. Aplica-se aos juros produzidos pelas letras hipotecárias emitidas sob a forma exclusivamente escritural ou nominativa não transferível por endosso, o mesmo regime de tributação, pelo Imposto de Renda, dos depósitos de poupança.	
Art. 18. É sujeita ao pagamento do Imposto de Renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, a pessoa física que perceber;	b) o inciso II do caput do art. 18;
.....	
II - ganhos líquidos nas operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, de que tratam o art. 55 da <a href="#">Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989</a> , e a <a href="#">Lei nº 8.014, de 6 de abril de 1990</a> .	
Art. 22 Os ganhos percebidos pelo contribuinte, no ano-base de 1990, na alienação de bens e direitos e nas operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, não integrarão a base de cálculo do imposto na declaração do exercício financeiro de 1991 e o imposto pago não poderá ser deduzido do devido na declaração.	c) o art. 22; e
§ 1º O contribuinte que não houver efetuado o pagamento do imposto, relativo aos ganhos a que se refere este artigo, deverá adicioná-lo ao apurado na declaração.	
§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o imposto deverá ser calculado segundo as normas da legislação vigente na data da ocorrência do fato gerador.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 25. A partir de 1º de janeiro de 1991, o rendimento real auferido no resgate de quotas de fundos mútuos de ações ou clubes de investimento, constituídos com observância da legislação pertinente, auferido por beneficiário pessoa física e pessoa jurídica não tributada pelo lucro real, inclusive isenta, sujeita-se à tributação exclusiva na fonte à alíquota de vinte e cinco por cento.</p> <p>§ 1º Considera-se rendimento real para os fins deste artigo a diferença positiva entre o valor de resgate da quota e o valor médio das aplicações atualizado monetariamente pela variação do BTN Fiscal.</p> <p>§ 2º Em relação às aplicações realizadas pelo quotista, anteriormente a 1º de janeiro de 1991, é facultado considerar com valor médio das aplicações, de que trata o § 1º, o valor ajustado da quota em 31 de dezembro de 1990, para cuja determinação a carteira do fundo de ações ou clube de investimento, naquela data, será valorizada mediante multiplicação da quantidade de ações pelos respectivos preços médios ponderados, calculados com base nas transações realizadas em bolsas de valores no mês de dezembro de 1990.</p> <p>§ 3º O imposto será retido pelo administrador do fundo ou clube de investimento na data do resgate e recolhido na forma e prazos da legislação vigente.</p> <p>§ 4º Os ganhos líquidos a que se refere o art. 55 da <a href="#">Lei nº 7.799, de 1989</a>, e o rendimento real das aplicações financeiras de renda fixa, auferidos pelos fundos e clubes de investimento de que trata este artigo, não estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda.</p> <p>§ 5º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos resgates de títulos e aplicações de renda fixa realizados a partir de 1º de janeiro de 1991 e aos ganhos líquidos de operações liquidadas ou encerradas a partir da mesma data.</p> <p>Art. 26. O disposto no artigo anterior não se aplica:</p> <p>I - aos resgates de quotas dos fundos de renda fixa, que continuam tributados na forma do <a href="#">art. 47 da Lei nº 7.799, de 1989</a>;</p> <p>II - aos resgates de quotas dos fundos de aplicação de curto prazo, que continuam tributados na forma do <a href="#">art. 48 da Lei nº 7.799, de 1989</a>, com as alterações do art. 1º da Lei nº 7.856, de 24 de outubro de 1989.</p>	<p>d) os art. 25 a art. 28;</p>

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 27. Na determinação do ganho líquido de operações realizadas no mercado à vista de bolsas de valores é facultado ao contribuinte, relativamente às ações adquiridas anteriormente a 1º de janeiro de 1991, considerar como custo médio de aquisição o preço médio ponderado da ação no mês de dezembro de 1990, calculado com base nas transações realizadas em bolsas de valores.</p>	
<p>Art. 28. O Poder Executivo fica autorizado a estabelecer critério alternativo para a determinação de valores e custos médios, em relação aos constantes dos arts. 25 e 27, quando no ocorrerem transações em bolsa no mês de dezembro de 1990 ou quando as transações no refletirem condições normais de mercado.</p>	
<p><a href="#">Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991</a></p>	<p>XXIX - os art. 30 a art. 37 da <a href="#">Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991</a>;</p>
<p>Art. 30. O investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de valores mobiliários somente poderá ser realizado no País por intermédio de representante legal, previamente designado dentre as instituições autorizadas pelo Poder Executivo a prestar tal serviço e que será responsável, nos termos do art. 128 do Código Tributário Nacional (<a href="#">Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966</a>), pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações que realizar por conta e ordem do representado.</p>	
<p>§ 1º O representante legal não será responsável pela retenção e recolhimento do imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras quando, nos termos da legislação pertinente tal responsabilidade for atribuída a terceiro.</p>	
<p>§ 2º O Poder Executivo poderá excluir determinadas categorias de investidores da obrigatoriedade prevista neste artigo.</p>	
<p>Art. 31. Sujeitam-se à tributação pelo imposto de renda, à alíquota de vinte e cinco por cento, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no resgate pelo quotista, quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, por fundos em condomínio, a que se refere o art. 50 da <a href="#">Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965</a>, constituídos na forma prescrita pelo Conselho Monetário Nacional e mantidos com recursos provenientes de conversão de débitos externos brasileiros, e de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimentos coletivos, residente, domiciliados, ou com sede no exterior.</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 1º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo médio de aquisição da quota, atualizados com base na variação acumulada da Ufir diária da data da aplicação até a data da distribuição ao exterior.</p>	
<p>§ 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelas carteiras dos fundos em condomínio de que trata este artigo, ficam excluídos da retenção do imposto de renda na fonte e do imposto de renda sobre o ganho líquido mensal.</p>	
<p>Art. 32. Ressalvados os rendimentos de Fundos de Aplicação Financeira (FAF), que continuam tributados de acordo com o disposto no art. 21, § 4º, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte, à alíquota de quinze por cento, os rendimentos auferidos:</p>	
<p>I - pelas entidades mencionadas nos arts. 1º e 2º do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986</a>;</p>	
<p>II - pelas sociedades de investimentos a que se refere o art. 49 da <a href="#">Lei nº 4.728, de 1965</a>, de que participem investidores estrangeiros;</p>	
<p>III - pelas carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas à emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas por investidores estrangeiros.</p>	
<p>§ 1º Os ganhos de capital ficam excluídos da incidência do imposto de renda quando auferidos e distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento pelos fundos, sociedades ou carteiras referidos no caput deste artigo.</p>	
<p>§ 2º Para os efeitos deste artigo, consideram-se:</p>	
<p>a) rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio, dividendos, bonificações em dinheiro e participações nos lucros, bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento de que trata o art. 25;</p>	
<p>b) ganhos de capital, os resultados positivos auferidos:</p>	
<p>b.1) nas operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;</p>	
<p>b.2) nas operações com ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, intermediadas por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.</p>	
<p>§ 3º A base de cálculo do imposto de renda sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata este artigo será apurada:</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
a) de acordo com os critérios previstos no § 3º do art. 20 e no art. 21, no caso de aplicações de renda fixa;	
b) de acordo com o tratamento previsto no § 4º do art. 20, no caso de rendimentos periódicos ou qualquer remuneração adicional não submetidos à incidência do imposto de renda na fonte;	
c) pelo valor do respectivo rendimento ou resultado positivo nos demais casos.	
§ 4º Na apuração do imposto de que trata este artigo serão indedutíveis os prejuízos apurados em operações de renda fixa e de renda variável.	
§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condomínio referidos no art. 31.	
Art. 33. O imposto de renda na fonte sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata o art. 32, será devido por ocasião da cessão, resgate, repactuação ou liquidação de cada operação de renda fixa, ou do recebimento ou crédito, o que primeiro ocorrer, de outros rendimentos, inclusive dividendos e bonificações em dinheiro.	
§ 1º Com exceção do imposto sobre aplicações no FAF, o imposto sobre os demais rendimentos será retido pela instituição administradora do fundo, sociedade de investimento ou carteira, e pelo banco custodiante, no caso de certificados representativos de ações, sendo considerado, mesmo no caso do FAF, como exclusivo de fonte.	
§ 2º No caso de rendimentos auferidos em operações realizadas antes de 1º de janeiro de 1994 e ainda não distribuídos, a base de cálculo do imposto de renda de que trata este artigo será determinada de acordo com as normas da legislação aplicável às operações de renda fixa realizadas por residentes no País, ressalvado o disposto no art. 34, devendo o imposto ser calculado à alíquota de quinze por cento e recolhido pelos administradores dos fundos, sociedades ou carteiras até 31 de janeiro de 1994 ou na data da distribuição dos rendimentos, se ocorrer primeiro, sem atualização monetária.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 3º Os dividendos que foram atribuídos às ações integrantes do patrimônio do fundo, sociedade ou carteira, serão registrados, na data em que as ações foram cotadas sem os respectivos direitos (ex-dividendos), em conta representativa de rendimentos a receber, em contrapartida à diminuição de idêntico valor da parcela do ativo correspondente às ações as quais se vinculam, acompanhados de transferência para a receita de dividendos de igual valor a débito da conta de resultado de variação da carteira de ações.	
§ 4º Os rendimentos submetidos à sistemática de tributação de que trata este artigo não se sujeitam à nova incidência do imposto de renda quando distribuídos.	
§ 5º O imposto deverá ser convertido em quantidade de Ufir diária pelo valor desta no dia da ocorrência do fato gerador, e pago no prazo previsto no art. 52, inciso II, alínea d.	
Art. 34. As disposições dos arts. 31 a 33 desta lei abrangem as operações compreendidas no período entre 15 de junho de 1989, inclusive, e 1º de janeiro de 1992, exceto em relação ao imposto de que trata o art. 3º do <a href="#">Decreto-Lei nº 1.986, de 28 de dezembro de 1982</a> , vedada a restituição ou compensação de imposto pago no mesmo período.	
Art. 35. Na cessão, liquidação ou resgate, será apresentada a nota de aquisição do título ou o documento relativo à aplicação, que identifique as partes envolvidas na operação.	
§ 1º Quando não apresentado o documento de que trata este artigo, considerar-se-á como preço de aquisição o valor da emissão ou o da primeira colocação do título, prevalecendo o menor.	
§ 2º Não comprovado o valor a que se refere o § 1º, a base de cálculo do imposto de renda na fonte será arbitrada em cinquenta por cento do valor bruto da alienação.	
§ 3º Fica dispensada a exigência prevista neste artigo relativamente a título ou aplicação revestidos, exclusivamente, da forma escritural.	
Art. 36. O imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras ou pago sobre ganhos líquidos mensais de que trata o art. 26 será considerado:	
I - se o beneficiário for pessoa jurídica tributada com base no lucro real: antecipação do devido na declaração;	
II - se o beneficiário for pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta: tributação definitiva, vedada a compensação na declaração de ajuste anual.	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 37. A alíquota do imposto de renda na fonte sobre rendimentos produzidos por títulos ou aplicações integrantes do patrimônio do fundo de renda fixa de que trata o art. 21 desta lei será de vinte e cinco por cento e na base de cálculo será considerado como valor de alienação aquele pelo qual o título ou aplicação constar da carteira no dia 31 de dezembro de 1991.</p> <p>Parágrafo único. O recolhimento do imposto será efetuado pelo administrador do fundo, sem correção monetária, até o dia seguinte ao da alienação do título ou resgate da aplicação.</p>	
<a href="#">Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992</a>	XXX - da <a href="#">Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992</a> :
<p>Art. 29. Ficam sujeitas ao pagamento do imposto sobre a renda, à alíquota de 25%, as pessoas jurídicas, inclusive isentas, que auferirem ganhos líquidos em operações realizadas, a partir de 1º de janeiro de 1993, nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.</p> <p>§ 1º Considera-se ganho líquido o resultado positivo auferido nas operações ou contratos liquidados em cada mês, admitida a dedução dos custos e despesas efetivamente incorridos, necessários à realização das operações.</p> <p>§ 2º O ganho líquido será:</p> <p>a) no caso dos mercados à vista, a diferença positiva entre o valor da transmissão do ativo e o seu custo de aquisição, corrigido monetariamente;</p> <p>b) no caso do mercado de opções, a diferença positiva apurada na negociação desses ativos ou no exercício das opções de compra ou de venda;</p> <p>c) no caso dos mercados a termo, a diferença positiva apurada entre o valor da venda à vista na data da liquidação do contrato a termo e o preço neste estabelecido;</p> <p>d) no caso dos mercados futuros, o resultado líquido positivo dos ajustes diários apurados no período.</p> <p>§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também aos ganhos líquidos auferidos na alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, bem como aos ganhos auferidos na alienação de ações no mercado de balcão.</p> <p>§ 4º O resultado decorrente das operações de que trata este artigo será apurado mensalmente, ressalvado o disposto no art. 28 da <a href="#">Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991</a>, e terá o seguinte tratamento:</p> <p>I - se positivo (ganho líquido), será tributado em separado, devendo ser excluído do lucro líquido para efeito de determinação do lucro real;</p>	a) o art. 29; e



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>II - se negativo (perda líquida), será indedutível para efeito de determinação do lucro real, admitida sua compensação, corrigido monetariamente pela variação da Ufir diária, com os resultados positivos da mesma natureza em meses subseqüentes.</p> <p>§ 5º O imposto de que trata este artigo será:</p> <p>I - definitivo, não podendo ser compensado com o imposto sobre a renda apurado com base no lucro real, presumido ou arbitrado;</p> <p>II - indedutível na apuração do lucro real;</p> <p>III - convertido em quantidade de Ufir diária pelo valor desta no último dia do mês a que se referir;</p> <p>IV - pago até o último dia útil do mês subseqüente ao da apuração, reconvertido para cruzeiros pelo valor da Ufir diária vigente no dia anterior ao do pagamento.</p> <p>§ 6º O custo de aquisição dos ativos objeto das operações de que trata este artigo será corrigido monetariamente pela variação acumulada da Ufir diária, da data de aquisição até a data de venda, sendo que, no caso de várias aquisições da mesma espécie de ativo, no mesmo dia, será considerado como custo de aquisição o valor médio pago.</p> <p>§ 8º Nos casos dos mercados de opções e a termo, o disposto neste artigo aplica-se às operações iniciadas a partir de 1º de janeiro de 1993.</p> <p>§ 9º Excluem-se do disposto neste artigo os ganhos líquidos nas alienações de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas e os resultantes da alienação de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições.</p> <p>Art. 37. Não incidirá o imposto de renda na fonte de que trata o art. 36 desta lei sobre os rendimentos auferidos por instituição financeira, inclusive sociedades de seguro, previdência e capitalização, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários e sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários, ressalvadas as aplicações de que trata o art. 21, § 4º, da <a href="#">Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991</a>.</p> <p>§ 1º Os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata este artigo em aplicações financeiras de renda fixa deverão compor o lucro real.</p> <p>§ 2º Excluem-se do disposto neste artigo os rendimentos auferidos pelas associações de poupança e empréstimo em aplicações financeiras de renda fixa.</p> <p><a href="#">Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993</a></p>	<p>b) o art. 37;</p> <p>XXXI - da <a href="#">Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993</a>:</p>

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 10. Cada Fundo de Investimento Imobiliário será estruturado através de regulamento elaborado pela instituição administradora, contendo:</p> <p>.....</p> <p>Parágrafo único. O fundo deverá distribuir a seus quotistas, no mínimo, noventa e cinco por cento dos lucros auferidos, apurados segundo o regime de caixa, com base em balanço ou balancete semestral encerrado em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.</p>	<p>a) o parágrafo único do art. 10;</p>
<p>Art. 16. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelos Fundos de Investimento Imobiliário ficam isentos do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, assim como do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.</p> <p>Art. 16-A. Os rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelos Fundos de Investimento Imobiliário, em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, observadas as mesmas normas aplicáveis às pessoas jurídicas submetidas a esta forma de tributação.</p> <p>§ 1º Não estão sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte prevista no caput as aplicações efetuadas pelos Fundos de Investimento Imobiliário nos ativos de que tratam os incisos II e III do art. 3º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>.</p> <p>§ 2º O imposto de que trata o caput poderá ser compensado com o retido na fonte pelo Fundo de Investimento Imobiliário, por ocasião da distribuição de rendimentos e ganhos de capital.</p> <p>§ 3º A compensação de que trata o § 2º será efetuada proporcionalmente à participação do cotista pessoa jurídica ou pessoa física não sujeita à isenção prevista no inciso III do art. 3º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>.</p> <p>§ 4º A parcela do imposto não compensada relativa à pessoa física sujeita à isenção nos termos do inciso III do art. 3º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>, será considerada exclusiva de fonte.</p> <p>§ 5º Não estão sujeitas à incidência do imposto de renda na fonte prevista no <b>caput</b> deste artigo as aplicações efetuadas pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), de que trata o art. 20-A desta Lei, nos ativos relacionados nos incisos IV e V do caput do art. 3º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>.</p>	
	<p>b) os art. 16 a art. 19; e</p>

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 17. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos, apurados segundo o regime de caixa, quando distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário a qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, à alíquota de vinte por cento.	
Art. 18. Os ganhos de capital e rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de quotas dos fundos de investimento imobiliário, por qualquer beneficiário, inclusive por pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto de renda à alíquota de vinte por cento:	
I - na fonte, no caso de resgate;	
II - às mesmas normas aplicáveis aos ganhos de capital ou ganhos líquidos auferidos em operações de renda variável, nos demais casos.	
Art. 19. O imposto de que tratam os arts. 17 e 18 será considerado:	
I - antecipação do devido na declaração, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado;	
II - tributação exclusiva, nos demais casos.	
Art. 20-C. Os rendimentos e os ganhos de capital auferidos e distribuídos, quando distribuídos pelos Fiagro, sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 20% (vinte por cento)	c) os art. 20-C e art. 20-D;
Art. 20-D. Os ganhos de capital e os rendimentos auferidos na alienação ou no resgate de cotas dos Fiagro sujeitam-se à incidência do imposto de renda à alíquota de 20% (vinte por cento):	
I - na fonte, no caso de resgate;	
II - às mesmas normas aplicáveis aos ganhos de capital ou aos ganhos líquidos auferidos em operações de renda variável, nos demais casos.	
<a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a>	XXXII - os art. 65 a art. 82 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> ;
Art. 65. O rendimento produzido por aplicação financeira de renda fixa, auferido por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, a partir de 1º de janeiro de 1995, sujeita-se à incidência do Imposto de Renda na fonte à alíquota de dez por cento.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 1º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, e sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF), de que trata a <a href="#">Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994</a>, e o valor da aplicação financeira.</p>	
<p>§ 2º Para fins de incidência do Imposto de Renda na fonte, a alienação compreende qualquer forma de transmissão da propriedade, bem como a liquidação, resgate, cessão ou repactuação do título ou aplicação.</p>	
<p>§ 3º Os rendimentos periódicos produzidos por título ou aplicação, bem como qualquer remuneração adicional aos rendimentos prefixados, serão submetidos à incidência do Imposto de Renda na fonte por ocasião de sua percepção.</p>	
<p>§ 4º O disposto neste artigo aplica-se também:</p>	
<p>a) às operações conjugadas que permitam a obtenção de rendimentos predeterminados, realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como no mercado de balcão;</p>	
<p>b) às operações de transferência de dívidas realizadas com instituição financeira, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou com pessoa jurídica não-financeira;</p>	
<p>c) aos rendimentos auferidos pela entrega de recursos a pessoa jurídica, sob qualquer forma e a qualquer título, independentemente de ser ou não a fonte pagadora instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p>	
<p>§ 5º Em relação às operações de que tratam as alíneas a e b do § 4º, a base de cálculo do imposto será:</p>	
<p>a) o resultado positivo auferido no encerramento ou liquidação das operações conjugadas;</p>	
<p>b) a diferença positiva entre o valor da dívida e o valor entregue à pessoa jurídica responsável pelo pagamento da obrigação, acrescida do respectivo Imposto de Renda retido.</p>	
<p>§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas com vistas a definir as características das operações de que tratam as alíneas a e b do § 4º.</p>	
<p>§ 7º O imposto de que trata este artigo será retido:</p>	
<p>a) por ocasião do recebimento dos recursos destinados ao pagamento de dívidas, no caso de que trata a alínea b do § 4º;</p>	
<p>b) por ocasião do pagamento dos rendimentos, ou da alienação do título ou da aplicação, nos demais casos.</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 8º É responsável pela retenção do imposto a pessoa jurídica que receber os recursos, no caso de operações de transferência de dívidas, e a pessoa jurídica que efetuar o pagamento do rendimento, nos demais casos.	
Art. 66. Nas aplicações em fundos de renda fixa, inclusive, em Fundo de Aplicação Financeira (FAF), resgatadas a partir de 1º de janeiro de 1995, a base de cálculo do imposto sobre a renda na fonte será constituída pela diferença positiva entre o valor do resgate, líquido de IOF, e o valor de aquisição da quota.	
Parágrafo único. O imposto, calculado à alíquota de dez por cento, será retido pelo administrador do fundo na data do resgate.	
Art. 67. As aplicações financeiras de que tratam os arts. 65, 66 e 70, existentes em 31 de dezembro de 1994, terão os respectivos rendimentos apropriados pro-rata tempore até aquela data e tributados nos termos da legislação à época vigente.	
§ 1º O imposto apurado nos termos deste artigo será adicionado àquele devido por ocasião da alienação ou resgate do título ou aplicação.	
§ 2º Para efeitos de apuração da base de cálculo do imposto quando da alienação ou resgate, o valor dos rendimentos, apropriado nos termos deste artigo, será acrescido ao valor de aquisição da aplicação financeira.	
§ 3º O valor de aquisição existente em 31 de dezembro de 1994, expresso em quantidade de Ufir, será convertido em Real, pelo valor de R\$ 0,6767.	
§ 4º Excluem-se do disposto neste artigo as aplicações em Fundo de Aplicação Financeira (FAF) existentes em 31 de dezembro de 1994, cujo valor de aquisição será apurado com base no valor da quota na referida data.	
§ 5º Os rendimentos das aplicações financeiras de que trata este artigo, produzidos a partir de 1º de janeiro de 1995, poderão ser excluídos do lucro real, para efeito de incidência do adicional do Imposto de Renda de que trata o art. 39.	
§ 6º A faculdade prevista no parágrafo anterior não se aplica aos rendimentos das aplicações financeiras auferidos por instituição financeira, sociedade corretora de títulos e valores mobiliários, sociedade distribuidoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de seguro, previdência e capitalização.	
Art. 68. São isentos do Imposto de Renda:	
I - os rendimentos auferidos pelas carteiras dos fundos de renda fixa;	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
II - os rendimentos auferidos nos resgates de quotas de fundos de investimentos, de titularidade de fundos cujos recursos sejam aplicados na aquisição de quotas de fundos de investimentos;	
III - os rendimentos auferidos por pessoa física em contas de depósitos de poupança, de Depósitos Especiais Remunerados (DER) e sobre os juros produzidos por letras hipotecárias.	
Art. 69. Ficam revogadas as isenções previstas na legislação do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos por pessoas jurídicas em contas de depósitos de poupança, de Depósitos Especiais Remunerados (DER) e sobre os juros produzidos por letras hipotecárias.	
Parágrafo único. O imposto devido sobre os rendimentos de que trata este artigo será retido por ocasião do crédito ou pagamento do rendimento.	
Art. 70. As operações de mútuo e de compra vinculada à revenda, no mercado secundário, tendo por objeto ouro, ativo financeiro, continuam equiparadas às operações de renda fixa para fins de incidência do Imposto de Renda na fonte.	
§ 1º Constitui fato gerador do imposto:	
a) na operação de mútuo, o pagamento ou crédito do rendimento ao mutuante;	
b) na operação de compra vinculada à revenda, a operação de revenda do ouro.	
§ 2º A base de cálculo do imposto será constituída:	
a) na operação de mútuo, pelo valor do rendimento pago ou creditado ao mutuante;	
b) na operação de compra vinculada à revenda, pela diferença positiva entre o valor de revenda e o de compra do ouro.	
§ 3º A base de cálculo do imposto, em Reais, na operação de mútuo, quando o rendimento for fixado em quantidade de ouro, será apurada com base no preço médio verificado no mercado à vista da bolsa em que ocorrer o maior volume de operações com ouro, na data da liquidação do contrato, acrescida do Imposto de Renda retido na fonte.	
§ 4º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real deverão ser ainda observados que:	
a) a diferença positiva entre o valor de mercado, na data do mútuo, e o custo de aquisição do ouro será incluída pelo mutuante na apuração do ganho líquido de que trata o art. 72;	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
b) as alterações no preço do ouro durante o decurso do prazo do contrato de mútuo, em relação ao preço verificado na data de realização do contrato, serão reconhecidas pelo mutuante e pelo mutuário como receita ou despesa, segundo o regime de competência;	
c) para efeito do disposto na alínea b será considerado o preço médio do ouro verificado no mercado à vista da bolsa em que ocorrer o maior volume de operações, na data do registro da variação.	
§ 5º O Imposto de Renda na fonte será calculado aplicando-se a alíquota prevista no art. 65.	
§ 6º Fica o Poder Executivo autorizado a baixar normas com vistas a definir as características da operação de compra vinculada à revenda de que trata este artigo.	
Art. 71. Fica dispensada a retenção do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável quando o beneficiário do rendimento declarar à fonte pagadora, por escrito, sua condição de entidade imune.	
Art. 72. Os ganhos líquidos auferidos, a partir de 1º de janeiro de 1995, por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, em operações realizadas nas bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, serão tributados pelo Imposto de Renda na forma da Legislação vigente, com as alterações introduzidas por esta lei.	
§ 1º A alíquota do imposto será de dez por cento, aplicável sobre os ganhos líquidos apurados mensalmente.	
§ 2º Os custos de aquisição dos ativos objeto das operações de que trata este artigo serão:	
a) considerados pela média ponderada dos custos unitários;	
b) convertidos em Real pelo valor de R\$ 0,6767, no caso de ativos existentes em 31 de dezembro de 1994, expressos em quantidade de Ufir.	
§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também:	
a) aos ganhos líquidos auferidos por qualquer beneficiário, na alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa;	
b) aos ganhos líquidos auferidos pelas pessoas jurídicas na alienação de participações societárias, fora de bolsa.	
§ 4º As perdas apuradas nas operações de que trata este artigo poderão ser compensadas com os ganhos líquidos auferidos nos meses subseqüentes, em operações da mesma natureza.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 5º As perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (day-trade), somente poderão ser compensadas com os ganhos auferidos em operações da mesma espécie (day-trade).</p> <p>(Revogado pela <a href="#">Lei nº 9.959, de 27.1.2000</a>)</p>	
<p>§ 6º O ganho líquido mensal correspondente a operações day-trade:</p> <p>(Revogado pela <a href="#">Lei nº 9.959, de 27.1.2000</a>)</p>	
<p>a) integrará a base de cálculo do imposto de que trata este artigo;</p> <p>(Revogado pela <a href="#">Lei nº 9.959, de 27.1.2000</a>)</p>	
<p>b) não poderá ser compensado com perdas incorridas em operações de espécie distinta</p> <p>(Revogado pela <a href="#">Lei nº 9.959, de 27.1.2000</a>)</p>	
<p>§ 7º O disposto nos §§ 4º e 5º aplica-se, inclusive, às perdas existentes em 31 de dezembro de 1994.</p>	
<p>§ 8º Ficam isentos do Imposto de Renda os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro, ativo financeiro, cujo valor das alienações realizadas em cada mês seja igual ou inferior a 5.000,00 Ufirs, para o conjunto de ações e para o ouro, ativo financeiro, respectivamente.</p>	
<p>Art. 73. O rendimento auferido no resgate de quota de fundo de ações, de commodities, de investimento no exterior, clube de investimento e outros fundos da espécie, por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeita-se à incidência do Imposto de Renda na fonte à alíquota de dez por cento.</p>	
<p>§ 1º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate, líquido de IOF, e o valor de aquisição da quota.</p>	
<p>§ 2º Os ganhos líquidos previstos nos arts. 72 e 74 e os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa auferidos pelas carteiras dos fundos e clubes de que trata este artigo são isentos de Imposto de Renda.</p>	
<p>§ 3º O imposto de que trata este artigo será retido pelo administrador do fundo ou clube na data do resgate.</p>	
<p>§ 4º As aplicações nos fundos e clubes de que trata este artigo, existentes em 31 de dezembro de 1994, terão os respectivos rendimentos apropriados pro-rata tempore até aquela data.</p>	
<p>§ 5º No resgate de quotas, existentes em 31 de dezembro de 1994, deverão ser observados os seguintes procedimentos:</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
a) se o valor de aquisição da aplicação, calculado segundo o disposto no § 2º do art. 67, for inferior ao valor de resgate, o imposto devido será acrescido do imposto apurado nos termos daquele artigo;	
b) em qualquer outro caso, a base de cálculo do imposto no resgate das quotas será a diferença positiva entre o valor de resgate, líquido do IOF, e o valor original de aquisição, aplicando-se a alíquota vigente em 31 de dezembro de 1994.	
§ 6º Para efeito da apuração prevista na alínea b do § 5º, o valor original de aquisição em 31 de dezembro de 1994, expresso em quantidade de Ufir, será convertido em Real pelo valor de R\$ 0,6767.	
§ 7º Os rendimentos produzidos a partir de 1º de janeiro de 1995, referentes a aplicações existentes em 31 de dezembro de 1994 nos fundos e clubes de que trata este artigo, poderão ser excluídos do lucro real para efeito de incidência do adicional do Imposto de Renda de que trata o art. 39.	
Art. 74. Ficam sujeitos à incidência do Imposto de Renda na fonte à alíquota de dez por cento, os rendimentos auferidos em operações de swap.	
§ 1º A base de cálculo do imposto das operações de que trata este artigo será o resultado positivo auferido na liquidação do contrato de swap.	
§ 2º O imposto será retido pela pessoa jurídica que efetuar o pagamento do rendimento, na data da liquidação do respectivo contrato.	
§ 3º Somente será admitido o reconhecimento de perdas em operações de swap registradas no termos da legislação vigente.	
Art. 75. Ressalvado o disposto no § 3º do art. 74, fica o Poder Executivo autorizado a permitir a compensação dos resultados apurados nas operações de tratam os arts. 73 e 74, definindo as condições para a sua realização.	
Art. 76. O imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, ou pago sobre os ganhos líquidos mensais, será:	
I - deduzido do apurado no encerramento do período ou na data da extinção, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real;	
II - definitivo, no caso de pessoa jurídica não submetida ao regime de tributação com base no lucro real, inclusive isenta, e de pessoa física.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 1º No caso de sociedade civil de prestação de serviços, submetida ao regime de tributação de que trata o art. 1º do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.397, de 1987</a>, o imposto poderá ser compensado com o imposto retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos sócios beneficiários.</p>	
<p>§ 2º Os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável e os ganhos líquidos produzidos a partir de 1º de janeiro de 1995 integrarão o lucro real.</p>	
<p>§ 3º As perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (day-trade), realizadas em mercado de renda fixa ou de renda variável, não serão dedutíveis na apuração do lucro real.</p>	
<p>§ 4º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, as perdas apuradas nas operações de que tratam os arts. 72 a 74 somente serão dedutíveis na determinação do lucro real até o limite dos ganhos auferidos em operações previstas naqueles artigos.</p>	
<p>§ 5º Na hipótese do § 4º, a parcela das perdas adicionadas poderá, nos anos-calendário subseqüentes, ser excluída na determinação do lucro real, até o limite correspondente à diferença positiva apurada em cada ano, entre os ganhos e perdas decorrentes das operações realizadas.</p>	
<p>§ 6º Fica reduzida a zero a alíquota do IOF incidente sobre operações com títulos e valores mobiliários de renda fixa e renda variável.</p>	
<p>§ 7º O disposto no § 6º não elide a faculdade do Poder Executivo alterar a alíquota daquele imposto, conforme previsto no § 1º do art. 153 da <a href="#">Constituição Federal</a> e no parágrafo único do art. 1º da <a href="#">Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994</a>.</p>	
<p>Art. 77. O regime de tributação previsto neste Capítulo não se aplica aos rendimentos ou ganhos líquidos:</p>	
<p>I - em aplicações financeiras de renda fixa de titularidade de instituição financeira, inclusive sociedade de seguro, previdência e capitalização, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, sociedade distribuidora de títulos e valores mobiliários ou sociedade de arrendamento mercantil;</p>	
<p>II - nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas controladoras, controladas, coligadas ou interligadas, exceto se a mutuária for instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (Revogado pela <a href="#">Lei nº 10.833, de 29.12.2003</a>)</p>	
<p>III - nas operações de renda variável realizadas em bolsa, no mercado de balcão organizado, autorizado pelo órgão competente, ou através de fundos de investimento, para a carteira própria das entidades citadas no inciso I;</p>	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
IV - na alienação de participações societárias permanentes em sociedades coligadas e controladas, e de participações societárias que permaneceram no ativo da pessoa jurídica até o término do ano-calendário seguinte ao de suas aquisições;	
V - em operações de cobertura (hedge) realizadas em bolsa de valores, de mercadoria e de futuros ou no mercado de balcão.	
§ 1º Para efeito do disposto no inciso V, consideram-se de cobertura (hedge) as operações destinadas, exclusivamente, à proteção contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxas, quando o objeto do contrato negociado:	
a) estiver relacionado com as atividades operacionais da pessoa jurídica;	
b) destinar-se à proteção de direitos ou obrigações da pessoa jurídica.	
§ 2º O Poder Executivo poderá definir requisitos adicionais para a caracterização das operações de que trata o parágrafo anterior, bem como estabelecer procedimentos para registro e apuração dos ajustes diários incorridos nessas operações.	
§ 3º Os rendimentos e ganhos líquidos de que trata este artigo deverão compor a base de cálculo prevista nos arts. 28 ou 29 e o lucro real.	
§ 4º Para as associações de poupança e empréstimo, os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nas aplicações financeiras serão tributados de forma definitiva, à alíquota de vinte e cinco por cento sobre a base de cálculo prevista no art. 29.	
Art. 78. Os residentes ou domiciliados no exterior sujeitam-se às mesmas normas de tributação pelo Imposto de Renda, previstas para os residentes ou domiciliados no país, em relação aos:	
I - rendimentos decorrentes de aplicações financeiras de renda fixa;	
II - ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;	
III - rendimentos obtidos em aplicações em fundos de renda fixa e de renda variável e em clubes de investimentos.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Parágrafo único. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto de Renda, nos termos dos arts. 80 a 82, os rendimentos e ganhos de capital decorrentes de aplicações financeiras, auferidos por fundos, sociedades de investimento e carteiras de valores mobiliários de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimento coletivo residentes, domiciliados ou com sede no exterior.</p>	
<p>Art. 79. O investimento estrangeiro nos mercados financeiros e de valores mobiliários somente poderá ser realizado no país por intermédio de representante legal, previamente designado dentre as instituições autorizadas pelo Poder Executivo a prestar tal serviço e que será responsável, nos termos do art. 128 do Código Tributário Nacional (<a href="#">Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966</a>) pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações que realizar por conta e ordem do representado.</p>	
<p>§ 1º O representante legal não será responsável pela retenção e recolhimento do Imposto de Renda na fonte sobre aplicações financeiras quando, nos termos da legislação pertinente tal responsabilidade for atribuída a terceiro.</p>	
<p>§ 2º O Poder Executivo poderá excluir determinadas categorias de investidores da obrigatoriedade prevista neste artigo.</p>	
<p>Art. 80. Sujeitam-se à tributação pelo Imposto de Renda, à alíquota de dez por cento, os rendimentos e ganhos de capital auferidos no resgate pelo quotista, quando distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, por fundos em condomínio, a que se refere o art. 50 da <a href="#">Lei Nº 4.728, de 14 de julho de 1965</a>, constituídos na forma prescrita pelo Conselho Monetário Nacional e mantidos com recursos provenientes de conversão de débitos externos brasileiros, e de que participem, exclusivamente, pessoas físicas ou jurídicas, fundos ou outras entidades de investimentos coletivos, residentes, domiciliados, ou com sede no exterior.</p>	
<p>§ 1º A base de cálculo do imposto é constituída pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição da quota.</p>	
<p>§ 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos pelas carteiras dos fundos de que trata este artigo, são isentos de Imposto de Renda.</p>	
<p>Art. 81. Ficam sujeitos ao Imposto de Renda na fonte, à alíquota de dez por cento, os rendimentos auferidos:</p>	
<p>I - pelas entidades mencionadas nos arts. 1º e 2º do <a href="#">Decreto-Lei nº 2.285, de 23 de julho de 1986</a>;</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
II - pelas sociedades de investimento a que se refere o art. 49 da <a href="#">Lei nº 4.728, de 1965</a> , de que participem, exclusivamente, investidores estrangeiros;	
III - pelas carteiras de valores mobiliários, inclusive vinculadas à emissão, no exterior, de certificados representativos de ações, mantidas, exclusivamente, por investidores estrangeiros.	
§ 1º Os ganhos de capital ficam excluídos da incidência do Imposto de Renda quando auferidos e distribuídos, sob qualquer forma e a qualquer título, inclusive em decorrência de liquidação parcial ou total do investimento pelos fundos, sociedades ou carteiras referidos no caput deste artigo.	
§ 2º Para os efeitos deste artigo, consideram-se:	
a) rendimentos: quaisquer valores que constituam remuneração de capital aplicado, inclusive aquela produzida por títulos de renda variável, tais como juros, prêmios, comissões, ágio, deságio e participações nos lucros, bem como os resultados positivos auferidos em aplicações nos fundos e clubes de investimento de que trata o art. 73;	
b) ganhos de capital, os resultados positivos auferidos:	
b.1) nas operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, com exceção das operações conjugadas de que trata a alínea a do § 4º do art. 65;	
b.2) nas operações com ouro, ativo financeiro, fora de bolsa;	
§ 3º A base de cálculo do Imposto de Renda sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata este artigo será apurada:	
a) de acordo com os critérios previstos nos arts. 65 a 67 no caso de aplicações de renda fixa;	
b) de acordo com o tratamento previsto no § 3º do art. 65 no caso de rendimentos periódicos;	
c) pelo valor do respectivo rendimento ou resultado positivo, nos demais casos.	
§ 4º Na apuração do imposto de que trata este artigo serão indedutíveis os prejuízos apurados em operações de renda fixa e de renda variável.	
§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condomínio referidos no art. 80.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 5º O disposto neste artigo alcança, exclusivamente, as entidades que atenderem às normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, não se aplicando, entretanto, aos fundos em condomínio referidos no art. 80.</p> <p>Art. 82. O Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos auferidos pelas entidades de que trata o art. 81, será devido por ocasião da cessão, resgate, repactuação ou liquidação de cada operação de renda fixa, ou do recebimento ou crédito, o que primeiro ocorrer, de outros rendimentos, inclusive dividendos e bonificações em dinheiro.</p> <p>§ 1º O imposto será retido pela instituição administradora do fundo, sociedade de investimento ou carteira, e pelo banco custodiante, no caso de certificados representativos de ações, sendo considerado como exclusivo de fonte. (Revogado pela <a href="#">Lei nº 9.430, de 1996</a>)</p> <p>§ 2º Os dividendos que forem atribuídos às ações integrantes do patrimônio do fundo, sociedade ou carteira, serão registrados, na data em que as ações forem cotadas sem os respectivos direitos (ex-dividendos), em conta representativa de rendimentos a receber, em contrapartida à diminuição de idêntico valor da parcela do ativo correspondente às ações às quais se vinculam, acompanhados de transferência para a receita de dividendos de igual valor a débito da conta de resultado de variação da carteira de ações.</p> <p>§ 3º Os rendimentos submetidos à sistemática de tributação de que trata este artigo não se sujeitam a nova incidência do Imposto de Renda quando distribuídos.</p> <p>§ 4º O imposto deverá ser pago até o terceiro dia útil da semana subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores. (Revogado pela <a href="#">Lei nº 11.196, de 2005</a>)</p> <p><a href="#">Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995</a></p> <p>Art. 53. Os rendimentos das aplicações financeiras de renda fixa e os ganhos líquidos nos mercados de renda variável continuam apurados e tributados na forma da legislação vigente, com as seguintes alterações:</p> <p>I - a partir de 1º de setembro de 1994, o valor aplicado e o custo de aquisição serão convertidos em UFIR pelo valor desta no mês da aplicação ou aquisição, e reconvertidos em REAL pelo valor da UFIR do mês do resgate ou da liquidação da operação;</p>	<p>XXXIII - os art. 53 e art. 54 da <a href="#">Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995</a>;</p>

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>II - o valor das aplicações financeiras e do custo dos ativos existentes em 31 de agosto de 1994, expresso em quantidade de UFIR, será reconvertido em REAL na forma prevista na alínea anterior.</p> <p>§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também aos rendimentos auferidos no resgate de quotas de fundos e clubes de investimento, excetuados os rendimentos do fundo de que trata o § 4º do art. 21 da <a href="#">Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991</a>.</p> <p>§ 2º São isentos do imposto de renda os rendimentos auferidos nos resgates de quotas de fundos de investimento, de titularidade de fundos cujos recursos sejam aplicados na aquisição de quotas de fundos de investimento.</p> <p>§ 3º Fica mantido, em relação ao Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Aplicação Financeira, o disposto no art. 22, inciso I, da <a href="#">Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991</a>.</p> <p>Art. 54. Constituem aplicações financeiras de renda fixa, para os efeitos da legislação tributária, as operações de transferência de dívidas realizadas com instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.</p> <p>Parágrafo único. Para os efeitos do art. 18 da <a href="#">Lei Complementar nº 77, de 13 de julho de 1993</a>, o cedente da dívida é titular da aplicação e beneficiário da liquidação da operação.</p> <p><a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a></p>	
<p>Art. 11. Os rendimentos produzidos por aplicação financeira de renda fixa, auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto de renda à alíquota de quinze por cento.</p> <p>§ 1º Os rendimentos de que trata este artigo serão apropriados pro rata tempore até 31 de dezembro de 1995 e tributados, no que se refere à parcela relativa a 1995, nos termos da legislação então vigente.</p> <p>§ 2º No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, os rendimentos de que trata este artigo, bem como os rendimentos de renda variável e os ganhos líquidos obtidos em bolsas, serão adicionados à base de cálculo de incidência do adicional previsto no § 1º do art. 3º.</p> <p>(Revogado pela <a href="#">Lei nº 9.430, de 1996</a>)</p> <p>§ 3º O disposto neste artigo não elide as regras previstas nos arts. 76 e 77 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a>.</p>	<p>XXXIV - os art. 11 e art. 12 da <a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a>;</p>



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 12. O inciso III do art. 77 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:	
"Art.77.....	
III - nas operações de renda variável realizadas em bolsa, no mercado de balcão organizado, autorizado pelo órgão competente, ou através de fundos de investimento, para a carteira própria das entidades citadas no inciso I;"F	
<a href="#">Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995</a>	XXXV - do art. 22 da <a href="#">Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995</a> :
Art. 22. Fica isento da incidência do imposto sobre a renda o ganho de capital auferido na alienação de bens e direitos de pequeno valor, cujo preço unitário de alienação, no mês em que ela for realizada, seja igual ou inferior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). (Redação dada pela Medida Provisória nº 1303, de 2025)	
I - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no caso de alienação de ações negociadas no mercado de balcão;	a) os incisos I e II do caput; e
II - R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nos demais casos.	
Parágrafo único. No caso de alienação de diversos bens ou direitos da mesma natureza, será considerado, para os efeitos deste artigo, o valor do conjunto dos bens alienados no mês.	b) o parágrafo único;
<a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a>	XXXVI - da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> :
Art. 17. Serão computados na determinação do lucro real os resultados líquidos, positivos ou negativos, obtidos em operações de cobertura (hedge) realizadas em mercados de liquidação futura, diretamente pela empresa brasileira, em bolsas no exterior.	a) o parágrafo único do art. 17;
Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo.	
Art. 57. As Associações de Poupança e Empréstimo pagarão o imposto de renda correspondente aos rendimentos e ganhos líquidos, auferidos em aplicações financeiras, à alíquota de quinze por cento, calculado sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos.	b) o art. 57;
Parágrafo único. O imposto incidente na forma deste artigo será considerado tributação definitiva.	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 69. É responsável pela retenção e recolhimento do imposto de renda na fonte, incidente sobre os rendimentos auferidos pelas fundos, sociedades de investimentos e carteiras de que trata o art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> , a pessoa jurídica que efetuar o pagamento dos rendimentos.	c) o art. 69; e
Art. 71. Sem prejuízo do disposto no art. 74 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> , os ganhos auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, nas demais operações realizadas em mercados de liquidação futura, fora de bolsa, serão tributados de acordo com as normas aplicáveis aos ganhos líquidos auferidos em operações de natureza semelhante realizadas em bolsa.	d) o art. 71;
§ 1º Não se aplica aos ganhos auferidos nas operações de que trata este artigo o disposto no § 1º do art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> .	
§ 2º Somente será admitido o reconhecimento de perdas nas operações registradas nos termos da legislação vigente.	
<a href="#">Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997</a>	XXXVII - o art. 36 da <a href="#">Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997</a> ;
Art. 36. Os rendimentos decorrentes das operações de swap, de que trata o art. 74 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 1995</a> , passam a ser tributados à mesma alíquota incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa.	
<a href="#">Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999</a>	XXXVIII - da <a href="#">Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999</a> :
Art. 2º Sujeita-se à tributação aplicável às pessoas jurídicas, o fundo de investimento imobiliário de que trata a <a href="#">Lei nº 8.668, de 1993</a> , que aplicar recursos em empreendimento imobiliário que tenha como incorporador, construtor ou sócio, quotista que possua, isoladamente ou em conjunto com pessoa a ele ligada, mais de vinte e cinco por cento das quotas do fundo.	a) o art. 2º; e
Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, considera-se pessoa ligada ao quotista:	
I - pessoa física:	
a) os seus parentes até o segundo grau;	
b) a empresa sob seu controle ou de qualquer de seus parentes até o segundo grau;	
II - pessoa jurídica, a pessoa que seja sua controladora, controlada ou coligada, conforme definido nos §§ 1o e 2o do art. 243 da <a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</a> .	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 5º Os rendimentos auferidos em qualquer aplicação ou operação financeira de renda fixa ou de renda variável sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, mesmo no caso das operações de cobertura (hedge), realizadas por meio de operações de swap e outras, nos mercados de derivativos.</p> <p>Parágrafo único. A retenção na fonte de que trata este artigo não se aplica no caso de beneficiário referido no inciso I do art. 77 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 1995</a>, com redação dada pela <a href="#">Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995</a>.</p>	<p>b) o art. 5º;</p>
<p><a href="#">Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000</a></p>	<p>XXXIX - os art. 6º a art. 9º da <a href="#">Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000</a>;</p>
<p>Art. 6º A alíquota de que trata o art. 72 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a>, é fixada em percentual igual ao estabelecido para os rendimentos produzidos por aplicações financeiras de renda fixa:</p> <p>I - a partir do ano-calendário de 2001, no caso de ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, assemelhadas e no mercado de balcão, ressalvado o disposto no inciso II;</p> <p>II - a partir do ano-calendário de 2002, no caso de ganhos líquidos auferidos nos mercados à vista de ações negociadas em bolsas de valores e de rendimentos produzidos pelos fundos de investimento previstos no § 6º do art. 28 da <a href="#">Lei nº 9.532, de 1997</a>, com as alterações introduzidas pelos arts. 1º e 2º da <a href="#">Medida Provisória nº 1.990-26, de 14 de dezembro de 1999</a>.</p> <p>Parágrafo único. Aos ganhos líquidos a que se refere o inciso I aplicar-se-á, no ano-calendário de 2000, a alíquota de quinze por cento.</p>	
<p>Art. 7º O regime de tributação previsto no art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 1995</a>, com a alteração introduzida pelo art. 11 da <a href="#">Lei nº 9.249, de 1995</a>, não se aplica a investimento estrangeiro oriundo de país que tribute a renda à alíquota inferior a vinte por cento, o qual sujeitar-se-á às mesmas regras estabelecidas para os residentes ou domiciliados no País.</p>	
<p>Art. 8º Os rendimentos auferidos em operações de day trade realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de um por cento.</p> <p>§ 1º Para efeito do disposto neste artigo:</p> <p>I - considera-se:</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
a) day trade: a operação ou a conjugação de operações iniciadas e encerradas em um mesmo dia, com o mesmo ativo, em uma mesma instituição intermediadora, em que a quantidade negociada tenha sido liquidada, total ou parcialmente;	
b) rendimento: o resultado positivo apurado no encerramento das operações de day trade;	
II - não será considerado valor ou quantidade de estoque do ativo existente em data anterior.	
§ 2º Será admitida a compensação de perdas incorridas em operações de day trade realizadas no mesmo dia.	
§ 3º O responsável pela retenção e recolhimento do imposto de que trata este artigo é a instituição intermediadora da operação de day trade que receber, diretamente, a ordem do cliente.	
I – revogado;	
II – revogado.	
§ 4º O valor do imposto retido na fonte sobre operações de day trade poderá ser:	
I - deduzido do imposto incidente sobre ganhos líquidos apurados no mês;	
II - compensado com o imposto incidente sobre ganhos líquidos apurado nos meses subseqüentes, se, após a dedução de que trata o inciso anterior, houver saldo de imposto retido.	
§ 5º Se, ao término de cada ano-calendário, houver saldo de imposto retido na fonte a compensar, fica facultado à pessoa física ou às pessoas jurídicas de que trata o inciso II do § 8º, pedido de restituição, na forma e condições estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal.	
§ 6º As perdas incorridas em operações <b>day trade</b> somente poderão ser compensadas com os rendimentos auferidos em operações de mesma espécie ( <b>day trade</b> ), realizadas no mês, observado o disposto no parágrafo seguinte.	
§ 7º O resultado mensal da compensação referida no parágrafo anterior:	
I - se positivo, integrará a base de cálculo do imposto referente aos ganhos líquidos;	
II - se negativo, poderá ser compensado com os resultados positivos de operações de <b>day trade</b> apurados no meses subseqüentes.	
§ 8º Sem prejuízo do disposto no § 4º, o imposto de renda retido na fonte em operações de <b>day trade</b> será:	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>I - deduzido do devido no encerramento de cada período de apuração ou na data de extinção, no caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado;</p> <p>II - definitivo, no caso de pessoa física e de pessoa jurídica isenta, bem assim a sujeita ao tratamento previsto na <a href="#">Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996</a>.</p> <p>Art. 9º O disposto nos arts. 6º e 8º não se aplica aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos pelas pessoas jurídicas de que trata o inciso I, do art. 77 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 1995</a>, que continuam sujeitos às normas previstas na legislação vigente.</p> <p><a href="#">Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001</a></p> <p>Art. 29. Aplica-se o regime tributário de que trata o art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a>, aos investidores estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliados no exterior, que realizam operações em mercados de liquidação futura referenciados em produtos agropecuários, nas bolsas de futuros e de mercadorias.</p> <p>§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a investimento estrangeiro oriundo de país que não tribute a renda ou a tribute à alíquota inferior a vinte por cento, o qual sujeitar-se-á às mesmas regras estabelecidas para os residentes ou domiciliados no País.</p> <p>§ 2º Fica responsável pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das operações previstas neste artigo a bolsa de futuros e de mercadorias encarregada do registro do investimento externo no País.</p> <p><a href="#">Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001</a></p> <p>Art. 16. O regime de tributação previsto no art. 81 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a>, com a alteração introduzida pelo art. 11 da <a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a>, aplica-se a investidor residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras nos mercados de renda fixa ou de renda variável no País, de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.</p> <p>§ 1º É responsável pela retenção e recolhimento do imposto de renda na fonte, incidente sobre os rendimentos de operações financeiras auferidos por qualquer investidor estrangeiro, a pessoa jurídica que efetuar o pagamento dos referidos rendimentos.</p>	<p>XL - o art. 29 da <a href="#">Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001</a>;</p> <p>XLI - o art. 16 da <a href="#">Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001</a>;</p>

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 2º O regime de tributação referido no <b>caput</b> não se aplica a investimento oriundo de país que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota inferior a vinte por cento, o qual se sujeitará às mesmas regras estabelecidas para os residentes e domiciliados no País.</p> <p>§ 3º Relativamente ao disposto no § 2º será observado que:</p> <p>I - sem prejuízo do disposto no § 1º, o investidor estrangeiro deverá, no caso de operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas, nomear instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil como responsável, no País, pelo cumprimento das obrigações tributárias decorrentes das referidas operações;</p> <p>II - no caso de ações adquiridas até 31 de dezembro de 1999, para fins de apuração da base de cálculo do imposto de renda, o custo de aquisição, quando não for conhecido, será determinado pelo preço médio ponderado da ação, apurado nas negociações ocorridas, na bolsa de valores com maior volume de operações com a ação, no mês de dezembro de 1999 ou, caso não tenha havido negócios naquele mês, no mês anterior mais próximo.</p> <p>§ 4º A Secretaria da Receita Federal poderá baixar normas para o controle das operações realizadas pelos investidores estrangeiros.</p>	
<p><a href="#">Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002</a></p> <p>Art. 1º Em relação ao estoque de ações existente em 31 de dezembro de 2001, fica facultado à pessoa física e à pessoa jurídica isenta ou sujeita ao regime de tributação de que trata a <a href="#">Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996</a>, efetuar o pagamento do imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos em operações realizadas no mercado à vista de bolsa de valores, sem alienar a ação, à alíquota de dez por cento.</p> <p>§ 1º O imposto de que trata este artigo:</p> <p>I - terá como base de cálculo a diferença positiva entre o preço médio ponderado da ação verificado na Bolsa de Valores de São Paulo, no mês de dezembro de 2001, ou no mês anterior mais próximo, caso não tenha havido negócios com a ação naquele mês, e o seu custo médio de aquisição;</p> <p>II - será pago pelo contribuinte de forma definitiva, sem direito a qualquer restituição ou compensação, até 31 de janeiro de 2002;</p> <p>III - abrangerá a totalidade de ações de uma mesma companhia, pertencentes à optante, por espécie e classe.</p> <p>§ 2º O preço médio ponderado de que trata o § 1º:</p>	<p>XLII - os art. 1º e art. 2º da <a href="#">Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002</a>;</p>



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>I - constituirá o novo custo de aquisição, para efeito de apuração do imposto quando da efetiva alienação da ação;</p> <p>II - será divulgado por meio de relação editada pela Secretaria da Receita Federal.</p> <p>Art. 2º O disposto no art. 1º aplica-se também no caso de ações negociadas à vista em mercado de balcão organizado, mantido por entidade cujo objeto social seja análogo ao das bolsas de valores e que funcione sob a supervisão e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal divulgará também relação contendo os preços das ações negociadas na entidade d e que trata este artigo, que serão avaliadas pelo mesmo critério previsto no inciso I do § 1º do art. 1º.</p>	
<p><a href="#">Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a></p> <p>Art. 48. O art. 71 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 71. ....</p> <p>.....</p> <p>§ 2º Somente será admitido o reconhecimento de perdas nas operações registradas nos termos da legislação vigente." (NR)</p>	<p>XLIII - o art. 48 da <a href="#">Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003</a>;</p>
<p><a href="#">Lei, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a></p> <p>Art. 1º Os rendimentos de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999</a>, relativamente às aplicações e operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2005, sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, às seguintes alíquotas:</p> <p>I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;</p> <p>II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;</p> <p>III - 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;</p> <p>IV - 15% (quinze por cento), em aplicações com prazo acima de 720 (setecentos e vinte) dias.</p> <p>§ 1º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004:</p> <p>I - os rendimentos produzidos até essa data serão tributados nos termos da legislação então vigente;</p> <p>II - em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I a IV do caput deste artigo serão contados a partir:</p>	<p>XLIV - da <a href="#">Lei, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>:</p> <p>a) o art. 1º;</p>



## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
a) de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e	
b) da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.	
Art. 2º Os ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em mercados de bolsa e de balcão organizado, inclusive day trade, ficam sujeitos ao disposto neste artigo. (Redação dada pela Medida Provisória nº 1303, de 2025)	b) do art. 2º:
I - 20% (vinte por cento), no caso de operação day trade ;	1. os incisos I e II do caput;
II - 15% (quinze por cento), nas demais hipóteses.	
§ 3º As operações <b>day trade</b> permanecem tributadas, na fonte, nos termos da legislação vigente.	2. o § 3º; e
§ 7º O valor do imposto retido na fonte a que se refere o § 1º deste artigo poderá ser:	3. o inciso IV do § 7º;
.....	
IV - compensado com o imposto devido sobre o ganho de capital na alienação de ações.	
Art. 3º Ficam isentos do imposto de renda:	c) o art. 3º;
I - os ganhos líquidos auferidos por pessoa física em operações no mercado à vista de ações nas bolsas de valores e em operações com ouro ativo financeiro cujo valor das alienações, realizadas em cada mês, seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o conjunto de ações e para o ouro ativo financeiro respectivamente;	
II - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por letras hipotecárias, certificados de recebíveis imobiliários e letras de crédito imobiliário.	
III - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário e pelos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado;	
IV - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida por Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, Warrant Agropecuário - WA, Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, instituídos pelos arts. 1º e 23 da <a href="#">Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004</a> ;	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
V - na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas, a remuneração produzida pela Cédula de Produto Rural - CPR, com liquidação financeira, instituída pela <a href="#">Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994</a> , alterada pela Lei nº 10.200, de 14 de fevereiro de 2001, desde que negociada no mercado financeiro.	
§ 1º O benefício disposto no inciso III do caput deste artigo:	
I - será concedido somente nos casos em que os Fundos de Investimento Imobiliário ou os Fiagro possuam, no mínimo, 100 (cem) cotistas;	
II - não será concedido ao cotista pessoa física titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo Fundo de Investimento Imobiliário ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhe derem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.	
III - não será concedido ao conjunto de cotistas pessoas físicas ligadas, definidas na forma da alínea "a" do inciso I do parágrafo único do art. 2º da <a href="#">Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999</a> , titulares de cotas que representem 30% (trinta por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelos Fundos de Investimento Imobiliário ou pelos Fiagro, ou ainda cujas cotas lhes derem direito ao recebimento de rendimento superior a 30% (trinta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo fundo.	
§ 2º O fundo de investimento terá prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da primeira integralização de cotas, para se enquadrar no disposto no inciso I do § 1º deste artigo.	
§ 3º O fundo de investimento já constituído em 31 de dezembro de 2023 terá prazo até o dia 30 de junho de 2024 para se enquadrar no disposto no inciso I do § 1º deste artigo.	
§ 4º Caso o fundo deixe de se enquadrar no disposto no inciso I do § 1º deste artigo, o fundo poderá manter o tratamento tributário deste artigo desde que retome a quantidade mínima de cotistas dentro de 30 (trinta) dias.	
Art. 4º Não se aplica o disposto nos arts. 1º e 2º desta Lei às pessoas jurídicas de que trata o art. 77, inciso I, da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a> , aos investidores estrangeiros referidos no art. 16 da <a href="#">Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001</a> , e às entidades ou fundos optantes pelo regime especial de que trata o art. 2º da <a href="#">Medida Provisória nº 2.222, de 4 de setembro de 2001</a> , que permanecem sujeitos às normas previstas na legislação vigente.	d) o art. 4º; e



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 22. O art. 17 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 17. ....</p> <p>Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal e o Banco Central do Brasil expedirão instruções para a apuração do resultado líquido, sobre a movimentação de divisas relacionadas com essas operações, e outras que se fizerem necessárias à execução do disposto neste artigo." (NR)</p> <p><a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a></p> <p>Art. 6º Os fundos de investimento cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias sujeitam-se à incidência do imposto de renda na fonte, por ocasião do resgate, na forma do disposto neste artigo.</p> <p>§ 1º A carteira de títulos a que se refere o caput deste artigo é composta por títulos privados ou públicos federais, prefixados ou indexados à taxa de juros, a índices de preço ou à variação cambial, ou por operações compromissadas lastreadas nos referidos títulos públicos federais e por outros títulos e operações com características assemelhadas, nos termos a serem regulamentados pelo Ministro de Estado da Fazenda.</p> <p>§ 2º Os rendimentos referidos no art. 1º da <a href="#">Medida Provisória nº 206, de 6 de agosto de 2004</a>, quando auferidos em aplicações nos fundos de investimento referidos no caput deste artigo, sujeitam-se ao imposto sobre a renda na fonte, por ocasião do resgate, às seguintes alíquotas:</p> <p>I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 6 (seis) meses;</p> <p>II - 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 6 (seis) meses.</p> <p>§ 3º Em relação aos fundos de que trata o caput deste artigo, sobre os rendimentos tributados semestralmente com base no art. 3º da <a href="#">Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004</a>, incidirá a alíquota de 20% (vinte por cento) e no resgate das quotas será aplicada alíquota complementar àquela prevista no inciso I do § 2º deste artigo, se o resgate ocorrer no prazo de até 6 (seis) meses.</p> <p>§ 4º No caso de aplicações existentes em 31 de dezembro de 2004, em relação aos rendimentos produzidos em 2005, os prazos a que se referem os incisos I e II do § 2º deste artigo serão contados a partir:</p> <p>I - de 1º de julho de 2004, no caso de aplicação efetuada até a data da publicação desta Lei; e</p> <p>II - da data da aplicação, no caso de aplicação efetuada após a data da publicação desta Lei.</p>	<p>e) o art. 22;</p> <p>XLV - o art. 6º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a>;</p>



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 5º É sujeito à tributação na forma deste artigo o fundo de investimento a que se refere o art. 1º da <a href="#">Medida Provisória nº 206, de 2004</a>, se ele tiver sua carteira constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.</p> <p>§ 6º Não se aplica o disposto no § 5º deste artigo se, a cada ano-calendário, a carteira do fundo de investimento for constituída por títulos com prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por até 3 (três) períodos e o total dos dias dos períodos for igual ou inferior a 45 (quarenta e cinco) dias.</p> <p>§ 7º Na hipótese mencionada no § 5º deste artigo, o quotista terá seus rendimentos tributados na forma prevista no art. 1º da <a href="#">Medida Provisória nº 206, de 2004</a>, até o dia imediatamente anterior ao da alteração de condição, sujeitando-se os rendimentos auferidos a partir de então à tributação prevista no § 2º deste artigo.</p> <p>§ 8º O disposto neste artigo não se aplica aos fundos e clubes de investimento em ação, aos quais se aplicam as disposições específicas da <a href="#">Medida Provisória nº 206, de 2004</a>.</p> <p>§ 9º A Secretaria da Receita Federal regulamentará a periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio a que se refere este artigo.</p>	
<p><a href="#">Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006</a></p> <p>Art. 2º Os rendimentos auferidos no resgate de cotas dos Fundos de Investimento em Participações, Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Fundos de Investimento em Empresas Emergentes, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, ficam sujeitos ao imposto de renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.</p> <p>§ 1º Os ganhos auferidos na alienação de cotas de fundos de investimento de que trata o caput deste artigo serão tributados à alíquota de 15% (quinze por cento):</p> <p>I - como ganho líquido quando auferidos por pessoa física em operações realizadas em bolsa e por pessoa jurídica em operações realizadas dentro ou fora de bolsa;</p> <p>II - de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza quando auferidos por pessoa física em operações realizadas fora de bolsa.</p> <p>§ 2º No caso de amortização de cotas, o imposto incidirá sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição à alíquota de que trata o caput deste artigo.</p>	<p>XLVI - o art. 2º da <a href="#">Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006</a>;</p>



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 3º O disposto neste artigo aplica-se somente aos fundos referidos no caput deste artigo que cumprirem os limites de diversificação e as regras de investimento constantes da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.</p>	
<p>§ 4º Sem prejuízo da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, no caso de Fundo de Investimento em Empresas Emergentes e de Fundo de Investimento em Participações, além do disposto no § 3º deste artigo, os fundos deverão ter a carteira composta de, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações de sociedades anônimas, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição. (Revogado pela <a href="#">Lei nº 14.711, de 2023</a>)</p>	
<p>§ 5º Ficam sujeitos à tributação do imposto de renda na fonte, às alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>, os rendimentos auferidos pelo cotista quando da distribuição de valores pelos fundos de que trata o caput deste artigo, em decorrência de inobservância do disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo.</p>	
<p><a href="#">Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007</a></p>	<p>XLVII - da <a href="#">Lei nº 11.478, de 29 de maio de 2007</a>:</p>
<p>Art. 2º Os rendimentos auferidos no resgate de cotas do FIP-IE e do FIP-PD&amp;I, inclusive quando decorrentes da liquidação do fundo, ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas.</p>	<p>a) o § 3º do art. 2º; e</p>
<p>§ 3º No caso de rendimentos distribuídos à pessoa física, nas formas previstas no <b>caput</b> e no § 2º, tais rendimentos ficam isentos do imposto sobre a renda na fonte e na declaração de ajuste anual das pessoas físicas.</p>	
<p>Art. 3º As perdas apuradas nas operações de que trata o art. 2º desta Lei quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real não serão dedutíveis na apuração do lucro real.</p>	<p>b) o art. 3º;</p>
<p><a href="#">Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010</a></p>	<p>XLVIII - o art. 45 da <a href="#">Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010</a>;</p>
<p>Art. 45. O art. 8º da <a href="#">Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000</a>, passa a vigorar com a seguinte redação:</p>	
<p>“Art. 8º .....</p>	
<p>§ 1º .....</p>	
<p>I – .....</p>	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>a) <b>day trade</b>: a operação ou a conjugação de operações iniciadas e encerradas em um mesmo dia, com o mesmo ativo, em uma mesma instituição intermediadora, em que a quantidade negociada tenha sido liquidada, total ou parcialmente;</p> <p>.....</p> <p>§ 2º Será admitida a compensação de perdas incorridas em operações de <b>day trade</b> realizadas no mesmo dia.</p> <p>§ 3º O responsável pela retenção e recolhimento do imposto de que trata este artigo é a instituição intermediadora da operação de <b>day trade</b> que receber, diretamente, a ordem do cliente.</p> <p>I – revogado;</p> <p>II – revogado.</p> <p>.....” (NR)</p> <p><u>Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</u></p>	
<p>Art. 2º No caso de debêntures emitidas por sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade por ações, dos certificados de recebíveis imobiliários e de cotas de emissão de fundo de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado, relacionados à captação de recursos com vistas em implementar projetos de investimento na área de infraestrutura, ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação, considerados como prioritários na forma regulamentada pelo Poder Executivo federal, os rendimentos auferidos por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no País sujeitam-se à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas:</p> <p>.....</p> <p>§ 2º O regime de tributação previsto neste artigo aplica-se inclusive às pessoas jurídicas relacionadas no inciso I do art. 77 da <u>Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</u>.</p> <p>§ 3º Os rendimentos tributados exclusivamente na fonte poderão ser excluídos na apuração do lucro real.</p> <p>§ 4º As perdas apuradas nas operações com os ativos a que se refere este artigo, quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, não serão dedutíveis na apuração do lucro real.</p>	<p>XLIX - da <u>Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011</u>:</p> <p>a) os § 2º a § 4º do art.2º;</p>

## Quadro Comparativo

### Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 3º As instituições autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários ao exercício da administração de carteira de títulos e valores mobiliários poderão constituir fundo de investimento que estabeleça em seu regulamento que a aplicação de seus recursos nos ativos de que trata o art. 2º desta Lei não poderá ser inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor de referência do fundo.</p> <p>.....</p> <p>§ 9º Os rendimentos tributados exclusivamente na fonte poderão ser excluídos na apuração do lucro real.</p> <p>§ 10. As perdas apuradas nas operações com cotas dos fundos a que se refere o § 1º, quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, não serão dedutíveis na apuração do lucro real.</p>	<p>b) os § 9º e §10 do art. 3º; e</p>
<p>Art. 5º O imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos periódicos a que se refere o § 3º do art. 65 da <a href="#">Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995</a>, incidirá, pro-rata tempore, sobre a parcela do rendimento produzido entre a data de aquisição ou a data do pagamento periódico anterior e a data de sua percepção, podendo ser deduzida da base de cálculo a parcela dos rendimentos correspondente ao período entre a data do pagamento do rendimento periódico anterior e a data de aquisição do título.</p> <p>§ 1º Ocorrido o primeiro pagamento periódico de rendimentos após a aquisição do título sem alienação pelo adquirente, a parcela do rendimento não submetida à incidência do imposto sobre a renda na fonte deverá ser deduzida do custo de aquisição para fins de apuração da base de cálculo do imposto, quando de sua alienação.</p> <p>§ 2º As instituições intervenientes deverão manter registros que permitam verificar a correta apuração da base de cálculo do imposto de que trata este artigo, na forma regulamentada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p>	<p>c) o art. 5º;</p>
<p><a href="#">Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</a></p> <p>Art. 97. Ficam isentos de Imposto sobre a Renda - IR os rendimentos, inclusive ganhos de capital, pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a>, produzidos por fundos de investimentos, cujos cotistas sejam exclusivamente investidores estrangeiros.</p> <p>.....</p>	<p>L - o § 3º do art. 97 da <a href="#">Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</a>;</p>



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 3º Caso o regulamento do fundo restrinja expressamente seus cotistas a investidores estrangeiros pessoas físicas, também se incluirão entre os ativos de que trata o § 1º os ativos beneficiados pelo disposto no art. 3º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>, desde que observadas as condições previstas para gozo do benefício fiscal.</p>	
<p><a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a></p>	<p>LI - da <a href="#">Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014</a>:</p>
<p>Art. 2º Os rendimentos e ganhos de capital auferidos por cotistas de fundos de investimento cujas cotas sejam admitidas à negociação no mercado secundário administrado por bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda fixa (Fundos de Índice de Renda Fixa) e cujos regulamentos determinem que suas carteiras sejam compostas, no mínimo, por 75% (setenta e cinco por cento) de ativos financeiros que integrem o índice de renda fixa de referência, sujeitam-se ao imposto sobre a renda às seguintes alíquotas:</p> <p>.....</p>	<p>a) os § 2º e §5º do art. 2º;</p>
<p>§ 2º No caso de alteração do prazo médio de repactuação da carteira dos Fundos de Índice de Renda Fixa que implique modificação de seu enquadramento para fins de determinação do regime tributário, será aplicada a alíquota correspondente ao prazo médio de repactuação do Fundo até o dia imediatamente anterior ao da alteração da condição, sujeitando-se os rendimentos auferidos a partir de então à alíquota correspondente ao novo prazo médio de repactuação.</p>	
<p>§ 5º A periodicidade e a metodologia de cálculo do prazo médio de repactuação a que se refere este artigo serão estabelecidas em ato do Ministro de Estado da Fazenda.</p>	
<p>Art. 6º A remuneração auferida pelo prestador nas operações de empréstimo de ações de emissão de companhias abertas realizadas em entidades autorizadas a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários será tributada pelo imposto sobre a renda de acordo com as regras estabelecidas para aplicação de renda fixa às alíquotas previstas no art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a>.</p>	<p>b) os art. 6º a art. 19; e</p>

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 1º No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro real, a remuneração de que trata o caput será reconhecida pelo prestador ou pelo tomador como receita ou despesa, conforme o caso, segundo o regime de competência, sem prejuízo do imposto de que trata o caput, considerado como antecipação do devido.</p>	
<p>§ 2º Quando a remuneração for fixada em percentual sobre o valor das ações objeto do empréstimo, as receitas ou despesas terão por base de cálculo o preço médio da ação verificado no mercado à vista da bolsa de valores em que as ações estiverem admitidas à negociação no dia útil anterior à data de concessão do empréstimo ou no dia útil anterior à data do vencimento da operação, conforme previsto no contrato.</p>	
<p>§ 3º Fica responsável pela retenção e recolhimento do imposto de que trata este artigo a entidade autorizada a prestar serviços de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários.</p>	
<p>Art. 7º O valor, integral ou parcial, reembolsado ao prestador pelo tomador, decorrente dos proventos distribuídos pela companhia emissora das ações durante o decurso do contrato de empréstimo, é isento do imposto sobre a renda retido na fonte para o prestador, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.</p>	
<p>§ 1º O valor do reembolso de que trata este artigo será:</p>	
<p>I - integral em relação aos proventos correspondentes às ações tomadas em empréstimo, caso ocorra o reembolso em decorrência do pagamento de valor equivalente:</p>	
<p>a) aos dividendos, em qualquer hipótese; e</p>	
<p>b) aos juros sobre o capital próprio - JCP, quando o prestador não for sujeito à retenção do imposto sobre a renda de que trata o § 2º do art. 9º da <a href="#">Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995</a>, por ser entidade imune, fundo ou clube de investimento, ou entidade de previdência complementar, sociedade seguradora e Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI, no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a>; ou</p>	
<p>II - parcial em relação ao JCP correspondente às ações tomadas em empréstimo, deduzido o valor equivalente ao imposto sobre a renda na fonte que seria retido e recolhido pela companhia em nome do prestador na hipótese de o prestador não ter colocado suas ações para empréstimo nas entidades de que trata o caput do art. 6º.</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 2º No caso de tomador pessoa jurídica tributada com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o valor do imposto sobre a renda a que se refere o inciso II do § 1º não poderá ser compensado como antecipação do devido na apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ.	
§ 3º No caso de prestador pessoa jurídica, o valor do reembolso a que se refere o inciso II do § 1º deverá ser incluído na apuração da base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, adicionado do valor correspondente ao imposto sobre a renda retido pela fonte pagadora do JCP em nome do tomador.	
§ 4º O valor correspondente ao imposto sobre a renda que foi adicionado na forma do § 3º poderá ser compensado como antecipação do devido na apuração do IRPJ devido pelo prestador pessoa jurídica, ainda que não tenha sido retido em seu nome.	
§ 5º (VETADO).	
§ 6º O valor correspondente ao JCP reembolsado ao prestador poderá ser dedutível na apuração do IRPJ, no caso de tomador pessoa jurídica tributada com base no lucro real.	
Art. 8º Será devido pelo tomador o imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento) incidente sobre o valor correspondente ao JCP distribuído pela companhia emissora do papel objeto do empréstimo em ambientes de que trata o art. 6º, na hipótese de operação de empréstimo de ações que tenha como parte prestadora pessoa física ou jurídica sujeita ao imposto sobre a renda, e como parte tomadora:	
I - fundo ou clube de investimento; ou	
II - no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> :	
a) entidade de previdência complementar;	
b) sociedade seguradora; ou	
c) Fapi.	
§ 1º Para fins do disposto no caput, a base de cálculo do imposto a ser recolhido é o valor correspondente ao montante originalmente distribuído pela companhia, a título de JCP, em relação ao saldo das ações emprestadas ao tomador mantidas em custódia em sua titularidade acrescido do saldo de ações emprestadas a terceiros.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>§ 2º Cabe ao administrador do fundo ou clube de investimento ou entidade responsável pela aplicação dos recursos de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a>, efetuar o recolhimento do imposto sobre a renda à alíquota de 15% (quinze por cento) prevista no caput .</p>	
<p>§ 3º Para a hipótese de tomador previsto no caput que, na data do pagamento do JCP pela companhia emissora, seja também titular de ações não tomadas por meio de empréstimo ou também tenha emprestado ações, a base de cálculo para o imposto sobre a renda será o valor bruto do JCP pago por ação, multiplicado pelo somatório do saldo de ações de sua titularidade e do saldo de ações que o tomador tenha emprestado a terceiros, observando-se para o somatório o limite máximo do número de ações tomadas em empréstimo pelo tomador.</p>	
<p>§ 4º O imposto sobre a renda de que trata este artigo será:</p>	
<p>I - definitivo, sem direito a qualquer restituição ou compensação por parte do tomador das ações em empréstimo; e</p>	
<p>II - recolhido até o terceiro dia útil subsequente ao decêndio de ocorrência dos fatos geradores.</p>	
<p>Art. 9º No caso do tomador de ações por empréstimo, a diferença positiva ou negativa entre o valor da alienação e o custo médio de aquisição desses valores será considerada ganho líquido ou perda do mercado de renda variável, sendo esse resultado apurado por ocasião da recompra das ações.</p>	
<p>Parágrafo único. Na apuração do imposto de que trata o caput , poderão ser computados como custo da operação as corretagens e demais emolumentos efetivamente pagos pelo tomador.</p>	
<p>Art. 10. Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 6º aos empréstimos de títulos e outros valores mobiliários.</p>	
<p>§ 1º No caso do tomador, a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor de aquisição será considerada:</p>	
<p>I - ganho líquido ou perda, em relação a valores mobiliários de renda variável negociados em bolsa de valores, sendo esse resultado apurado por ocasião da recompra dos valores mobiliários a serem devolvidos; e</p>	
<p>II - rendimento, nos demais casos, sendo esse rendimento apurado por ocasião da recompra dos títulos ou valores mobiliários a serem devolvidos.</p>	
<p>§ 2º Na apuração do imposto de que trata o inciso I do § 1º, poderão ser computados como custos da operação as corretagens e demais emolumentos efetivamente pagos pelo tomador.</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 11. O valor reembolsado ao prestador pelo tomador, decorrente dos rendimentos distribuídos durante o decurso do contrato de empréstimo de títulos e outros valores mobiliários, é isento do imposto sobre a renda retido na fonte para o prestador, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.	
Parágrafo único. O valor do reembolso de que trata este artigo será deduzido:	
I - do valor equivalente ao imposto sobre a renda na fonte que seria devido pelo prestador; ou	
II - do valor equivalente ao imposto de renda retido na fonte previsto no § 1º do art. 12, para as hipóteses previstas no caput do art. 12.	
Art. 12. O imposto de que trata o art. 8º também incidirá sobre os rendimentos pagos durante o decurso do contrato de empréstimo de títulos e valores mobiliários sujeitos à tributação pelo imposto sobre a renda de acordo com o disposto no art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , quando tenham como parte prestadora pessoa física ou jurídica sujeita ao imposto sobre a renda, e como parte tomadora:	
I - fundo ou clube de investimento; ou	
II - no caso de aplicações dos recursos de que trata o art. 5º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> :	
a) entidade de previdência complementar;	
b) sociedade seguradora; ou	
c) Fapi.	
§ 1º O tomador será responsável pelo pagamento do imposto de renda à alíquota de 15% (quinze por cento), incidente sobre os rendimentos distribuídos pelo título ou valor mobiliário.	
§ 2º O prestador dos ativos, pessoa física ou jurídica, será responsável pelo pagamento da diferença entre o valor do imposto que seria devido na hipótese em que o rendimento fosse pago diretamente ao prestador e o valor devido pelo tomador nos termos do § 1º deste artigo, aplicando-se, no que couber, os procedimentos previstos nos §§ 1º a 4º do art. 8º desta Lei.	
Art. 13. No caso do tomador de títulos ou valores mobiliários sujeitos à tributação pelo imposto sobre a renda de acordo com o disposto no art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , a diferença positiva entre o valor da alienação, líquido do IOF, eventualmente incidente, e o valor da aplicação financeira é considerada rendimento, sendo apurada por ocasião da recompra dos referidos títulos e valores mobiliários.	



LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Parágrafo único. Caberá ao tomador o pagamento do imposto de renda de que trata o caput .	
Art. 14. No caso do prestador de títulos, ações e outros valores mobiliários, não constitui fato gerador do imposto sobre a renda a liquidação do empréstimo efetivada pela devolução do mesmo título, ação ou valor mobiliário de mesma classe, espécie e emissor.	
Parágrafo único. Quando a operação for liquidada por meio de entrega de numerário, o ganho líquido ou rendimento será representado pela diferença positiva entre o valor da liquidação financeira do empréstimo e o custo médio de aquisição dos títulos, ações e outros valores mobiliários.	
Art. 15. São responsáveis pela retenção do imposto sobre a renda:	
I - a entidade autorizada a prestar serviços de compensação e liquidação, na hipótese prevista no art. 6º ; e	
II - a instituição que efetuar a recompra dos títulos e dos valores mobiliários, na hipótese prevista no inciso II do § 1º do art. 10.	
Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II do caput :	
I - o tomador deverá entregar à instituição responsável pela retenção do imposto a nota de corretagem ou de negociação referente à alienação dos títulos ou valores mobiliários; e	
II - será aplicada sobre o rendimento:	
a) uma das alíquotas de que trata o art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , em função do prazo decorrido entre as datas de alienação e de recompra dos títulos e dos valores mobiliários;	
b) a alíquota de 15% (quinze por cento), no caso de investidor residente ou domiciliado no exterior, individual ou coletivo, que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional; ou	
c) as alíquotas previstas na legislação em vigor para o investidor residente ou domiciliado em país com tributação favorecida, nos termos do art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> .	
Seção IV	
Da Isenção de Imposto de Renda sobre Alienação em Bolsa de Valores de Ações de Pequenas e Médias Empresas	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
<p>Art. 16. Fica isento de imposto sobre a renda o ganho de capital auferido por pessoa física, até 31 de dezembro de 2023, na alienação, realizada no mercado à vista de bolsas de valores, de ações que tenham sido emitidas por companhias que, cumulativamente:</p> <p>I - tenham as suas ações admitidas à negociação em segmento especial, instituído por bolsa de valores, que assegure, por meio de vínculo contratual entre a bolsa e o emissor, práticas diferenciadas de governança corporativa, contemplando, no mínimo, a obrigatoriedade de cumprimento das seguintes regras:</p> <p>a) realização de oferta pública de aquisição de ações - OPA, quando exigida pela bolsa de valores, a valor econômico estabelecido em laudo de avaliação, em caso de saída da companhia do segmento especial;</p> <p>b) resolução de conflitos societários por meio de arbitragem;</p> <p>a) realização de oferta pública de aquisição de ações - OPA, quando exigida pela bolsa de valores, a valor econômico estabelecido em laudo de avaliação, em caso de saída da companhia do segmento especial;</p> <p>b) resolução de conflitos societários por meio de arbitragem;</p> <p>c) realização de oferta pública de aquisição para todas as ações em caso de alienação do controle da companhia, pelo mesmo valor e nas mesmas condições ofertadas ao acionista controlador ( tag along ); e</p> <p>d) previsão expressa no estatuto social da companhia de que seu capital social seja dividido exclusivamente em ações ordinárias;</p> <p>II - tenham valor de mercado inferior a R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais):</p> <p>a) na data da oferta pública inicial de ações da companhia;</p> <p>b) em 10 de julho de 2014, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes dessa data; ou</p> <p>c) na data das ofertas públicas subsequentes de ações, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas a e b ;</p> <p>III - tenham receita bruta anual inferior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), apurada no balanço consolidado do exercício social:</p> <p>a) imediatamente anterior ao da data da oferta pública inicial de ações da companhia;</p>	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
b) de 2013, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes de 10 de julho de 2014;	
c) imediatamente anterior ao da data das ofertas públicas subsequentes de ações, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas <i>a</i> e <i>b</i> ; e	
IV - em que se verifique distribuição primária correspondente a, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) do volume total de ações de emissão pela companhia:	
a) na oferta pública inicial de ações da companhia;	
b) em 10 de julho de 2014, para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes dessa data; ou	
c) caso exista, na data da oferta pública de ações subsequente, para as companhias já enquadradas nos casos a que se referem as alíneas <i>a</i> e <i>b</i> .	
§ 1º Para efeitos do disposto no inciso II do caput, entende-se por valor de mercado da companhia:	
I - para a hipótese prevista na alínea a do inciso II do caput, o valor apurado ao fim do processo de formação de preço (bookbuilding ou leilão em bolsa de valores) na oferta pública inicial de ações;	
II - para a hipótese prevista na alínea b do inciso II do caput, o valor apurado pela média do preço de fechamento das ações, ponderada pelo volume negociado, nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores a 10 de julho de 2014; ou	
III - para a hipótese prevista na alínea c do inciso II do caput, o valor apurado pela média do preço de fechamento das ações, ponderada pelo volume negociado, nos 30 (trinta) pregões imediatamente anteriores à data de pedido de registro de oferta pública subsequente.	
§ 2º Para efeito da isenção de que trata o caput, as companhias de que trata este artigo estão obrigadas à apuração do imposto sobre a renda com base no lucro real.	
§ 3º A Comissão de Valores Mobiliários disponibilizará, em seu sítio na internet, a relação das ofertas cujo objeto sejam ações beneficiadas por esta Seção, juntamente com o montante de cada emissão.	
§ 4º A companhia que atenda aos requisitos previstos neste artigo deve destacar esse fato, por ocasião da emissão pública de ações, na primeira página do Prospecto, ou documento equivalente, e do Anúncio de Início de Distribuição.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 5º As companhias de que trata este artigo estão obrigadas a disponibilizar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma estabelecida em ato do Secretário da Receita Federal do Brasil, sua base acionária:	
I - do dia anterior ao da entrada em vigor do benefício; e	
II - do último dia de vigência do benefício.	
Art. 17. Para gozo da isenção de que trata o caput do art. 16, as ações devem ser adquiridas a partir de 10 de julho de 2014:	
I - por ocasião da oferta pública inicial e de ofertas públicas subsequentes de ações;	
II - em bolsas de valores, inclusive para as ações das companhias que já tinham efetuado oferta pública inicial de ações antes de 10 de julho de 2014 com observância das condições estabelecidas nesta Seção;	
III - no exercício do direito de preferência do acionista, conforme previsto na <a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</a> ; ou	
IV - por meio de bonificações em ações distribuídas até 31 de dezembro de 2023.	
§ 1º A manutenção da isenção prevista no caput depende da permanência das ações em depositários centrais de ações, nos termos da legislação em vigor.	
§ 2º Até 31 de dezembro de 2023, é vedada a compensação de perdas ou prejuízos incorridos na alienação das ações nos termos do caput .	
§ 3º Até 31 de dezembro de 2023, o valor de alienação das ações referidas neste artigo não será computado para fins de cálculo do limite a que se refere o inciso I do caput do art. 3º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> .	
§ 4º O empréstimo das ações referidas neste artigo não afasta a manutenção do direito à isenção pelo prestador, pessoa física.	
§ 5º Em relação ao investidor que já tinha adquirido as ações a que se refere o inciso II do caput até 10 de julho de 2014, o custo de aquisição dessas ações será ajustado, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, ao maior valor entre o custo de aquisição efetivamente pago e a média do preço de fechamento, ponderada pelo volume negociado, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 10 de julho de 2014.	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 6º As ações adquiridas e não alienadas até 31 de dezembro de 2023 terão seus custos de aquisição ajustados, para fins de apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda, ao maior valor entre o custo de aquisição efetivamente pago e a média do preço de fechamento, ponderada pelo volume negociado nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a 31 de dezembro de 2023.	
§ 7º As entidades responsáveis pelo depósito centralizado deverão disponibilizar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, em relação às companhias de que trata o art. 16 desta Lei, o valor correspondente à média do preço de fechamento das ações de sua emissão, ponderada pelo volume negociado, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores a:	
I - 10 de julho de 2014; e	
II - 31 de dezembro de 2023.	
§ 8º Não se aplica às ações de emissão das companhias que cumpram os requisitos do art. 16, quando negociadas em bolsa de valores, o disposto no § 1º do art. 2º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , e no art. 8º da <a href="#">Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000</a> .	
Art. 18. Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos auferidos por pessoa física no resgate de cotas de fundos de investimento em ações constituídos sob a forma de condomínio aberto e que atendam aos requisitos previstos neste artigo.	
§ 1º Os fundos de investimento em ações de que trata o caput deverão:	
I - possuir, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de seu patrimônio aplicado em ações cujos ganhos sejam isentos do imposto sobre a renda conforme disposto no art. 16;	
II - ter prazo mínimo de resgate de 180 (cento e oitenta) dias; e	
III - ter a designação "FIA-Mercado de Acesso".	
§ 2º Os fundos de ações tratados neste artigo deverão ter um mínimo de 10 (dez) cotistas, sendo que cada cotista, individualmente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, não poderá deter mais de 10% (dez por cento) das cotas emitidas.	
§ 3º Para fins do disposto no § 2º, considera-se pessoa ligada ao cotista:	
I - a pessoa física que for parente ou afim até o terceiro grau, cônjuge ou companheiro; ou	

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
II - a pessoa física que seja sua associada, na forma de consórcio ou condomínio, conforme definido na legislação brasileira, em qualquer empreendimento.	
§ 4º Os fundos de investimento em ações referidos neste artigo cujas carteiras deixarem de observar o disposto neste artigo terão os seus rendimentos, produzidos a partir do momento do desenquadramento da carteira, tributados na forma estabelecida no inciso I do § 3º do art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , salvo no caso de, cumulativamente:	
I - a proporção a que se refere o inciso I do § 1º não se reduzir abaixo de 50% (cinquenta por cento) do total da carteira;	
II - a situação de que trata o inciso I deste parágrafo ser regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias; e	
III - não ocorrer nova hipótese de desenquadramento até o último dia do exercício subsequente àquele em que ocorreu o desenquadramento.	
§ 5º A Comissão de Valores Mobiliários notificará a Secretaria da Receita Federal do Brasil sempre que for comunicada por administradores de fundos a respeito de desenquadramentos de um FIA-Mercado de Acesso.	
Art. 19. As publicações ordenadas pela <a href="#">Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976</a> , das companhias que atendam aos requisitos estabelecidos no art. 16 serão feitas por meio do sítio na internet da Comissão de Valores Mobiliários e da entidade administradora do mercado em que as ações da companhia estiverem admitidas à negociação.	
§ 1º As companhias de que trata o caput estão dispensadas de fazer suas publicações no órgão oficial da União, ou do Estado ou do Distrito Federal, mantida a publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, que deverá ser efetuada de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no sítio do mesmo jornal na internet, durante o período em que fizerem jus ao benefício estabelecido no art. 16.	
§ 2º A publicação de forma resumida, no caso de demonstrações financeiras, deverá conter, no mínimo, comparativamente com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas, no parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver.	



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
§ 3º Incumbe ao respectivo jornal providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos no sítio próprio, por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil.	
Art. 92. As perdas incorridas em Certificados de Operações Estruturadas - COE, emitidos de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional, serão dedutíveis na apuração do lucro real.	c) o art. 92;
<a href="#">Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a>	LII - do art. 90 da <a href="#">Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015</a> :
Art. 90. Ficam isentos de imposto sobre a renda os rendimentos e ganhos de capital produzidos pela LIG quando o beneficiário for:	
I - pessoa física residente no país; ou	a) os incisos I e II do caput; e
II - residente ou domiciliado no exterior, exceto em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , que realizar operações financeiras no País de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.	
Parágrafo único. No caso de residente ou domiciliado em país com tributação favorecida a que se refere o art. 24 da <a href="#">Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996</a> , aplicar-se-á a alíquota de 15% (quinze por cento).	b) o parágrafo único;
<a href="#">Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021</a>	LIII - o art. 1º da <a href="#">Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021</a> ;
Art. 1º O art. 3º da <a href="#">Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988</a> , passa a vigorar com as seguintes alterações:	
“Art. 3º .....	
I - 20% (vinte por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 15% (quinze por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX e X do § 1º do art. 1º da <a href="#">Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> ;	
II - (revogado);	
II-A - 25% (vinte e cinco por cento) até o dia 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso I do § 1º do art. 1º da <a href="#">Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001</a> ; e	
.....” (NR)	
<a href="#">Lei nº 14.547, de 13 de abril de 2023</a>	LIV - a <a href="#">Lei nº 14.547, de 13 de abril de 2023</a> ;
Altera a <a href="#">Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014</a> , para ampliar o prazo de vigência do crédito presumido e do regime de consolidação.	
<a href="#">Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a>	LV - da <a href="#">Lei nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023</a> ;



# Quadro Comparativo

## Medida Provisória nº 1303/2025

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
Art. 17. Os rendimentos das aplicações em fundos de investimento ficarão sujeitos à retenção na fonte do IRRF nas seguintes datas: .....	a) os incisos I e II do § 1º do art. 17; e
§ 1º A alíquota do IRRF será a seguinte:	
I - como regra geral:	
a) 15% (quinze por cento), na data da tributação periódica de que trata o inciso I do caput deste artigo; e	
b) o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 1º da <a href="#">Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004</a> , na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas de que trata o inciso II do caput deste artigo; ou	
II - nos fundos de que trata o art. 6º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> :	
a) 20% (vinte por cento), na data da tributação periódica de que trata o inciso I do caput deste artigo; e	
b) o percentual complementar necessário para totalizar a alíquota prevista nos incisos I e II do § 2º do art. 6º da <a href="#">Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004</a> , na data da distribuição de rendimentos, da amortização ou do resgate de cotas de que trata o inciso II do caput deste artigo.	
Art. 25. Ficarão sujeitos ao tratamento tributário de que trata o art. 24 os fundos de investimento que investirem, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido nos fundos de que trata o art. 18 desta Lei.	b) o art. 25; e
<a href="#">Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024</a>	LVI - os § 2º e § 4º do art. 6º da <a href="#">Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024</a> .
Art. 6º Os rendimentos produzidos pelas LCDs sujeitar-se-ão à incidência do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, exclusivamente na fonte, às seguintes alíquotas: .....	
§ 2º Os rendimentos tributados exclusivamente na fonte poderão ser excluídos na apuração do lucro real. .....	
§ 4º As perdas apuradas nas operações com os ativos a que se refere este artigo, quando realizadas por pessoa jurídica tributada com base no lucro real, não serão dedutíveis na apuração do lucro real.	
	<b>Art. 75.</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação e produz efeitos:
	I - a partir de 1º de janeiro de 2026, quanto aos:
	a) art. 1º a art. 60;
	b) art. 63; e

**Quadro Comparativo**  
**Medida Provisória nº 1303/2025**

LEGISLAÇÃO ALTERADA	TEXTO ENCAMINHADO PELO EXECUTIVO
	c) art. 74;
	II - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto aos art. 61 e art. 62; e
	III - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

**ANEXO**

FUNÇÕES GRATIFICADAS – FG DE QUE TRATA A [LEI Nº 8.216, DE 13 DE AGOSTO DE 1991](#), A SEREM TRANSFORMADAS  
EM FUNÇÕES COMISSONADAS EXECUTIVAS – FCE, DE QUE TRATA A [LEI Nº 14.204, DE 16 DE SETEMBRO DE 2021](#)

FUNÇÕES EXISTENTES		FUNÇÕES CRIADAS	
CÓDIGO	QTD.	CÓDIGO	QTD.
FG-1	1.201	FCE-3	1.201
FG-2	336	FCE-2	336
FG-3	284	FCE-1	284